



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ANGELA CRISTINA MOREIRA DO NASCIMENTO

SUDENE, INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO
EM PERNAMBUCO, 1960-1980

Recife
2011

ANGELA CRISTINA MOREIRA DO NASCIMENTO

SUDENE, INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO
EM PERNAMBUCO, 1960-1980

Dissertação apresentada ao
Programa de Mestrado em Ciência
da Informação do Departamento
da Ciência da Informação da
Universidade Federal de
Pernambuco para obtenção de
Título de Mestre em Ciência da
Informação

Orientador: Prof. Dr. Denis
Antônio de Mendonça Bernardes

Recife
2011

Catálogo na fonte

Bibliotecária Gláucia Cândida da Silva, CRB4-1662

N244s Nascimento, Angela Cristina Moreira do.

Sudene, informação e educação em Pernambuco, 1960-1980/
Angela Cristina Moreira do Nascimento, 2011.

307 p. : il.

Orientador: Denis Antônio de Mendonça Bernardes.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco,
CAC. Ciência da Informação, 2011.

Inclui bibliografia, anexos e apêndices.

1. Ciência da informação. 2. SUDENE. 3. Educação. I. Bernardes,
Denis Antônio de Mendonça. (Orientador). II. Título.

020 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC 2012-06)



Serviço Público Federal
Universidade Federal de Pernambuco
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - PPGCI

Dissertação de Mestrado apresentada por Ângela Cristina Moreira do Nascimento a Pós-graduação em Ciência da Informação do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, sob o título **“SUDENE - informação e educação em Pernambuco - 1960-1980”** orientada pelo Prof. Denis Antônio de Mendonça Bernardes e aprovada pela Banca Examinadora formada pelos professores:

Prof. Dr. Denis Antônio de Mendonça Bernardes
Departamento de Serviço Social / UFPE

Prof. Dr. Luís Henrique Romani de Campos
Fundação Joaquim Nabuco

Prof^ª D^{ra} Maria Cristina Guimarães Oliveira
Departamento de Ciência da Informação / UFPE

Autor:

Ângela Cristina Moreira do Nascimento



DEDICATÓRIA

Ao meu pai, José Morais (*in memoriam*), que não
tinha a educação formal, mas tinha a sabedoria e o
conhecimento despretensioso.

Ao meu marido Paulo Guerra, parceiro e incentivador
das minhas conquistas.

A Teresa Barros, para quem a educação é antes de
tudo amor.

AGRADECIMENTOS

A produção solitária de um trabalho de dissertação é um exercício constante de aprendizado, intencionado em contribuir com a sociedade por meio da chancela da ciência, mas que conta, ainda bem, com a participação de pessoas que se fizeram presentes no processo criativo.

Assim agradecer é muito mais que uma formalidade, é um gesto sincero de sentimento:

Ao Professor Doutor Denis Antônio de Mendonça Bernardes, que desde a primeira hora me privilegiou com sua orientação firme e suave, assegurando o espaço do crescimento intelectual.

Ao Professor Doutor Marcos Galindo, que, em nome de nossa amizade, desde sempre me cobrou a responsabilidade social de contribuir com minha produção intelectual e, pasmem, não desistiu.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, por contribuir brilhantemente para o meu aprendizado.

Aos professores e amigos que participaram deste processo, nas leituras, bancas e sugestões:

Luis Henrique Romani (Fundaj)

Maria Cristina Guimarães Oliveira (UFPE)

Fábio Mascarenhas e Silva (UFPE)

Lourival Pereira Pinto (UFPE)

Giovanni Seabra (UFPB)
Claudia Neu (GS Consultoria)
Simone Morisini (UPE)

Aos meus colegas que, juntos somos os pioneiros do PPGCI, pela troca permanente.

A Maria Christina Malta de Almeida Costa, pela revisão bibliográfica, normalização e fundamentais sugestões para enriquecer o texto.

A Amanda Gabriella Andrade Mendes, pelo tratamento das imagens do texto.

A Diógenes Agra de Albertim, tradutor juramentado, pela tradução do resumo.

A Evaldo Rosa de Souza, pela disponibilidade, paciência e bom humor para editar este trabalho.

À Biblioteca Celso Furtado, da Sudene, nas pessoas de Juçara Fonseca e Vandete Costa, que criaram as condições imprescindíveis para a realização da pesquisa.

Aos eternos sudenianos, que enriqueceram meu trabalho com seus depoimentos.

Enfim, agradeço aos habitantes do meu afeto: amigos e família, pela compreensão e estímulo, especialmente ao meu marido, Paulo Guerra que teve uma participação determinante nessa caminhada.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABC	Academia Brasileira de Ciências
ACI	Assessoria de Cooperação Internacional
ADA	Agência de Desenvolvimento da Amazônia
Adene	Agência de Desenvolvimento do Nordeste
Artene	Artesanato do Nordeste
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico ¹
Caene	Companhia de Águas e Esgotos do Nordeste
Canesa	Companhia de Abastecimento do Nordeste Sociedade Anônima
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Capre	Comissão de Atividades de Processamento Eletrônico
CBPF	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
Cecine	Centro de Ensino de Ciências do Nordeste
Cepa	Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola
Cepeme	Centro de Treinamento para Pequena e Média Empresa
Cerne	Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste
Cetem	Centro de Tecnologia Mineral
Cetene	Centro de Educação Técnica do Nordeste
Cetreino	Centro de Treinamento do Nordeste
CFTPA	Centro de Formação e Treinamento de Pessoal Agrícola
Chesf	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Codefasv	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Codeno	Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste
Cohebe	Companhia Hidroelétrica da Boa Esperança
Colone	Companhia de Colonização do Nordeste
Conesg	Companhia Nordestina de Serviços Gerais
Conesp	Companhia Nordestina de Sondagens e Perfurações
CPD	Centro de Processamento de Dados

¹ O Social foi colocado posteriormente.

CPDOC	Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPF	Cadastro de Pessoa Física
Creta	Centro Regional de Treinamento e Educação
Datfp	Departamento de Assistência Técnica e Formação de Pessoal
Dasp	Departamento Administrativo do Serviço Público
Dinfra	Departamento de Investimentos de Infraestrutura
DIP	Departamento de Imprensa de Propaganda
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte
Dnocs	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DRN	Departamento de Recursos Naturais
EAD	Educação a distância
Faene	Fundo de Emergência e Abastecimento
Fibege	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FGV	Fundação Getúlio Vargas
Fidene	Fundo de Investimento para o Desenvolvimento Econômico e Social
Finor	Fundo de Investimentos do Nordeste
Furagro	Fundo de Racionalização da Agroindústria Canavieira
Furene	Fundo de Pesquisa e Recursos Naturais
GOCNAE	Grupo da Comissão Nacional de Atividades Espaciais
GRE	Gerência Regional de Educação
Grune	Grupo de Reequipamento Técnico-Científico das Universidades do Nordeste
GTSD	Grupo de Tarefa do Sistema de Documentação
Ibecc	Instituto Brasileiro de Educação Ciências e Cultura
IBBD	Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibict	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IDS	Instituto de Desenvolvimento Sustentável
Impa	Instituto de Matemática Pura e Aplicada
Impe	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INCC	Instituto Nacional de Computação Científica

Inep	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos ²
IOCS	Instituto de Obras Contra as Secas
INLS	Instituto Nacional de Luz Síncrotron
IPR	Instituto de Pesquisas Rodoviárias
Mast	Museu de Astronomia e Ciências Afins
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia
MEC	Ministério de Educação e Cultura
Mecor	Ministério Extraordinário para a Coordenação de Organismos Regionais
Minter	Ministério do Interior
NAI	Núcleo de Assistência Industrial
NMTN	Núcleo de Matemática Tecnológica do Nordeste
ON	Observatório Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
Papp	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PIN	Programa de Integração Nacional
Pipmo	Programa Intensivo de Preparação de Mão- de -Obra
Pipmoi	Programa Intensivo de Preparação de Mão- de -Obra Industrial
Penesa	Empresa de Pesca do Nordeste
Pimes	Programa Integrado de Mestrados em Economia e Sociologia
Polonordeste	Programa de Áreas Integradas
Procanor	Programa de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste
Prohidro	Programa de Recursos Hídricos
Programa Sertanejo	Programa de Desenvolvimento da Região Semi-Árida
Promoexport	Promoção de Exportação
Proterra	Programa de Distribuição de Terras do Norte e Nordeste
RNP	Rede Nacional de Pesquisa
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
Seav	Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Regional

² O Inep passou a denominar-se Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ,Lei nº 10.269, de 29 de agosto de 2001.

Seec	Serviço de Estatística do Ministério da Educação e Cultura
Sicomi	Serviço de Informação e Colocação de Mão de Obra Industrial
Siplan	Sistema de Informações para o Planejamento, Controle e Coordenação
Spvea	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUS	Sistema Único de Saúde
TI	Tecnologias de Informação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
Usaid	United States Agency for International Development

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Instrumentos de disseminação da informação	31
Quadro 2	Número de Computadores e usuários da internet no Brasil e no mundo, 1989 – 2006	32
Quadro 3	Serviços de documentação existentes no Brasil e ministérios a que se subordinaram, 1937 -1953	51
Quadro 4	Instituições criadas a partir da implantação do CNPq	58
Quadro 5	Instituições desvinculadas do CNPq	59
Quadro 6	Estrutura organizacional da Sudene, 1959 – 1973	89
Quadro 7	Etapas da história da Sudene de acordo com alguns autores	91
Quadro 8	Reforma Administrativa da Sudene – 1973	97
Quadro 9	Reforma Administrativa da Sudene – 1990 - 2007	98
Quadro 10	Empresas Subsidiárias	103
Quadro 11	Fundos Especiais	107
Quadro 12	Endereços das sedes e das unidades administrativas da Sudene	108
Quadro 13	Estrutura da Divisão Arquivo e Comunicação	122
Quadro 14	Remessa de publicações para o Brasil e o exterior –1970 -1972	124
Quadro 15	Periódicos editados pela Sudene e respectiva tiragem,1970-1972	125
Quadro 16	Unidades administrativas usuárias do serviço de informação	127
Quadro 17	Atividades do Serviço de Comunicação Interna	129

Quadro 18	Atividades do Serviço de Reprografia	133
Quadro 19	Exclusão e acesso à educação formal	154
Quadro 20	Estrutura organizacional da Secretaria Estadual de Educação, 1949 e 1954	158
Quadro 21	Escolas primárias em Pernambuco(zona urbana e rural), em 1964	171
Quadro 22	Estruturas programáticas do II, III e IV Plano Diretor da Sudene	172
Quadro 23	Recursos para a educação em Pernambuco, instituições beneficiadas e finalidades	181
Quadro 24	Atuação da Divisão de Educação da Sudene	185
Quadro 25	Investimentos via Sudene para a educação em Pernambuco	186
Quadro 26	Salas de aula conforme as redes públicas e particulares, Pernambuco e Nordeste, 1970, 1975 e 1980	194
Quadro 27	Ações para o pré-1º grau	199
Quadro 28	Ações das redes de ensino estadual e municipais 1º Grau	199
Quadro 29	Ações de ensino do 2º grau (ensino médio)	200
Quadro 30	Ações para o ensino superior	200
Quadro 31	Ações de educação de adultos	200
Quadro 32	Ações da educação Especial	200

LISTA DE MAPAS E FOTOS

Mapa 1	Espaço da Sudene no Recife antes do edifício-sede	111
Mapa 2	A Sudene no bairro de Santo Antônio	112
Mapa 3	A Sudene no bairro da Boa Vista	112
Foto 1	Assinatura termo de doação do terreno para construção do edifício-sede da Sudene	113
Foto 2	Nova sede para o desenvolvimento	114
Foto 3	Obras do edifício-sede da Sudene	116
Foto 4	Obras do edifício-sede da Sudene	116
Foto 5	Novos tempos, nova sede	117
Foto 6	Computador IBM 1401	136
Foto 7	Computador IBM 360	142
Foto 8	Conjunto habitacional construído no Ibura	150
Foto 9	Conjunto habitacional construído no Ibura	150
Foto 10	Cecine	176
Foto 11	Transmissão de aula	184
Foto 12	Transmissão de aula	184
Foto 13	Transmissão de aula	184

RESUMO

O trabalho analisa a produção de informações sobre educação, elaborada pela Sudene, por meio de documentos institucionais produzidos durante os anos 1960 – 1980. Teve como pressuposto o uso das informações na adoção de políticas públicas e, como consequência, a alteração dos índices de escolaridade no Estado de Pernambuco. A Sudene, instituição escolhida como objeto de trabalho, é emblemática na história do Nordeste e, particularmente na de Pernambuco, por ter sido o Estado escolhido para sediá-la, a partir do final dos anos 50. Desde sua criação, quando o Brasil vivia várias crises: econômica, política e social, a trajetória da Sudene foi permeada de várias crises como o Golpe Militar de 1964; a reforma constitucional, que retirou os recursos vinculados, enfraquecendo-a financeiramente; e a redemocratização, com a volta de profissionais alijados pelo governo militar. A Sudene, que representou a esperança nordestina por dias melhores, fora concebida com ousadia e inovação e foi em certo momento um espaço democrático do debate sobre a questão regional. Tentamos identificar a possível usabilidade das informações, os mecanismos de divulgação e acesso, face à disponibilidade tecnológica, da qual, aliás, a autarquia

sempre foi precursora e porque seu considerável estoque informacional acumulado ao longo de seu funcionamento não é tornado público devidamente, no sentido do acesso como apropriação cidadã, apesar das constantes inovações tecnológicas como veículo de divulgação. O ponto focal da pesquisa foi a área de educação, como elemento imprescindível ao desenvolvimento e consequente bem estar social da população do Nordeste.

Palavras-chave: Informação, Sudene, educação.

ABSTRACT

This work analyses the production of information about education, compiled by Sudene, by way of institutional documents written throughout the years 1960 to 1980. It took for granted the use of information on the adoption of public policies and, as a consequence, the alteration of the population's education range on the state of Pernambuco. Sudene, institution chosen as subject of research, is emblematic in the history of the Brazilian Northeast and, especially in Pernambuco's, for having been chosen as the state to host its headquarters since the late 50's. Since its inception, when Brazil went through many crises of various natures: economical, political and social, the history of Sudene was ridden with many crises such as the 1964 Military coup d'etat; the constitutional amendment, which removed the initially granted assets, weakening Sudene financially; and the re-implementation of democracy, with the return of workers who had been abandoned by the military government. Sudene, which had represented the hope that the Northeast had for better days, was created with a daring and innovative spirit and was, for some time, a democratic think tank engaging on the debate of regional differences. We hereby try to verify the possible usefulness of this information, the

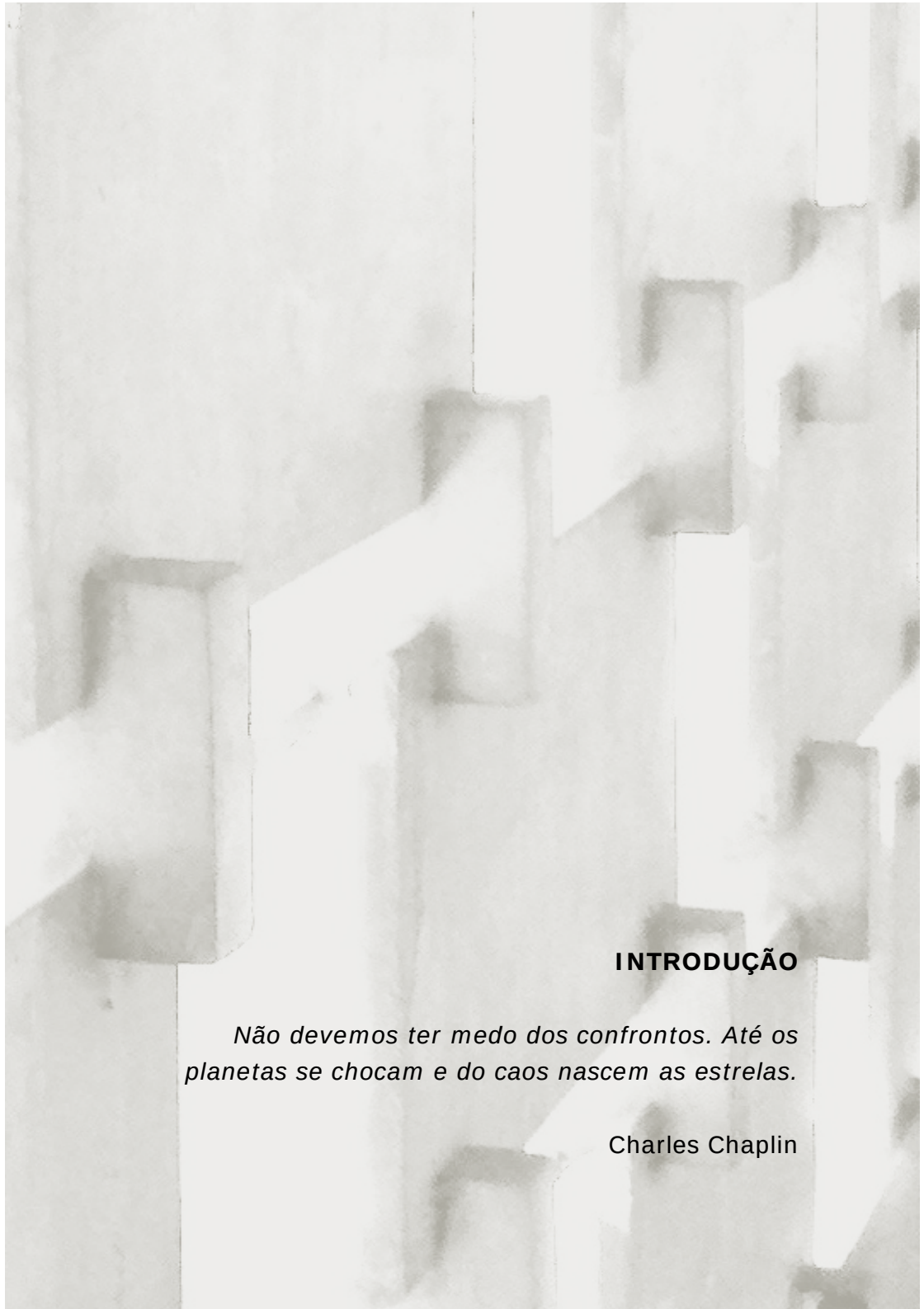
mechanisms to spread the information and make it accessible, having in mind the available technology (of which Sudene was always a precursor) and the reason its considerable data, accumulated through its working years, is not made public and appropriated by all citizens as should be, despite the constant technological innovations as vehicles for spreading the word. The main focus of this research was the field of education as an essential element for the development and consequent social welfare of the Brazilian Northeast's population.

Keys Word: Information, Sudene, education

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO 1 - A tecnologia e a informação no século XX	28
Serviço público: produção, uso e disseminação da informação	33
CAPÍTULO 2 - Informação no Brasil – novas necessidades, novos procedimentos	44
CAPÍTULO 3 - A questão Nordeste e a gênese do planejamento Regional	64
Lutas sociais, estado e planejamento	70
A Sudene e seus tempos	91
A informação como instrumento de ação	117
Políticas de recursos humanos	148
O calcanhar de Aquiles	152
CAPÍTULO 4 - Educação - Pilar Imprescindível do Desenvolvimento	155
A Sudene e a educação	159
CONCLUSÕES	203
REFERÊNCIAS	210
APÊNDICES	239
Apêndice A - Ementário de Resoluções	240
Apêndice B - Roteiro de Entrevista	245

Apêndice C - Gestores da Sudene, de Pernambuco e do Brasil, 1959-1984	248
Apêndice D - Bibliografia acervo Sudene	250
Apêndice E - Instituições, Planos e Programas criados entre 1930 e 2010	258
Apêndice F - Um centro regional de pesquisa no nordeste: uma idéia não realizada	261
ANEXOS	265
Anexo A – Termos Coordenados	266
Anexo B - Tramitação de Documentos na Sudene	285
Anexo C - Contrato de aluguel da primeira sede da Sudene	297
Anexo D - Instrução nº 1 para o corpo discente	298

The background of the page is an abstract composition of light gray and white geometric shapes, primarily rectangles and squares, arranged in a way that creates a sense of depth and perspective. These shapes appear to be floating or stacked, with soft shadows and highlights that give them a three-dimensional quality. The overall effect is minimalist and architectural.

INTRODUÇÃO

Não devemos ter medo dos confrontos. Até os planetas se chocam e do caos nascem as estrelas.

Charles Chaplin

As atividades institucionais são impossíveis de realizar sem a produção, recepção e uso da informação, que ao longo do tempo formam os estoques informacionais, nos mais diversos suportes. Perceber a dimensão do patrimônio documental-informacional requer o conhecimento da missão institucional, da sua estrutura organizacional, e de todas as alterações ocorridas com o passar do tempo.

Coadunada à linha de pesquisa Memória, Informação Científica e Tecnológica do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, a escolha de nosso objeto de pesquisa – de parte do acervo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) produzido no período compreendido entre 1960 e 1980, referente à área de educação –, atende aos propósitos daquela linha de pesquisa.

Inconcebível tratar a instituição sem transitar por suas memórias, registradas em documentos e aquelas pertencentes aos sujeitos da história. Isto se torna ainda mais pertinente em se tratando da Sudene, cuja atuação foi de muita abrangência, do ponto de vista espacial e das áreas do conhecimento envolvidas, na busca de cumprir a missão institucional de planificar, coordenar e superintender as ações necessárias ao desenvolvimento econômico-social da Região Nordeste.

A pesquisa se propôs desvelar o acervo documental da Sudene nas áreas de informação e

educação, referente ao Estado de Pernambuco, no período 1960-1980, como forma de despertar a atenção para sua importância e torná-lo acessível aos estudiosos, possibilitando a geração de novos conhecimentos, considerando o contexto histórico em que este acervo foi produzido e as possibilidades da tecnologia da informação existente na época.

Nossa proposta inicial era cotejar os estudos e diagnósticos produzidos por aquela autarquia de planejamento com as políticas implantadas na área de educação de nível fundamental. Contudo, não foi possível efetivar este propósito inicial, que exigiria um tempo bem maior para garimpar informações administrativas nos arquivos da Secretaria Estadual de Educação.

Outra impossibilidade foi de esmiuçar os dados específicos sobre educação em Pernambuco, posto que as ações da Sudene eram regionais e, como se sabe, as descontinuidades administrativas contribuíram para fragmentar seus arquivos, o que inviabiliza esse tipo de pesquisa em tão escasso tempo.

Não obstante, acreditamos que o resultado desta pesquisa pode trazer novos elementos sobre o acervo produzido e, à luz da tecnologia da informação, contribuir para viabilizar sua divulgação e utilização de seus estoques de informação no momento em que o Estado de Pernambuco, meio século depois da criação da Sudene, se encontra em um estágio de

desenvolvimento – ainda sem a inclusão social esperada, proposto pelos visionários de então.

Portanto, entendemos ser esse trabalho oportuno para dar a conhecer, e divulgar o papel da Sudene no desenvolvimento do Nordeste e como a autarquia tratou sua informação. O conhecimento desses estoques informacionais pode atestar as ações implantadas em Pernambuco, na área de educação, principalmente no ensino superior, no período estudado.

Definimos o problema na identificação do possível uso das informações sobre educação geradas pela Sudene e conjecturamos que essas informações foram determinantes para a implantação de políticas públicas, e mais, que essas políticas teriam mudado os índices de escolaridade em Pernambuco.

A pesquisa teve o propósito de analisar a produção, a conservação, a disseminação e a acessibilidade do acervo documental sobre educação.

O objetivo geral foi identificar o uso e tratamento desse acervo entre 1960 e 1980 e os objetivos específicos foram:

- Inventariar os diagnósticos, relatórios e pesquisas sobre educação realizadas em Pernambuco pela Sudene;
- Analisar a gestão da Sudene no âmbito da documentação, ciência e tecnologia e

informática;

Identificar as políticas públicas na área de educação implantadas nas regiões de Pernambuco.

O objeto de estudo foi definido a partir de uma análise de catálogos e relatórios institucionais da Sudene. A compreensão da concepção institucional da autarquia sobre informação tornou imperativo identificar, em sua estrutura organizacional, as unidades responsáveis pelo uso, produção e tratamento das informações.

A adoção de políticas públicas para o desenvolvimento foi viável a partir da decisão política, da capacidade financeira e da capacidade técnica, que implicaram em conhecimento da realidade, possível com a informação. A Sudene, quando de sua implantação, possuía os dois primeiros elementos; a capacidade técnica foi construída concomitante às suas atividades, da mesma forma que o conhecimento, elaborado com base nas informações produzidas.

A abordagem metodológica adotada neste trabalho utilizou o método de investigação analítico de base quali-quantitativa.

Além da literatura especializada, que embasou teoricamente o trabalho, analisamos os documentos produzidos pela Sudene, concernentes à educação,

informação e documentação, incluindo a automação e as tecnologias usadas.

Os procedimentos técnico-operacionais utilizados foram:

1. Pesquisa documental

A pesquisa documental, bem como outros tipos de pesquisa, propõe-se produzir novos conhecimentos, criar novas formas de compreender os fenômenos e dar a conhecer a forma como estes têm sido desenvolvidos (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 14). Para esses autores, a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias, uma vez que “o pesquisador não pode prescindir de conhecer satisfatoriamente a conjuntura socioeconômico-cultural e política que propiciou a produção de um determinado documento”(p. 8).

Para Minayo ,

cabe ao pesquisador usar um acurado instrumental teórico e metodológico que o municie na aproximação e na construção da realidade, ao mesmo tempo que mantém a crítica não só sobre as condições de compreensão do objeto como de seus próprios procedimentos (2007, p. 42).

O conjunto de documentos pesquisados foi constituído por atos normativos – resoluções,

regimento interno, normas e procedimentos; planos diretores; estudos e diagnósticos, projetos e programas elaborados pela Sudene na área da educação

2. Inventário das publicações da Sudene consultadas para a elaboração deste trabalho, com os respectivos códigos de localização, utilizando o programa Excel versão 2007 de planilha eletrônica.

3. Entrevistas com ex-servidores da Sudene, baseadas em roteiro de perguntas elaborado a partir das pesquisas realizadas no acervo documental.

É importante registrar a relevância das entrevistas, a fala dos sujeitos da história, a emoção de quem viveu a execução de um planejamento, enfrentando todas as dificuldades iniciais, numa verdadeira construção coletiva.

Na fala desses sujeitos-atores foi possível perceber o que não está nas entrelinhas nem nas 'entreletras' dos suportes documentais, nas quais está registrado o institucionalmente permitido. Num passeio por caminhos às vezes empoeirado pelo não uso de suas lembranças e memórias, num quase esquecimento, pudemos apreender as informações que enriqueceram este trabalho.

Estruturamos a dissertação em quatro capítulos. No primeiro, *A tecnologia da Informação no século XX*, fazemos uma incursão em alguns teóricos da ciência da informação e fazemos um rápido histórico da sociedade da informação.

No segundo capítulo, *Informação no Brasil – novas necessidades, novos procedimentos*, observamos a formação do Estado brasileiro à luz da estruturação burocrática e da criação de instituições voltadas para a produção de informação por meio de pesquisas, divulgadas em periódicos, quando ainda não tínhamos as redes sociais para o grande público.

O terceiro capítulo, que denominamos *A questão Nordeste e a gênese do planejamento regional*, trata essencialmente da Sudene enquanto instituição, o contexto de sua criação, sua trajetória, a política de informação adotada, que apreendemos por meio dos documentos e entrevistas.

O quarto e último capítulo, *Educação - pilar imprescindível do desenvolvimento*, trata da educação, no que concerne à formação do quadro da Sudene, assim como da estratégia do desenvolvimento, identificada a partir de diagnósticos iniciais.

Por fim, apresentamos as conclusões do trabalho.

Capítulo 1
A tecnologia e a informação no século XX

*Só se poderá manter coesa uma organização que
tenha um sistema integrado de informações.*

Norbert Wiener

Sabemos da importância da informação e sua institucionalização, ao longo da história. Contudo, foge ao escopo dessa pesquisa discutir e aprofundar os vários conceitos sobre informação.

Depois da primeira grande revolução tecnológica, a partir de 1455, com a invenção do prelo móvel e a edição da primeira Bíblia impressa, por Gutenberg, inicia-se "... a primeira indústria genuína de produção em massa" [] a informação ficou [...] "ao alcance de milhões de pessoas" (SIMON, 1971, p. 133). Apesar de todo o avanço ocorrido no século XIX, ocasionado pela institucionalização dos lugares da informação, é no século XX, mais precisamente após a Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945), que a informação atinge patamares jamais alcançados.

O surgimento da memória eletrônica, o computador, causou a segunda grande revolução tecnológica de acessibilidade às informações. Foi durante a guerra, em 1939 - 1945, segundo Bernal (1975), que se tornou evidente, nos meios científicos, a vital função de um serviço de informação eficiente.

Na visão de Drucker (2001), na história da humanidade a informação passou por quatro revoluções. Primeira: a invenção da escrita, há aproximadamente 6.000 anos na Mesopotâmia; segunda: a invenção do livro escrito na China em 1.300 a. C.; terceira: a invenção da imprensa e a

gravação, no século XV; quarta, na contemporaneidade, a conceitual, isto é, o significado e o conceito da informação, e de quebra a ‘nova’ imprensa, a partir de 1950.

Informação e poder são inseparáveis e, segundo este teórico da gestão, os tecnólogos da informação de hoje, os especialistas em tecnologia da informação e projetistas de software apresentam uma aparência com os primeiros impressores, que eram “cortejados por reis, príncipes, pelo Papa e pelas ricas cidades mercantis e eram cobertos de dinheiro e honras” (DRUCKER, 2001, p. 89).

Se na Idade Média o conceito de informação era o de dar uma forma à matéria, na modernidade o conceito muda para comunicar alguma coisa a alguém, em consonância com o período em que se vivia a racionalidade científica, cuja grande expressão no pensamento moderno é René Descartes, para quem, “por meio das letras (informação) se poderia adquirir um conhecimento claro e seguro de tudo o que é útil à vida” (DESCARTES, 2009, p. 39).

A partir da década de 50 do século XX, a Tecnologia da Informação (TI) passa a ser usada como canal de distribuição de informações, principalmente impressas. Mas a informação é disseminada nas mais variadas formas, que vão da oralidade, passando pela indústria de comunicação até a tecnologia digital, que se supera a cada dia.

Nos últimos 70 anos, o surgimento da TI e seus impactos caracterizam a atual sociedade como a sociedade da informação e do acesso, vez que “a produção, a distribuição e o acesso à informação estão no centro da nova economia”. (CAPURRO; HJORLAND, 2007. p 174). Vários instrumentos se prestam à disseminação da informação (Quadro 1), cada vez mais utilizada, no Brasil e no mundo (Quadro 2)

Quadro 1 – Instrumentos de disseminação da informação, 1940 - 2010

VEÍCULO	INÍCIO
Computador	1940
Arpanet	1957
Processador	1970
Notebook http://www.blogpaedia.com.br/2009/02/o-primeiro-notebook-do-mundo-foi.html	1982
Surgimento da denominação Internet	1986
Netbook http://www.fayerwayer.com.br/2009/03/em-2009-vendas-de-netbooks-devem-crescer-80/	2007
Tablet http://tecnologia.ig.com.br/noticia/2010/01/14/tablet+que+bicho+e+esse+9295069.html	2010

Fonte: <http://www.algosobre.com.br/informatica/historia-do-computador-e-da-internet.html> e <http://www2.ufpa.br/dicas/net1/int-his.htm> . Acesso em 08/01/2011.

Quadro 2– Números de computadores e usuários da internet, no Brasil e no mundo, 1989 -2006

Números de computadores e usuários	INÍCIO
100 milhões de computadores no mundo	1989
151 milhões de usuários ligados à internet	1998
30 milhões de internautas brasileiros	2004
694 milhões de pessoas no mundo acessam a internet	2006

Fonte: <http://www.algosobre.com.br/informatica/historia-do-computador-e-da-internet.html> e <http://www2.ufpa.br/dicas/net1/int-his.htm> . Acesso em: 08/01/2011.

É relevante considerar a observação de Wilke:

... mesmo reconhecendo que na contemporânea sociedade de informações a inclusão informacional não se realiza sem a inclusão digital, é preciso afirmar veementemente que o capital informacional não se refere somente às TICs e ao trânsito informacional digital, porque este tipo de organização societária não se restringe às relações sociais estabelecidas de acordo com as TICs. Todavia, os recursos do capital informacional ligados ao meio técnico científico-informacional e, por conseguinte, às TICs, possibilitam aos sujeitos (individuais e coletivos) circularem por ele com mais ou menos autonomia (2009, p. 1443 - 1444).

Em 1964, Terrou sentenciava: “A informação torna-se-á, tanto quanto – senão mais – o exercício de uma liberdade pública ou de uma ação política, o

suporte de toda uma atividade social, seja de ordem pública ou de ordem privada” (p. 62).

As redes sociais são a prova de que a liberdade está ao alcance “dos dedos” e que a circulação da informação torna difícil a “impunidade eterna dos canalhas”, pois a “tecnociência cria novas formas de liberdade social” (JABOR, 2011, p. 6).

Serviço público: produção, uso e disseminação da informação

Enquanto instrumento de desenvolvimento, a informação pública segura deve estar acessível, de modo a tornar possível o controle social. Para isso, é esperada, como ação do governo, a difusão e o acesso às TIs e regulação do setor, prestando serviços de qualidade, por meio do *e-government*, e-gov, ou governo eletrônico.

Segundo Vaz (2005), *e-government* é “a aplicação intensiva das TIC aos processos de prestação de serviços e relacionamento dos governos com os cidadãos pela intermediação eletrônica, contínua e remotamente”. Complementando esta definição, Jardim afirma que:

o governo eletrônico expressa uma estratégia pela qual o aparelho de Estado faz uso das novas tecnologias para oferecer à sociedade melhores condições de acesso à

informação e serviços governamentais, ampliando a qualidade desses serviços e garantindo maiores oportunidades de participação social no processo democrático (2001, p. 36).

A política de informação constitui uma decisão governamental que regula todas as atividades do setor, é resultado de uma correlação de forças dentro do âmbito do Estado (SCHWARZELMÜLLER; GESTEIRA; BULÇÃO, 2005 p. 3) e conforme Branco (2006, p.58), “é um processo dinâmico, flexível e responsivo à mudança de circunstâncias e cenários”.

Em 1989, foi criada, no Brasil, a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), viabilizada no ambiente da comunicação e informação, dez anos depois, por meio do Decreto Nº 3.294, de 15.12.1999, foi instituído o Programa Sociedade da Informação.

No ano seguinte, por meio de Decreto Presidencial, foi instituído o Grupo de Trabalho Interministerial, “para examinar e propor políticas, diretrizes e normas relacionadas com as formas eletrônicas de interação” (Decreto Presidencial de 03 de abril de 2000).

Este programa tem como princípios e diretrizes a promoção da cidadania; inclusão digital; software livre como recurso estratégico; gestão do conhecimento e das políticas públicas; racionalização de recursos; integração de políticas, sistemas, padrões

e normas e integração das ações com outros níveis de governo e outros poderes. E, o mais importante, “diminuir o *gap* tecnológico, por meio do apoio à pesquisa e a capacitação” (SILVEIRA, 2000, p. 88).

Podemos citar dois casos de uso bem sucedido de TI, no Brasil: o primeiro, as últimas eleições, em 2010, em que mais de 106 milhões de eleitores votaram eletronicamente; o segundo se refere à arrecadação da Receita Federal, com mais de 20 milhões de pessoas que declararam seus rendimentos via internet.

A TI viabilizou o mais amplo controle do Estado em relação aos cidadãos, devidamente legitimado, pois ele dispõe de nosso cadastro pelo título de eleitor, cartão SUS, CPF, cartão do Bolsa Família, entre outros.

O governo eletrônico pressupõe a modernização da gestão pública. No entanto, sabemos que apenas a adoção da TI não é suficiente, caso não haja investimentos na capacitação de pessoal e mudança da cultura vigente. Na concepção de Lenk e Traunmüller (2001) são quatro as perspectivas vislumbradas no e-gov: as perspectivas do cidadão, dos processos, da cooperação e da gestão do conhecimento. Assim o e-gov:

gera o fortalecimento da cidadania; estreita o relacionamento governo-cidadão; racionaliza os processos administrativos públicos; agiliza a

prestação de serviços; aumenta a qualidade de atendimento do cidadão; integra e dissemina as informações; fomenta, regulariza e expande o uso da tecnologia da informação (apud ALENCAR; COSTA; LEMOS 2006, p. 2).

Na qualidade de produtor de informações, o Estado é, segundo Barreto (1996), “detentor de estoques estáticos de informação e possui as condições políticas de sua disponibilização”, o que lhe confere o poder político de torná-las acessíveis.

A informação, portanto, como parte integrante do processo do conhecimento, será demandada de acordo com sua oferta. Neste sentido, espera-se que o Estado cumpra seu papel de provedor público da informação e viabilize o processo de participação democrática nas decisões políticas.

A TI é da maior importância, apesar da contínua obsolescência, acelera a integração entre usuários e produtores de informação, num sem-fim de convergência digital, que, “entre outros efeitos, altera muitos dos princípios culturais e sociais de diferenciação e regulação acerca da geração e circulação de conteúdos informacionais” (GONZALEZ DE GÓMEZ, 2007, p. 177).

Se a sociedade civil não atuar como *stakeholder* do processo da política de informação, “corre-se o risco de forjar-se uma tecnoburocracia, amparada fortemente na tecnologia como instrumento de poder

e numa retórica politicamente correta, porém socialmente insulada (JARDIM, 2001, p. 61).

As mudanças da relação Estado e sociedade, decorrentes da tecnologia, são identificáveis por alguns elementos:

A difusão da imprensa que liberou o governante do permanente contato com seus governados, por exemplo, a publicação dos atos governamentais nos periódicos existentes e depois no Diário Oficial;

A indústria editorial, que viabilizou uma elite letrada e burguesa;

A invenção do telégrafo, que acelerou as comunicações governamentais e comerciais;

O telefone, que contribuiu para a evolução das estruturas governamentais e, logo em seguida, das relações sociais de um modo geral;

O rádio, largamente utilizado pelos governos, que controlavam as comunicações. Basta lembrar as ditaduras alemã e italiana;

A televisão, com seu poder de definir padrões culturais de massa em países como o Brasil;

A internet que, além de viabilizar a prestação de serviços públicos, incluindo a transmissão de conhecimentos para quem necessita, a educação à distância (EAD), por exemplo, possibilita a criação das mais variadas redes sociais (orkut, twitter, facebook, linkedin etc.).

Todas essas mudanças tecnológicas transformaram as bases produtivas, hoje pautadas na informação, em que é “moeda e muitas vezes produto [...], torna-se a grande vedete do capitalismo” (GUIMARÃES, 2008, p. 144 -146), apesar de coexistirem jornadas massacrantes e salários baixíssimos e jornadas alternativas, trabalhadores com excelentes salários, mas ambas as situações pautadas pela produtividade.

No mercado globalizado,

investimento, empregos e poder econômico deverão migrar para os lugares que rapidamente criarem as infraestruturas digitais necessárias e efetivamente passarem a explorá-las [...] a informação tornou-se desmaterializada e desincorporada (MITCHELL, 2000 ps. 13, 14 131, apud, JAMBEIRO, 2009).

Há uma mudança na vida social, econômica e cultural, baseada na produção, reprodução, guarda, distribuição e uso da informação.

Comercialmente, a internet começou no Brasil em 1995. Mas, em 1994 já existiam 36 mil usuários, todos acadêmicos; em 1999, este número já era 100 vezes maior, 3,6 milhões. (GUROVITZ, 1999, apud SILVEIRA, 2000, p. 84). Hoje, no ranking mundial de domínios Web, o Brasil ocupa a 7^a posição³. As

³ <http://redesociaismundovirtual.blogspot.com/2010/10/brasil-fica-na-7-posicao-no-ranking.html>. Acesso em 21/01/2010

tecnologias de informação constituem a ferramenta que viabiliza negócios transnacionais; portanto,

estar na faixa horária correta, falar a língua apropriada ter adequado software e ser competitivo no mercado global de mão de obra podem ser mais importantes do que estar na mesma área metropolitana dos seus concorrentes (JAMBEIRO, 2009, p. 648).

Em termos comparativos, segundo Silveira (2000), a Web alcançou 50 milhões de usuários em todo o mundo, no período de cinco anos, enquanto o rádio, para alcançar o mesmo número de usuários, levou 38 anos, a televisão aberta 16 anos e a televisão por assinatura 10 anos.

A explosão informacional, iniciada no pós-guerra (1945), principalmente nas áreas das ciências e da tecnologia, obrigou os países hegemônicos a buscar soluções, tais como a migração de suporte, a exemplo da microfilmagem.

No entanto, os problemas de controle e recuperação da informação continuaram.

No pós-guerra, “o Estado constituía o centro hegemônico de recepção e distribuição regulada de informações... [...], foi também o momento da criação das grandes agências do Estado para execução de políticas científicas e de informação” (GONZALEZ DE GOMEZ, 2007. p. 171), como, por exemplo, o Conselho Internacional de Arquivos (1948), criado pela Unesco, que sugeriu a criação no Brasil de um centro

nacional de bibliografia. Assim, por proposição do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico (CNPq) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV) foi criado em 1954, o Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (IBBD), atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

As políticas científicas e de informação surgem no Estado moderno e se consolidam com a Revolução Industrial, com o desenvolvimento do sistema capitalista e notadamente com a estrutura de classes, em que o poder político

... intervém nos processos e mecanismos por meio dos quais se regulam as relações sociais e se dirigem as ações coletivas; produz resultados numa escala macrossocial, ou dito de outra forma, regras que abranjam toda a sociedade (POMER, 1986. p. 3).

A missão do Estado consiste, como afirma Krader (apud POMER, 1986), em "... controlar e dirigir a vida das pessoas sob sua guarda, por meio do poder social centralizado nas mãos de poucos". Neste controle está inclusa a informação.

Albuquerque (1995), ao analisar a concepção de poder em Foucault, afirma que "os instrumentos do poder só dão lugar ao fenômeno do poder quando são postos a serviço de uma autoridade suprema, para manter a ordem política".

A relação simbiótica entre informação e poder pode ser expressa nesta afirmação de Foucault (1975) de que

não há relação de poder sem a constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder [...] não é a atividade do conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e o constituem que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento (apud DANNER, 2009, p 792).

Para a Ciência da Informação, o Estado é um campo informacional complexo e, por essa razão, “possui inúmeras dimensões e diferentes portas de acesso para sua compreensão” (JARDIM; WILKE, 2008), sendo também “um campo relacional de poder” [] em que “os que dominam e os que são dominados lutam pela posse dos diversos tipos de capital” (BOURDIEU, 2005 apud JARDIM; WILKE, 2008) inclusive o informacional.

No curto intervalo de 50 anos, muito foi criado, da evolução de sistemas à elaboração de técnicas e inovações de equipamentos eletrônicos:

... a variedade vai dos cartões perfurados aos CD-ROMs e acesso *on line*; dos sistemas não-interativos

àqueles de múltiplas possibilidades de interação, com interfaces inteligentes, transformando a recuperação em um processo altamente interativo; de bases documentais [] arquivos, bibliotecas, centros de documentação, para bases de conhecimento; dos textos escritos aos multimídia; da recuperação de citações à recuperação de textos completos; e ainda aos sistemas inteligentes e de respostas e perguntas (SARACEVIC, 1996, p. 44).

O Estado – maior produtor de informações, em que a opacidade é maior que a transparência, e a sociedade, usuária potencial daquelas informações, um ou outro, ao tê-las, se reveste de poder. As tecnologias possibilitam a passagem da informação para o estágio de capital informacional, em qualquer tempo e em qualquer lugar; logo, quem a possuir assegura a acumulação do capital. Portanto:

No âmbito das classes que não têm a posse do capital, por um lado, a discussão dos direitos à informação, em geral, aparece ligada à informação como um dos direitos inalienáveis do cidadão, compreensão que se acha na base do desenvolvimento das políticas públicas governamentais (JARDIM; WILKE, 2008).

Em nossa frenética contemporaneidade, apesar da expressão recorrente – é possível localizarmos aproximadamente 8.240.000 (0,36

segundos) resultados em um único acesso, a informação nos possibilita construir o discernimento, o livre arbítrio, pela participação interativa na sociedade da informação.

Capítulo 2
**Informação no Brasil – novas necessidades,
novos procedimentos**

Nada existe de permanente a não ser a mudança.

Heráclito

Um momento da formação da Nação brasileira, que marcou a diferenciação de sua base agrária, pode ser apreendido a partir do incremento do processo de urbanização, o qual provocou o adensamento das cidades, por uma população oriunda das fazendas, engenhos, propriedades rurais. Aos poucos formou-se uma burguesia fornecedora e usuária de serviços, estabelecendo-se, assim, a transição da sociedade capitalista agrária para a da sociedade capitalista urbana.

O processo de burocratização, a estruturação da máquina do Estado e a multiplicação das atividades governamentais, somados ao processo de industrialização, impulsionado pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), são responsáveis pelo crescimento da classe média, formada por filhos de famílias proprietárias decadentes - os pequenos comerciantes, e pequenos fazendeiros e colonos que abandonavam o campo para ascender socialmente. (PINHEIRO, 1978. P 7-37). Segundo o autor a urbanização cresceu junto à burocracia dos serviços públicos, o alargamento da intervenção do Estado e a dilatação do sistema administrativo do país.

Um exemplo da complexidade e tecnificação do serviço público está na implantação dos conselhos técnicos como auxiliares da administração pública federal, conforme a Constituição de 1934, Título 1, Capítulo VI, Seção III:

Art. 103 - Cada Ministério será assistido por um ou mais Conselhos Técnicos, coordenados, segundo a natureza dos seus trabalhos, em Conselhos Gerais, como órgãos consultivo da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

§ 1º - A lei ordinária regulará a composição, o funcionamento e a competência dos Conselhos Técnicos e dos Conselhos Gerais.

§ 2º - Metade, pelo menos, de cada Conselho será composta de pessoas especializadas, estranhas aos quadros do funcionalismo do respectivo Ministério.

§ 3º - Os membros dos Conselhos Técnicos não perceberão vencimentos pelo desempenho do cargo, podendo, porém, vencer uma diária pelas sessões, a que comparecerem.

§ 4º - É vedado a qualquer Ministro tomar deliberação, em matéria da sua competência exclusiva, contra o parecer unânime do respectivo Conselho (BRASIL, 2001, p. 153)

O Brasil foi sendo estruturado administrativamente, transformando-se numa sociedade organizacional, por meio da criação de diversos órgãos e instituições, que absorviam um contingente cada vez maior de egressos da oligarquia agrária, os doutores e bacharéis, que formavam a classe alta e média urbanas, cuja maior parcela estava inserida no setor público, formando o estamento burocrático, característico do capitalismo e do Estado moderno.

A década de 30 no Brasil é marcada por uma instabilidade política, cujos principais fatos são:

eleição de Júlio Prestes; duas revoluções, a de 1930 e a Constitucionalista de 1932, em São Paulo; constituição da Junta Provisória; posse de Getúlio Vargas; instalação da Assembleia Constituinte (1933); eleição de Getúlio Vargas pelo Congresso (1934), como presidente constitucional, e instalação do Estado Novo, em 1937:

Não se tratava somente de medidas econômicas e políticas de alteração do passado colonial ainda presente no país – o rompimento com o paradigma agrário-exportador, desde 1930 – e que permitira a eclosão de amplo debate sobre a modernidade brasileira.... Será a partir de 1930 que o debate se fará político, gerador de projetos de transformação do país. Para tanto, o desenvolvimento tecnológico do país deveria desempenhar um papel central na formulação de políticas públicas para o país (SILVA et. al., 2011, p. 15).

Carente de legitimidade perante a sociedade, personalista, o governo intervencionista usou a propaganda estatal de maneira eficiente, transmitindo informações selecionadas, a exemplo de quão benéfico era o Estado na figura de seu chefe maior, para o convencimento da classe trabalhadora.

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado pelo Decreto-Lei nº 1.915 de 27/12/1939, atuava como os olhos e ouvidos da ditadura varguista e efetivava a cooptação das massas por meio da radiodifusão.

A informação era controlada por meio da censura dos jornais e demais publicações, que eram obrigados a obter a chancela do DIP, cuja atividade era definir o que deveria ser informado, deixando clara a intrínseca relação entre informação e comunicação.

Havia uma seleção prévia do que seria comunicado, de que forma comunicar e dar a conhecer o que é estabelecido por quem detém o poder. Um exemplo disso é a “Hora do Brasil”, veiculada pela Radiobrás, entre dezenove e vinte horas em cadeia radiofônica de caráter nacional, desde 1938. Apesar das inovações na área informacional, sobrevive até nossos dias.

Durante o Estado Novo, o fortalecimento do poder burocrático-estatal esteve refletido no aumento de sua capacidade decisória, com a instituição de inúmeros órgãos consultivos e normativos. Entre as comissões, se destaca a Comissão Mista da Reforma Econômico-Financeira, criada em 1935, sucedida pela Comissão de Reajustamento, que, por sua vez, culminou com o Conselho Federal de Serviço Público Civil, instituído pela Lei nº 284/1936.

O Estado procurava fortalecer seu poder por meio do “aperfeiçoamento dos instrumentos de controle e supervisão das diferentes esferas da vida social” (DINIZ, 1981. p. 79).

O Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), criado em 1938 pelo Decreto-Lei nº

579 de 30 de junho, cumpria o disposto na Constituição de 1937: “Art. 67 – Haverá, junto à Presidência da República, organizado por decreto do Presidente, um Departamento Administrativo...”.

O Dasp tinha, como um dos objetivos “racionalizar o sistema administrativo do país”, e, pela abrangência de suas competências, transformou-se num super-ministério. (GRAHAM, 1968 apud DINIZ, 1981. p 110). Suas atribuições se constituíam em racionalização da administração federal, o recrutamento e aperfeiçoamento de pessoal e as providências para capacitação por meio de programas e bolsas de estudo no exterior (SANTOS, 2010, p. 78).

A estrutura organizacional do Dasp comportava a Biblioteca, que, seguindo a orientação da Unesco, “tratava-se de um dos instrumentos indispensáveis à organização dos sistemas nacionais de informação que se pretendia implantar” (SILVA, 2006 apud SANTOS 2010, p. 78).

No período compreendido entre 1930 e 1980 há uma institucionalização de conselhos de cunho científico e econômico e diversos institutos de pesquisa. A partir dos anos 1930, são criadas, no Brasil, diversas instituições de ensino, informação, ciência e tecnologia, bancos estatais, instituições de planejamento, de telecomunicações, de energia, petróleo e outras, como podemos observar no Apêndice E.

A criação de novas instituições possibilitaria o planejamento econômico, a adoção de critérios científicos na tomada de decisões e no aperfeiçoamento das técnicas gerenciais, contribuindo para eliminar o uso de soluções políticas, falcatuas, promessas demagógicas das eleições e o coronelismo no meio rural (CARRARO; FONSECA, 2003).

O Estado brasileiro técnico-científico se configura à medida que a oligarquia agrária perde espaço no comando político, devido à crise econômica, concomitante à ascensão da classe média urbana, configurando a transição já aludida.

No segundo governo Vargas (1951 -1954) a palavra de ordem era o nacionalismo e o aumento da complexidade da administração pública tornava imperativo a formação de técnicos e especialistas nas mais diversas áreas de atividades, incluindo a de informação e documentação.

No ano de 1957 a edição do Indicador da Organização Administrativa do Governo Federal relacionou 71 comissões e 38 conselhos.

Em 1958, Beatriz Wahrlich publicou na Revista do Serviço Público, um retrato dos processos de informação utilizados pela administração pública federal, um trabalho que foi coligido e republicado, seis anos depois pela Fundação Getúlio Vargas.

A autora focou o Dasp, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), o Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), além dos serviços de estatística dos Ministérios e do próprio Dasp. Foi um trabalho minucioso, pois, além de identificar os serviços de documentação nas instituições, descrevia os objetivos e a subordinação de cada um deles. Entendemos ser importante elencar os serviços de documentação e respectivos ministérios estudados por Wahrlich, (Quadro 3) para deixar claro a importância dada pelo Estado à questão da informação e documentação, no âmbito de sua ação institucional. O quadro 3 abrange a atuação institucional nesta área, no período 1937 -1953.

Quadro 3 Serviços de documentação existentes no Brasil e ministérios a que se subordinaram, 1937 -1953

Órgão	Nome do serviço	Ano de criação
Ministério da Agricultura	Serviço de Informação Agrícola	1938
Ministério de Educação e Saúde	Serviço de Documentação	1937
Ministério das Relações Exteriores	Serviço de Documentação	1942
Ministério da Justiça e Negócios Interiores	Serviço de Documentação	1943
Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio	Serviço de Documentação	1944
Ministério de Viação de Obras Públicas	Serviço de Documentação	1944
Ministério da Saúde	Serviço de Documentação	1953

Fonte: WARLICH, 1964.

A partir da década de 30 nota-se uma certa preocupação, no Brasil, com o saber científico, a informação, o conhecimento. Refletindo essa preocupação foram criadas algumas instituições com objetivos direcionados para o tratamento, o armazenamento, a preservação e a disseminação de informações em áreas específicas do saber. Dentre estas instituições, podem ser destacadas:

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁴

As primeiras estatísticas no Brasil, remontam a 1585, elaboradas pelo Padre José de Anchieta, as quais serviram de base para o Barão de Rio Branco estimar a população da colônia portuguesa em 57 mil habitantes, conforme Gonçalves (1995), incluindo índios e escravos.

O primeiro censo do Império foi realizado em 1872. Anos depois e muitas alterações, foi criado, em 1934 o Instituto Nacional de Estatística, que incorporou o Conselho Brasileiro de Geografia, conforme o Decreto nº 1.527 de 24/03/1937 e passou a denominar-se Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Decreto nº 218, de 26/01/1938).

⁴ Para uma recente e fundamental obra sobre a estatística no Brasil ver SENRA, Nelson. História das Estatísticas Brasileiras, Rio de Janeiro, IBGE vol. 1- 2006; – vol. 4 -2009.

Em 1967 foi transformado em Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, responsável pela “produção direta de informações e a coordenação, a orientação e o desenvolvimento das atividades técnicas dos sistemas estatísticos e cartográficos nacionais”. (GONÇALVES, 1995. p.40).

Fundação Getulio Vargas

Para atender às necessidades de modernização decorrente das diretrizes estabelecidas pelo Dasp, foi criada a Fundação Getúlio Vargas (FGV), em dezembro de 1944, “para realizar estudos e pesquisas no campo da administração pública e privada e promover a capacitação de pessoal” (SANTOS, 2010. p. 80). A FGV é definida por Wahrlich como:

...instituição de caráter técnico educativo, com personalidade jurídica de direito privado, com a finalidade de promover estudos e pesquisas, nos domínios das atividades públicas ou privadas; prover à formação, à especialização e ao aperfeiçoamento de pessoal para empreendimentos públicos e privados; constituir-se em **centro de documentação para sistematizar e divulgar conhecimentos técnicos**; incumbir-se do planejamento e da organização dos serviços ou empreendimentos, tomar o encargo e executá-los, ou prestar-lhes a assistência técnica necessária; concorrer para melhor compreensão dos problemas de

administração, propiciando o seu estudo e debate (1964, p. 126, grifo nosso).

A FGV viabilizou a criação de várias instituições tais como: as Escolas: Brasileira de Administração Pública em 1952, de Administração de Empresas em 1954, de Economia, de Matemática Aplicada, de Pós-Graduação em Economia, de Direito, os Centros de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC, em 1973, e de Políticas Sociais; os Institutos Brasileiros de Economia, em 1951, e Brasileiro de Desenvolvimento Educacional, a Editora Getúlio Vargas. Além disso publica: Revista de Administração Pública, Revista Agroanalysis, Revista Brasileira de Economia, Revista Brasileira de Finanças, Revista Conjuntura Econômica, Revista de Administração de Empresas, Revista de Direito Administrativo, Revista Direito, Revista Estudos Históricos, Revista Getúlio e Revista Página 22.

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

Em maio de 1948 um grupo de cientistas e de amigos da ciência decidiu fundar, no Brasil, uma Sociedade para o Progresso da Ciência nos moldes das que já existem em outros países.

Na ata de fundação a Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência (SBPC), entidade não estatal,

contava com 265 sócios e, desde então o número tem crescido ininterruptamente. É associação civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, laica e sem caráter político-partidário. Dentre seus 14 objetivos, destacamos: contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do País; promover a disseminação do conhecimento científico por meio de ações de divulgação da ciência; incentivar e estimular o interesse do público com relação à ciência e à cultura.

As reuniões da SBPC são anuais, a primeira foi realizada em 1949, na cidade de Campinas, São Paulo, e a última, na cidade de Natal, Rio Grande do Norte em 2010. A próxima, neste ano de 2011, está prevista para Goiânia, Goiás. A partir de 1994 têm sido realizadas reuniões regionais em várias cidades do país. Até o momento, foram realizadas 39 reuniões regionais.

A SBPC é responsável pelas publicações: Anais da SBPC, Jornal da Ciência, Ciência e Cultura, Ciência Hoje, Cientistas do Brasil, Cadernos da SBPC e a revista eletrônica ComCiência.

Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas

A ideia da criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), remonta a 1943, quando o

pernambucano José Leite Lopes⁵ conheceu César Lattes⁶. A fundação do Centro ocorreu seis anos depois, em 1949, no Rio de Janeiro.

É uma instituição pioneira no desenvolvimento da investigação científica no Brasil nas áreas de Física Teórica e Física Experimental. Em três momentos distintos, o CBPF desempenhou um papel fundamental no cenário científico nacional, ao contribuir para a criação de outras instituições de renome, como o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), em 1952, sediado no Rio de Janeiro; o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), em 1980, transferido recentemente para Petrópolis, Rio de Janeiro; e o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), em 1985, instalado em Campinas, São Paulo.

Juntamente com o Instituto de Física da Universidade de São Paulo, o CBPF desempenhou um papel seminal na formação das primeiras gerações de físicos brasileiros e latino-americanos, bem como no desenvolvimento da física no Brasil.

⁵ Nascido no Recife, em 1918, foi aluno da Escola de Engenharia de Pernambuco, bolsista de várias instituições internacionais. Foi um dos criadores do CBPF e do CNPq, trabalhou por quinze anos na Universidade de Strasbourg e foi diretor, por quatro anos do CBPF, morreu no Rio de Janeiro, em 2006.

⁶ Cesare Mansueto Giulio Lattes nasceu em Curitiba, em 1924. Foi professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do CBPF e da Universidade de Campinas, fundador do CBPF e do CNPq, além de membro de diversas academias e associações científicas internacionais.

Ao longo de sua existência, tem abrigado grupos de excelência em várias áreas da física e, além de um Conselho Técnico-Científico, conta com uma estrutura moderna de administração para dar suporte aos trabalhos de pesquisa e está incorporado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Criado em 1951, como Conselho Nacional de Pesquisa, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é uma agência governamental, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e tem como finalidade fomentar a pesquisa científica e tecnológica e a formação de pesquisadores no Brasil.

A ideia de sua criação vem desde os anos 20, mas tomou alento no anos 30, quando integrantes da Academia Brasileira de Ciências – ABC, em 1931, sugeriram formalmente ao governo a criação de um Conselho de Pesquisas.

Em maio de 1936, o então Presidente Getúlio Vargas enviou uma mensagem ao Congresso Nacional sobre a "criação de um conselho de pesquisas experimentais", que não foi bem recebida pelos parlamentares.

Em 1946, o representante do Brasil na Comissão de Energia Atômica do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), Almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva⁷, propôs a criação de uma comissão, que só foi efetivada em 1949, com a criação de uma comissão especial para apresentar o anteprojeto de lei. Finalmente, em 1951, o presidente Eurico Gaspar Dutra sancionou a lei que criava o Conselho como autarquia vinculada à Presidência da República. Sua atual nomenclatura passou a ser usada em 1974.

O CNPq mantinha estrita ligação com as mais renomadas instituições brasileiras em áreas as mais diversas (Quadro 4), algumas das quais criadas à partir de sua implantação em 1951.

Quadro 4 Instituições criadas a partir da implantação do CNPq

INSTITUIÇÃO	ANO
Instituto de Matemática Pura e Aplicada	1952
Museu paraense Emílio Goeldi, fundado em 1866 foi incorporado pelo Instituto de matemática Pura e Aplicada	1954
Instituto de Bibliografia e Documentação	1954
Instituto de Pesquisas Rodoviárias (Transferido para o	1957

⁷ Nasceu em 1889 no Rio de Janeiro, foi Catedrático do Departamento de Físico-Química, Escola Naval, Presidente da Sociedade Brasileira de Química (1920 a 1928), representante brasileiro na Comissão de Energia Atômica da Organização das Nações Unidas e Presidente da Academia Brasileira de Ciências (de 1935 a 1937 e, no segundo mandato, de 1949 a 1951), foi idealizador do CNPq, faleceu em 1976.

Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes	
Grupo da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (em 1971 Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais)	1961
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia	1976
Autonomia do Museu Emílio Goeldi	1983

Fonte: <http://www.nacionalidades.ufc.br/textos/MDN-A%20trajetoria%20do%20CNPq.pdf>

Quadro 5 – Instituições desvinculadas do CNPq:

INSTITUIÇÃO	ANO
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, criado em 1949	1976
Observatório Nacional, criado em 1827 por D. Pedro I	1976
Laboratório Nacional de Computação Científica, originado do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	1980
Museu de Astronomia e Ciências Afins, criado no âmbito do Observatório Nacional, em 1982	1985
Laboratório Nacional de Luz Síncrotron	1987-1997
Centro de tecnologia Mineral criado em 1978	1988
Laboratório Nacional de Astrofísica, antigo Laboratório Astrofísico Brasileiro, criado em 1961	1989
Instituto de Desenvolvimento Sustentável, criado em 1990	1999

Fonte: <http://www.nacionalidades.ufc.br/textos/MDN-A%20trajetoria%20do%20CNPq.pdf>

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior

No mesmo ano de criação do CNPq (1951), foi criada a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual Capes) para atender

às necessidades de aperfeiçoamento e capacitação de recursos humanos no Brasil.

Diferentemente do CNPq, a agência surgiu para garantir recursos específicos para a formação de cientistas e pesquisadores no ambiente acadêmico. Sua linha de atuação está dividida em avaliação da pós-graduação *stricto sensu*; acesso e divulgação da produção científica; investimentos na formação de recursos de alto nível no país e no exterior; promoção da cooperação científica internacional; indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e à distância.

Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Instituição integrante da estrutura organizacional do CNPq, o então Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) foi criado em 1954, por Decreto Presidencial nº 35.124 DE 27/02/1954, com a finalidade de

promover a criação e o desenvolvimento dos serviços de bibliografia e documentação; estimular o intercâmbio entre as bibliotecas e centros de documentação e incentivar e coordenar o melhor aproveitamento dos recursos

bibliográficos e documentários do país (WAHRLICH, 1964, p.121).

Transcorridos 22 anos, o Instituto consolida-se como coordenador das atividades brasileiras de informação em C&T, incorporando em sua nomenclatura Ciência e Tecnologia, em 1976.

Atualmente, a finalidade do IBICT é:

Art. 4o O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia tem por finalidade promover a competência e o desenvolvimento de recursos e infraestrutura de Informação Científica e Tecnológica para a produção, a socialização e a integração do conhecimento científico-tecnológico (BRASIL, 2006).

O objetivo principal do Instituto era servir como centro de informações científicas para os pesquisadores e estudiosos do país, cujas atividades foram iniciadas pelo Serviço de Intercâmbio de Catalogação da Biblioteca do Dasp, em 1942, coordenado por Lydia Sambaquy⁸ e transferido para a Fundação Getúlio Vargas, no fim do Estado Novo (ODDONE, 2006, p.45 - 48).

O projeto de criação do IBBD foi inteiramente planejado, definido e escrito por Lydia Sambaquy, e foi beneficiado pela política da Unesco de fomentar o

⁸ Nascida em 1913, Lydia de Queiroz Sambaquy trabalhou na Biblioteca do Dasp, criada em 1938, implantou e coordenou o Serviço de Intercâmbio de Catalogação – SIC, e após o Estado Novo, atuou na Fundação Getúlio Vargas; foi a idealizadora do IBBD, criado em 1952. Morreu em 2006.

estabelecimento de centros bibliográficos nacionais. Essa política propiciou a Lydia e Jannice Monte-Mór, uma viagem de quase um ano, para percorrer as principais bibliotecas e centros de documentação da Europa e dos Estados Unidos. A viagem permitiu que Lydia ampliasse as idéias sobre a estrutura que o IBBD deveria ter para impulsionar as atividades científicas e tecnológicas nacionais. (Id. p. 49).

Não seria incorreto afirmar que os estágios anteriores da questão informacional, caracterizados principalmente pelo Dasp e pela Fundação Getúlio Vargas, consolidaram o “Regime de Informação” conceituado por Gonzáles de Gómez como:

modo de produção informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, vigentes em certo tempo, lugar e circunstância, conforme certas possibilidades culturais e certas relações de poder (2003,p.61).

O estudo realizado por Wahrlich (1964), em *obediência à agenda estabelecida pelo Instituto Internacional de Ciências Administrativas, para a Mesa Redonda de Liège*, levou-a à conclusão de que os serviços de documentação existentes no período por ela estudado atuavam mais como serviços de

publicidade e informações ao público do que como instrumentos de informação para a própria administração (p. 120).

A Sudene, autarquia da esfera federal e portanto, seguidora das diretrizes “daspianas”, após quatro anos de funcionamento tinha em sua estrutura organizacional as Divisões de Comunicações e Arquivo e a Divisão de Documentação, com competências de controle de entrada, tramitação e saída de documentos, arquivamento, biblioteconomia, documentação, editoração e divulgação.

A estrutura deixava claro que a informação, em seus diversos usos, procurava atender tanto o público interno, na qualidade de insumo primordial para as ações de planejamento e desenvolvimento, como o público externo, por meio de periódicos, a forma mais eficaz, à época, de divulgação. A intensa atividade de intercâmbio nacional e internacional se tornava acessível, como registrado no próximo capítulo, *A questão Nordeste e a gênese do planejamento regional*.

Capítulo 3
A questão Nordeste e a gênese do planejamento regional

Para conquistar coisas importantes devemos não apenas agir, mas também sonhar, não apenas planejar, mas também acreditar.

Anatole France

No Novo Mundo, incorporado ao domínio europeu pelas grandes navegações dos séculos XV e XVI, o Nordeste do Brasil foi uma das primeiras regiões a ser colonizada, embora *Região Nordeste* não fosse uma denominação utilizada naquele momento.

À borda do Atlântico, numa das áreas mais ricas do solo brasileiro, os portugueses introduziram a cana-de-açúcar, espécie de origem asiática, que assegurou, a partir do século XVI, as condições sócio-econômicas do então Norte brasileiro, tornando esta parte da Colônia a maior produtora e exportadora de açúcar entre os séculos XVI e XIX:

O complexo econômico instalado nas novas terras possuía algumas características que devem ser assinaladas: a união da produção agrícola, a produção da cana, com uma estrutura de sua transformação em um novo produto, o açúcar. Esse complexo econômico estava marcado pela exigência de mobilizar vultosos capitais, uma rede internacional de distribuição comercial, a concentração da propriedade da terra, a consequente concentração de renda e a existência de formas violentas de submissão da mão-de-obra, ou seja, a escravidão. Esta, para sua existência no Novo Mundo, exigia, por sua vez, a existência de um tráfico internacional legal, dispondo de agentes em vários lugares e, ainda, de uma conveniente frota de navios (BERNARDES, 2007, p 41-79).

Em Pernambuco, devido à próspera economia açucareira houve o deslocamento populacional para o

semiárido nordestino, iniciado por volta do século XVII, viabilizando a pecuária, que fornecia “carnes e animais para o trabalho nos engenhos e para o transporte na zona da cana” (PETRONE. 1982, p. 219) se concentrando às margens do Rio São Francisco.

O semiárido pernambucano é formado por 122 municípios, de acordo com a Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro do Ministério da Integração, ocupa uma área correspondente a 88% do Estado, com uma população de 3.236.741 de pessoas, representando, portanto, 40,9% da população de Pernambuco (BRASIL, 2005, p.34).

É uma região em que as calamitosas e periódicas secas levaram o Governo Imperial considerar, em 1877, a questão nordestina como problema nacional.

Pouco mais de um século depois, o I Plano de Desenvolvimento do Nordeste, na Nova República⁹, elaborado a partir de propostas apresentadas em seminários realizados na área de jurisdição da Sudene, incluía, entre seus pressupostos:

A consolidação do processo democrático brasileiro supõe e exige que se enfrente a questão nordestina como uma das prioridades nacionais, pois a Região dispõe de potencial de recursos humanos, naturais, tecnológicos,

⁹ A Nova República é o período iniciado com a redemocratização, encerrando a ditadura civil-militar (1964 – 1985).

organizacionais e políticos, estando, portanto, apta a contribuir para a superação dos grandes desafios nacionais SUDENE, 1986, p. 31).

A primeira divisão territorial brasileira, foi a das capitanias hereditárias; só a partir de 1930 o Nordeste se constituiu plenamente como uma região com delimitação oficial (BERNARDES, 2007).

Os anos 30 viram surgir um Estado formado pela aliança entre a oligarquia e a burguesia emergente, atores do pacto populista, que se fortaleceu com a criação e implantação de instituições (Apêndice 6), que viabilizaram o desenvolvimento do centro-sul do país.

Na Região Nordeste o Governo Federal criou, no período de sete anos: a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, 1945; a Comissão do Vale do São Francisco, 1948; o Instituto Joaquim Nabuco, 1949¹⁰; e os Bancos Nacional de Desenvolvimento Econômico e do Nordeste do Brasil, ambos em 1952, na tentativa de criar condições e instituições adequadas, que atuassem para o desenvolvimento do Nordeste.

A Inspetoria de Obras Contra as Secas – locs¹¹ foi a mais antiga instituição federal com atuação na região, implantada em 1909. Construía açudes e demais reservatórios de água, realizava ações de

¹⁰ Fundação Joaquim Nabuco em 1979

¹¹ Em 1945 passa a denominar-se Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas.

infraestrutura, conhecidas na literatura como “soluções hidráulicas”, que não resolveram a questão. Sua área de atuação foi então designada de Nordeste.

Aos poucos ficou claro, para o governo, que os problemas decorrentes do atraso econômico-social nordestino não se resolveriam com uma simples coleta de água, que projetos assistencialistas não bastavam para solucionar a problemática da região.

Numa revisão da política da União para o Nordeste, a revista Equipe, editada pela Divisão de Relações de Pessoal da Diretoria de Pessoal da Sudene, em número especial comemorativo de 10 anos da Autarquia, afirmava em dezembro de 1969:

Durante 50 anos a ação governamental no Nordeste concentrou-se na política de combate às secas... depois de tanto tempo de ‘obras contra as secas’, a economia nordestina era tão vulnerável a elas em 1958, quanto em 1877... o dinheiro despejado no Nordeste nunca deixaria de ser *assistência* ao invés de *investimento*, porque o nosso problema, desde o início, não era só a VERBA, era também o VERBO: era preciso SABER (SUDENE, 1969, p.10).

As diversas instituições federais atuantes na Região Nordeste, fragmentavam a ação governamental o que apontava para a necessidade de uma coordenação para efetivar a intervenção programática planejada.

O Nordeste foi representado, na literatura regionalista, por obras de autores consagrados como José Lins do Rêgo - Cangaceiros; Graciliano Ramos - Vidas Secas; Rachel de Queiroz - O Quinze; Jorge Amado - Seara Vermelha e Euclides da Cunha - Os Sertões.

Durante muito tempo as representações sobre o Nordeste estiveram associadas à fome, à miséria, ao cangaço, aos beatos, à seca, à morte.

As imagens sociais do Nordeste, inclusive veiculadas pelas grandes emissoras de televisão, estão ligadas ao chamado coronelismo, ao cangaceirismo e à persistência de formas arcaicas de relações sociais, situadas no universo do pré-capitalismo. O Nordeste seria, assim, a região onde o arcaísmo se confunde com o atraso nas relações sociais e nas formas do exercício do poder. Seria, pois, uma região que conheceu um outro ritmo histórico e, portanto, conservou formas e estruturas das relações sociais e da dominação política que, em outras áreas, já teriam desaparecido, ou mesmo, nunca teriam tido vigência (BERNARDES, 2007, p. 41-79).

No entanto, na formação da classe latifundiária não existe diferença entre as regiões, a do café (Centro-Sul) e a do açúcar (Nordeste): ambas são compostas pela propriedade da terra, por latifúndios. Bourdieu afirma:

...se a região não existisse como espaço estigmatizado, como 'província' definida pela distância econômica e social (e não geográfica) em relação ao 'centro', quer dizer, pela privação do capital (material e simbólico) que a capital concentra, não teria de reivindicar a existência... (2009, p. 126)

A regionalização de países territorialmente extensos é um instrumento inequívoco para o desenvolvimento. Assim é que a constituição vigente de 1988 ao estabelecer “a composição dos organismos regionais” anteriormente mencionados, ratifica o acerto de uma instituição que realizava ações técnicas e políticas para a tão sonhada equidade nacional.

Lutas sociais, estado e planejamento

A preocupação do Governo Federal em relação ao Nordeste se revela nas últimas cinco constituições brasileiras. Na Carta Magna de 1934, no art. 177:

A defesa contra os efeitos das secas nos Estados do **Norte** obedecerá a um plano sistemático e será permanente, ficando a cargo da União, que despenderá, com as obras e os serviços de assistência, quantia nunca inferior a quatro por cento da sua receita tributária sem aplicação especial (BRASIL, 1934, p.45).

Na constituição de 1937, vigente no Estado Novo, não há referência à Região Nordeste. Na

constituição promulgada em setembro de 1946, no art. 198 foi previsto:

Na execução do plano de defesa contra os efeitos da denominada seca do Nordeste, a União despenderá, anualmente, com as obras e os serviços de assistência econômica e social, quantia nunca inferior a três por cento da sua renda tributária (BRASIL, 1946, p. 38).

Observamos duas alterações importantes nos textos constitucionais. Uma, diz respeito à mudança de denominação da Região Norte para Região Nordeste, a outra está relacionada ao percentual da renda tributária da União, para dispêndio com obras e serviços de assistência contra os efeitos da seca, que na Carta Magna de 1946 baixou em 1% os referidos recursos.

A constituição de 1967, no Art. 8º item XII determina como competência da União “estabelecer e executar **planos regionais de desenvolvimento**” (BRASIL, 1967, grifo nosso).

A constituição vigente, promulgada em 1988, considerou as questões relativas aos desníveis regionais, que se acentuaram, a despeito de todos os esforços empreendidos pelo Governo Federal, cujos preceitos convém destacar:

no Art. 3º, item II: “garantir o desenvolvimento nacional” e no item III “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as **desigualdades sociais e regionais**”;

no Art. 43º § 1º “Lei complementar disporá sobre: I – as condições para **integração de regiões em desenvolvimento**; II – a **composição dos organismos regionais** que executarão, na forma da lei, os planos regionais, integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, aprovado juntamente com estes” (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Cabe uma reflexão sobre esses preceitos, pois a Região Nordeste, na data da promulgação da Carta, já dispunha de um o organismo regional em funcionamento havia quase três décadas.

A Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) provocou o aumento do preço do açúcar, devido à sua escassez no mercado mundial, o que, por um lado, favoreceu os usineiros e senhores de engenho, que precisavam de terras para expandir a plantação da cana- de- açúcar; por outro lado, foi cruel para os camponeses, expulsos da terra que ocupavam (SANTIAGO, 2001, p. 67).

Ocupando terras menos produtivas ou habitando a periferia das cidades, a insatisfação desses trabalhadores era cada dia maior. Assim, movimentos sociais como as Ligas Camponesas encontraram uma ambiência favorável para seu surgimento e fortalecimento.

A tensão social no Nordeste, e especificamente em Pernambuco, era de conhecimento dos Estados Unidos:

O público dos Estados Unidos foi o primeiro informado em detalhes sobre o grave perigo existente no Nordeste em dois artigos de primeira página no N.Y. Times por Tad Szulc, em 31 de outubro e 1º de novembro de 1960. Estes artigos alarmantes puseram o Nordeste “no mapa” para o público estadunidense. Daí em diante, ele se transformou num ponto de parada obrigatório para dignatários e jornalistas em viagem. No verão de 1961, o Presidente Kennedy recebeu Furtado na Casa Branca e iniciou o apoio dos E.U.A. ao programa da Sudene (HIRSCHMAN, 1961. P 104).

A crescente urbanização e a formação da classe média do Centro-Sul acentuavam ainda mais as diferenças regionais; paralelamente, as capitais nordestinas registravam um crescimento urbano favelado, formado por uma classe pobre que vivia à margem das poucas oportunidades de bem-estar social.

Em Pernambuco, a maior parte da população urbana era constituída de migrantes da área rural, atingidos pelo fenômeno climático, as secas. Em 1960 a população urbana era de 1.828.426, duas décadas depois passa para 3.783.264, o que significa um aumento de 206,91% de pessoas nas cidades¹².

A unidade nacional tornava-se vulnerável, à medida que a disparidade entre o Nordeste e o Centro-Sul se acentuava; curiosamente, a participação

¹² Censo demográfico IBGE, 1960 e 1980

política nordestina no cenário nacional aumentava. Segundo Castro:

Um dos perigos do desequilíbrio econômico nacional é a ameaça de separatismo, a ameaça de agitação social. É isso que devemos evitar e não o conseguiremos enquanto houver regiões de riqueza e de miséria, de fome e de luxo, de abandono e de privilégio (1957, p.114 apud HIRSCHMAN, 1961, p. 89).

É impossível desassociar o movimento de industrialização brasileiro cuja participação no PIB era de 25% em 1960, da expansão do grande capital monopolista, que não solucionou as contradições do desenvolvimento das áreas periféricas – Norte e Nordeste, cidade e campo, antes acentuou-as.

No Centro-Sul, o setor agroexportador era muito forte, formado pelo capital cafeeiro, mas se observa picos de crescimentos da industrialização nos anos de 1885, 1920, 1929 e 1939, e após um intervalo, em 1947.

A indústria emergente era caracterizada por bens de consumo, com a intervenção do Estado a partir do segundo Governo Vargas (1951–1954), inicia-se uma transição, passando à indústria de bens de produção, ratificado e expandido com o Programa de Metas do Governo Kubitschek (1956 – 1961), que deu grande ênfase à industrialização.

Na década de 50, o Governo de Pernambuco por meio da Comissão de Desenvolvimento Econômico de

Pernambuco¹³, encomendou ao Padre Lebret um estudo para implantação de indústrias. No prefácio da obra, Baltar (LEBRET, 1955, p. VII) propunha o “enquadramento do problema da ascensão humana de toda a população do Nordeste – a elevação de seus níveis de vida, e a implantação progressiva de uma civilização de base agro-industrial equilibrada”. O dominicano também apontou a necessidade de formação de técnicos:

... é necessário dar um lugar proeminente ao equipamento pedagógico. Nada se fará se não houver homens para enquadrar a massa e tornar a mão-de-obra tão eficaz quanto possível [...] o ensino agrícola superior e o ensino agrícola intermediário e primário são igualmente necessários... a pedagogia atual não forma os homens necessários à valorização da terra e os intermediários, sejam instrutores, sejam técnicos da agricultura que possam servir de conselheiros agrícolas (LEBRET, 1955, p 40-41).

É a partir da década de 50, que, segundo Oliveira (2006, p. 7), “começa a ganhar força a vertente de planejamento e políticas de desenvolvimento regional”, cujos exemplos mais

¹³ Decreto 180, Art. 12 de 11/08/1952.

significativos foram a criação da SPVEA¹⁴ (1953) e da Sudene (1959).

Movimentos da sociedade civil, como o Congresso de Salvação do Nordeste (1955), a Conferência Nacional dos Bispos do Nordeste (Campina Grande-PB, 1956), o Encontro de Salgueiro (1958) e o Segundo Encontro dos Bispos do Nordeste (Natal-RN, 1959) refletiam o grau de insatisfação generalizada em relação à política do Governo Federal para a Região Nordeste.

Pressionado, o governo criou, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (1956) que, liderado por Celso Furtado, elaborou o documento **“Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste”**, apresentado ao Presidente Juscelino Kubitschek em 1959.

Este documento propiciou a criação de um outro Conselho, o de Desenvolvimento Econômico do Nordeste – Codeno (1959), como “providência intermediária”, o qual transformou a 31ª meta do Programa de Metas, na Operação Nordeste, entendida por acadêmicos e empresários da região como política compensatória, uma vez que o Plano de Metas do governo Kubitschek enfatizou a implantação de

¹⁴ Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, substituída em 1966, pela Sudam (Lei. 5.173 de 27/10/1966).

indústrias de base, obras de infra-estrutura, agricultura e educação na Região Sudeste (DUARTE, 1994, p. 131).

Em paralelo, o Presidente Juscelino Kubitschek enviou ao Congresso o projeto de lei criando a Sudene.

Quase tudo na lei da Sudene era “diferente” e de grande alcance. Tratava-se de uma nova entidade federal, mas em seu Conselho Deliberativo tinham assento não só os representantes dos Ministérios econômicos e os das agências a serem coordenadas – tais como o Dnocs, Cvsf, BNB, como também os governadores dos nove estados nordestinos. Incluindo em seu planejamento a área do estado do Maranhão, a Sudene ampliou a definição tradicional de Nordeste (HIRSCHMAN, 1961. p 98).

Quando a Sudene foi instituída, o cenário populacional brasileiro era de 70 milhões de pessoas, em 1960; vinte anos depois, essa cifra era de 120 milhões de pessoas, das quais 51% viviam em cidades.

O crescimento populacional foi acompanhado da desigualdade social – em 1960, 50% da população pobre dispunha de 17% da renda nacional, enquanto os mais ricos dispunham de 39%; em 1980, a percentagem de participação dos mais pobres diminuiu para 12%, enquanto a dos mais ricos subiu para 50% da receita, no mesmo período.

A Sudene iniciou sua atuação devidamente institucionalizada e politicamente estruturada, a partir de dezembro de 1959, e absorveu o patrimônio constituído pelo acervo do Codeno, “incluídos os seus haveres, bens móveis, **documentos e papéis do seu arquivo**” (BRASIL, 1959, grifo nosso).

Não obstante o ineditismo de sua missão, o planejamento para o desenvolvimento de uma região escandalosamente pobre, a Sudene não contava com quadros capacitados para tocar suas muitas atividades. Era necessário formá-los. Assim “considerou em primeiro lugar o problema de recursos humanos a curto prazo do ângulo de sua própria capacitação, para atender as necessidades de mão de obra qualificada e especializada” (ROCHA, 1978).

Os técnicos arregimentados das universidades foram capacitados e formados como Técnicos em Desenvolvimento Econômico, preparados para não só produzir informações que nortegassem o processo decisório, mas também para executar o planejamento, dado que a estrutura administrativa dos estados era, à época, muito precária.

A pesquisa nos possibilitou colher depoimentos de pessoas que vivenciaram essa experiência:

A Sudene estava selecionando, era o seguinte: você escolhia um tema... Mandeí minha monografia, aí eles me convocaram, me submeti a uma banca violenta de triagem, ele fez em

todos os estados do Nordeste, porque ele queria formar os técnicos em desenvolvimento, que atualmente são chamados técnicos em planejamento... Aí fui fazer um curso de cinco meses chamado Curso Técnico em Desenvolvimento – TDE, ministrado pela Sudene e pela Cepal... Era muito sério isso, o Celso, ele dava uma atenção pessoal porque ele achava que estava formando o cerne do desenvolvimento para o Nordeste. O curso tinha dois segmentos, entre as 80 pessoas selecionadas, 50% era para cada estado, começamos a ter um sistema de desenvolvimento regional e a outra metade era para a Sudene... Celso deu as aulas de desenvolvimento para nós, ele cobrava com muita “violência” porque era integral o curso. O que o Celso fez? Ele pegou advogado, agrônomo, engenheiro, psicólogo e sociólogo e deu um bom desenvolvimento porque o objetivo dele foi fazer com que cada profissional, na sua área, tratasse a realidade como um problema de desenvolvimento. (ENTREVISTADO 1)

... Muitos foram estudar no exterior com bolsa que a Sudene garantia, por conta da deficiência dos cursos aqui, a Sudene bancava, tinha um compromisso firmado de que ao voltar, pelo menos dois anos tinha que trabalhar aqui... Então se perdeu muito de gente formada, mas esse processo foi feito, realmente, um investimento e teve o efeito de fazer a própria Sudene se enriquecer de experiência, como eu disse, prá dentro era o TDE (Técnico em Desenvolvimento Econômico). (ENTREVISTADO 6)

Segundo Oliveira, a Sudene em sua forma institucional, autárquica, foi “uma espécie de Revolução de 30 defasada em pelo menos duas décadas” (1981, p. 37), e seu processo de criação no âmbito parlamentar “reflete, admiravelmente, o posicionamento das diversas classes sociais no Nordeste e fora dele, em relação à nova atuação do Estado na região”. (p. 115).

A Sudene era um órgão técnico por excelência, órgão de planejamento econômico, objetivando o desenvolvimento da maior e mais populosa região subdesenvolvida do hemisfério ocidental.

Para a flexibilização indispensável ao cumprimento das suas atribuições, a Sudene estava dotada estatutariamente de:

Autonomia administrativa – estava ligada diretamente à Presidência da República;
Representação própria em juízo e fora dele – por meio de seu Superintendente;
Patrimônio próprio, decorrente de 2% da renda tributária da União, inclusive constituído pelo acervo do Codeno, incluídos os seus haveres, bens móveis, **documentos e papéis do seu arquivo**. (BRASIL, 1956; BRASIL, 1959, grifo nosso)
Funções cujo exercício depende necessariamente de capacidade jurídica, como de contratar a execução de obras e serviços, tendo criado

e participado de mais de dez empresas subsidiárias¹⁵, além de fundos especiais e programas;

Prerrogativas de poder público, como as de desapropriar, requisitar funcionários e exercer fiscalização financeira e administrativa sobre outros órgãos encarregados da execução de obras de interesse para o desenvolvimento da região nordestina (CONCEIÇÃO, 1982, p. 122-123).

Na Consolidação das Normas Legais da Sudene, aprovadas pela Portaria nº 487/69, em seu artigo 6º estava incumbida a autarquia, além dessas atribuições, de:

- I. Examinar e encaminhar, com o seu parecer ao Presidente da República, através do Ministério do Interior, proposições que se relacionem com os problemas de desenvolvimento do Nordeste e que estabeleçam recursos específicos para aplicação nessa Região;
- II. Controlar, sem prejuízo das atribuições deferidas a outros órgãos, os saldos das dotações orçamentárias, créditos especiais e outros créditos adicionais, financiamentos e contas bancárias especiais dos gestores dos projetos constantes do Plano Diretor, através dos elementos fornecidos pelos órgãos executivos;
- III. Fiscalizar o emprego dos recursos financeiros destinados especificamente ao desenvolvimento do Nordeste, inclusive pelo confronto de obras e

¹⁵ Uma explicação para tantas subsidiárias deve-se à falta de “aparelhamento para o exercício de uma administração descentralizada de base regional” (SUDENE, 1990, p.32).

serviços realizados com os documentos comprobatórios das respectivas despesas e com padrões técnicos e econômicos;

- IV. Sugerir, relativamente à região, para as providências legislativas que se fizerem necessárias, a criação, adaptação, transformação ou extinção de órgãos, tendo em vista a capacidade ou eficiência dos mesmos, sua adequação às respectivas finalidades, e, especialmente, a parte que lhes competir na execução do Plano Diretor.

Não é sem razão que a institucionalização da Autarquia tenha enfrentado resistências em nível regional. Havia o temor de perda de “privilégios” dos meios de manipulação e controle adquiridos há anos pelas lideranças políticas locais e, em nível nacional, os itens II e III das Normas Legais referidas, justificam a resistência. Afinal era um órgão regional com incumbências de Ministério. E o Presidente Kubitschek tinha consciência disso:

Conheço a conspiração dos que sofrem com a metamorfose do Brasil, sentindo-se por ela prejudicados. Conheço o que os inspira e movimenta. **Não ignoro os interesses que estão sendo contrariados por iniciativas como esta da Operação Nordeste**, a qual será capaz de transformar extensa parte do nosso território, modificando radicalmente a sua política e promovendo a valorização econômica de certas zonas, cujos habitantes figuram entre os mais desprotegidos de nossa Pátria, mas também entre os mais heróicos e merecedores de todo nosso respeito e desvelo. Sou obrigado a

confessar, com tristeza, que **encontrei obstáculos à formulação da nova política de desenvolvimento do Nordeste, porque o próprio estado crônico de desamparo de uma parte da família brasileira dava margem a uma espécie de indústria, propiciando o estabelecimento e a permanência de clientelas ávidas a serviço de interesses muita vezes em conflito com as verdadeiras necessidades do povo e da administração...** Impunha-se a execução de uma política econômica fundamentada no planejamento global de medidas tendentes a modificar a estrutura do sistema econômico da região nordestina, adaptando-a às possibilidades e exigências do meio...

Se os instrumentos de que vamos dispor doravante trabalharem todos numa só direção e não uns contra os outros, — ou como até agora tem ocorrido nas hipóteses mais favoráveis — alheios uns aos outros, parte substancial da população nordestina será liberada de um desespero tanto mais terrível, quanto mais silencioso... Ao sancionar a Lei que cria a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, dou por encetada a fase executiva da Operação Nordeste, que toma o seu lugar no vasto quadro da Operação Pan-Americana e representa ato de legítima defesa do Brasil, demonstrando nossa decisão de nos empregarmos a fundo no sentido de harmonizar as forças políticas e econômicas da Nação e conduzi-las para os grandes objetivos da paz, da união e da prosperidade (KUBITSCHKE, 1959, p. 349 – 354, grifo nosso).

Para se ter uma ideia do cenário de resistência basta recordar o período que o I Plano Diretor, concluído em março de 1960, levou para ser aprovado pelo Congresso no final de 1961, ou seja, 21 meses.

No Recife, houve manifestações em praça pública, em que setores da sociedade civil, trabalhadores, políticos e empresários se uniram, exigindo a aprovação do Plano Diretor.

O Primeiro Plano Diretor estava no Congresso em 1961 dependendo de votação, então foi feito aqui uma grande movimento, comício para aprovar o Plano Diretor porque senão perdia o prazo, então houve uma movimentação de empresários porque eles tinham interesse nos incentivos, se engajou (sic), o que foi um movimento na época chamado de cunho esquerdista, digamos assim, apoiado pelas forças populares... é uma questão de força política que atuava naquela época, estavam todas a favor do Plano, até que de última hora ele (Cid Sampaio) foi, foi vaiado no comício, eu me lembro o homem da “lurdinha”, Tenório Cavalcanti¹⁶ defendendo o Plano Diretor... Tinha um deputado da Paraíba, Argemiro de

¹⁶ Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque nasceu no ano de 1906 em Palmeiras dos Índios (AL), migrou para o Rio de Janeiro, trabalhou como administrador de fazendas na Baixada Fluminense, envolveu-se em tramas políticas, adquirindo fama de pistoleiro, foi vereador e deputado, estadual e federal e incorporou a imagem de líder carismático de migrantes nordestinos, empunhando sua metralhadora e envergando uma capa preta. Fundou o jornal Luta Democrática, teve o mandato de deputado federal cassado em 1964. Morreu em 1987.

Figueiredo¹⁷, que foi contra, isso porque num diagnóstico que Celso Furtado fez, um estudo, ele provou que o governo federal aumentava o atendimento para o Nordeste, mas não tinha resultado, não tinha retorno, um dos papéis da Sudene era fiscalizar a aplicação de todo recurso federal, todo o investimento para o Nordeste passasse (sic) pela Sudene (ENTREVISTADO 5).

O entendimento é que a Sudene “deveria tornar-se progressivamente o grande órgão de estudos, informação, planejamento, coordenação e controle do Governo Federal no Nordeste” (SUDENE, 1969, p. 31), ou seja, a instituição seria o instrumento de uma “intervenção planejada”, componente de um processo de “modernização conservadora na região” (LIMA JR. 2008. p. 23;114).

Com a Sudene,

tornam-se mais visíveis os focos de miséria até então mascarados pela miopia coletiva e pelo tradicionalismo ideológico que reduzem o inconformismo camponês nascente – tal como o movimento operário nos anos 20 – a mera ‘questão de polícia’. Segundo essa mesma ótica, as causas da miséria seriam atribuídas à ignorância, ao atraso e à indolência que só poderiam ser vencidos a longo prazo, quando o sopro do progresso, através de uma política

¹⁷ Nascido em Campina Grande (PB), em 1901, foi deputado federal, Governador da Paraíba e Senador da República, morreu em 1982. Declarou-se contra a Sudene em diversos artigos publicados no O Jornal “a Sudene pode fazer despesas sem discriminação específica. Essa faculdade discricionária está nas mãos vermelhas do senhor Celso Furtado”.

gradual de educação e saúde, difusão de técnicas agrícolas, energia e transporte rompesse o isolamento fatal que confina à passividade social o trabalhador dos campos (CAMARGO, 1981. p. 167).

A Sudene foi concebida, também e sobretudo, para propor as diretrizes da ação governamental na Região (BACELAR, 1986, p.9). A principal atribuição da autarquia era o planejamento

como um processo decisório e, em última instância como um sistema informacional, porquanto seus insumos e produtos são informações, sob os mais diversos ângulos, os instrumentos da nova política social têm de ser gerados nesse contexto (SANTANA, 1986, p. 206-207).

Para planejar, precisava de informação, era preciso produzi-la. Todavia, o escasso número de servidores, em sua maior parte desqualificados para o desempenho das atividades de pesquisa de campo, de desenvolvimento econômico, entre outras, obrigou a gestão a investir inicialmente na formação do seu quadro técnico.

Eu fiz uma seleção para fazer um curso de Técnico em Planejamento Educacional, a Sudene tem umas coisas tão sensacionais, tinha que formar quadros pois não tinha pessoal, e o que a gente sabia de educação é o que a faculdade ensinasse, coisas como índices, rentabilidade, coisas que o pessoal não pensava, claro,

pensava a questão escolar que é óbvio, mas a Sudene tinha uma visão de planejamento para a região. (ENTREVISTADO 3).

O processo de coleta de dados e informações, reconhecidamente fundamentais, até hoje, para o conhecimento regional e implantação de políticas desenvolvimentistas, só foi deflagrado após a formação do seu quadro técnico, num grande esforço para “suprir a deficiência de informações socioeconômicas sobre o Nordeste” (SUDENE, 1990, p. 59).

As informações sobre a Região Nordeste, produzidas ao longo dos anos de atuação da Sudene foram e são determinantes para a busca de recursos financeiros e incentivos fiscais que viabilizem empreendimentos públicos e privados nas áreas industrial, agrária e de serviços. Estas informações se constituem em ativos, se considerarmos que:

O Nordeste é com certeza, a macrorregião do Brasil detentora da mais vasta e antiga experiência de planejamento. O acervo de conhecimentos [estoques de informação] assim acumulados constitui uma base irrecusável de apoio para a formulação de uma proposta de desenvolvimento regional (BRASIL, 2006, p. 87).

O capital informacional produzido pela Sudene ao longo de sua atuação, ainda hoje parcialmente inexplorado, nos remete ao que afirma Jardim (1999

apud JARDIM; WILKE, 2008, p.7) “o Estado é uma das maiores fontes de informação e que requer ainda uma grande quantidade de massa informacional para sua manutenção”.

A informação como elemento estruturante e estruturador do planejamento deve ser destacada no âmbito de atuação da Sudene, o que será feito logo adiante.

A estrutura política da Sudene quando de sua criação se reflete na composição de seu Conselho Deliberativo formado por governadores da Região, representantes de órgãos federais e financeiros. (Quadro 6), ao mesmo tempo em que demonstra a complexidade de sua formação, exigindo permanente mediação do Superintendente, embasado por estudos técnicos. Na visão de Silva Filho:

Uma consequência da maior importância da estrutura da Sudene foi propiciada por uma integração permanente entre o poder político e os aspectos técnicos do desenvolvimento, fazendo com que os políticos aprovassem planos, programas e projetos com o máximo de suporte técnico, enquanto os técnicos, cada vez mais, tomavam consciência de que a efetiva operacionalização dos programas e projetos dependeria de articulação e participação do poder político (2009, p. 14)

A superação dos desequilíbrios regionais entre o Nordeste e o Sudeste, além de estudos, exigia a

participação das lideranças políticas dos estados e principalmente a participação direta do Estado enquanto indutor, traduzida em decisão política e recursos financeiros.

Quadro 6 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SUDENE 1959 - 1973

ÓRGÃO	COMPOSIÇÃO
Conselho Deliberativo Não tem estrutura fixada em lei, não dispõe de presidente efetivo. Cada sessão era presidida por um dos seus membros, eleito <i>ad hoc</i>, conforme o parágrafo 1º do art. 13 da Lei nº 3.692. É um órgão político de planejamento com poder de fazer escolhas políticas.	Governadores dos Estados e território Federal da área de atuação da Sudene; Representante do Estado-Maior das Forças Armadas; Representantes de cada um dos Ministérios Civis da União; Representante da administração indireta federal, ligada diretamente ao problema regional (Dnocs, Chesf, Codevasf, Suvale) Representantes dos Bancos: do Nordeste do Brasil; Nacional de Desenvolvimento Econômico; do Brasil Superintendente da Sudene
Secretaria Executiva	Gabinete do Superintendente; Assessoria Técnica; Assessoria Jurídica; Departamento de Pesquisas de Recursos Naturais; Departamento de Atividades Econômicas Básicas; Departamento de Estudos Específicos; Departamento de Controle e Ação de Emergência; Departamento de Assistência Técnica e Formação de Pessoal; Departamento de Atividades Internas Escritórios do Rio de Janeiro e de São Paulo Foram criados ainda: Grupos Especiais de Águas Subterrâneas; de Abastecimento de Água; de Águas de Superfície; de Estudos do Vale do Jaguaribe e de Irrigação do São Francisco.

Secretaria Executiva (Decreto nº 52.346, de 12/08/1963)	Gabinete do Superintendente – GS; Assessoria Técnica – AT; Assessoria Jurídica – AJ; Assessoria de Cooperação Internacional – ACI; Auditoria – AUD; Departamento de Recursos Naturais – DRN; Departamento de Recursos Humanos – DRH; Departamento de Investimentos de Infraestrutura – Dinfra; Departamento de Agricultura e Abastecimento – DAA; Departamento de Industrialização – DI; Departamento de Administração Geral – DAG Escritórios
Secretaria Executiva – 1967	Departamento de Administração Geral – DAG; foram criadas as: Diretoria Financeira – DF Diretoria de Pessoal – DPE Departamento de Investimentos de Infraestrutura – Dinfra passou para: Departamento de Transportes – DT Departamento de Energia – DE Departamento de Saneamento Básico – DSB
Reforma administrativa – 1974 (Decreto nº 72.776, de 11/09/1973)	Dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria Executiva da Sudene, cuja implantação se deu por meio da Portaria 12/73, da Superintendência da Autarquia, que também aprovou o Regimento Interno.

Fonte: A autora.

A Sudene e seus tempos

Nas leituras efetuadas ao longo desta pesquisa foram identificadas algumas periodizações do funcionamento institucional da Autarquia, (SUDENE 1978, 1980, Procenge, 1987; Silva Filho, 2009 e Arruda, 2011).

Silva Filho (2009, p.8) em seu livro *Sudene 50, Uma abordagem política, institucional e administrativa*, compreendendo “não poder submeter a realidade social a uma *camisa de força*”, classifica o processo de planejamento da Sudene em três momentos: autonomia absoluta (1959/1964); centralização parcial (1964/1979) e centralização total (1979/2001), os quais correspondem aos graus de sua autonomia decisória. A verdade é que a Sudene passou por muitas etapas, desde sua criação, até 2011 (Quadro 7)

Quadro 7 Etapas da história da Sudene de acordo com alguns autores

AUTOR	PERÍODOS
Arruda (2011)	Sudene original – 1959 a 1964 Sudene do Governo Militar – 1964 – 1985 Sudene da redemocratização – 1985 a 2001 Sudene fantasma – 2001 - 2011
Silva Filho (2009)	Autonomia absoluta – 1959 a 1964 Centralização parcial – 1964 a 1979 Centralização total – 1979 a 2001
Sudene (1978)	1959 a 1968 1968 a 1973 1974 a 1980

Sudene (1980)	1960 a 1962 1963 a 1965 1966 a 1968 1969 a 1973
Sudene/Procenge (1987)	1959 a 1964 1964 a 1969 1969 a 1972 1973 a 1985
Sudene	1980 a 1994 1995 a 2001 2007

Fonte: A autora.

No *Relatório Anual de 1978*, a atuação da Sudene está classificada em três fases podendo-se identificar diferentes “enfoques e graus de intensidade na implementação da política de desenvolvimento do Nordeste”(SUDENE,1979, p.11): a primeira, que compreende o período desde sua criação até 1968; a segunda, que vai de 1968 a 1973, e a terceira fase, iniciada em 1974 até 1980.

O documento *Sudene Vinte Anos* (1980) apresenta sua atuação, periodizando-a por meio dos Planos Diretores (1960-62; 1963-65; 1966-68; 1969-73).

Em 1987, no documento de trabalho *O deve ser da Sudene*, elaborado pela Procenge Consultores S/A, a periodização é a seguinte:

1959 – 1964, quando a Sudene é caracterizada por “uma concepção global do Nordeste e uma forte capacidade de atuação, derivada de uma vinculação direta à Presidência da República”;

1964 – 1969: apesar de continuar atuando intensamente, “a desvinculação da Presidência da República, a gradativa perda de autonomia orçamentária e a impossibilidade de atuar sobre a questão agrária são as mudanças significativas deste período”;

Pontos a serem considerados foram a centralização do orçamento, no Ministério do Planejamento, criado em 1962, o fortalecimento dos órgãos setoriais, os cortes orçamentários e a crescente busca por quadros técnicos especializados que causou a diminuição de servidores da Sudene.

1969 – 1972: caracterizado pela “diminuição da intensidade de atuação e perda da faculdade de elaborar os Planos Diretores, mudanças determinadas pelas transformações iniciadas no modelo de desenvolvimento nacional e pelo recrudescimento do autoritarismo no quadro político do país”;

1973 – 1985, período em que, aponta o documento, “aconteceram mudanças significativas nos papéis da Sudene”, decorrentes do “processo de centralização e especialização setorial do aparelho de Estado brasileiro”, quais sejam: “redução de intensidade do papel de agente de industrialização e abandono da concepção global da região”, com a adoção dos programas especiais (POLONORDESTE, PROGRAMA SERTANEJO, PROHIDRO, PROCANOR, PAPP) e a “busca de legitimação institucional”, por

meio de “administração de convênios”, ou seja, reduziu sua atuação a repasses de recursos do Governo Federal para os estados, o que convenhamos, não se justifica, por se tratar de uma função financeira e para isso o BNDE (1951) e o BNB (1952) já atuavam na Região.

As leituras nos indicaram ainda mais três fases:

Entre 1980 e 1994: período em que se vislumbra a possibilidade de uma abertura política, processo que culmina na eleição indireta para Presidente, com a vitória de Tancredo Neves e a posse efetiva de José Sarney, substituído em 1991 por Collor de Melo. Neste curto e marcante governo, ocorre o esvaziamento da Sudene, decorrente da reforma administrativa que aposentou 46.196 servidores federais, pôs em disponibilidade outros tantos e ocasionou várias transferências de profissionais sudeneanos para outros órgãos;

A fase de 1995: quando Fernando Henrique Cardoso aposentou 34.203 servidores federais¹⁸, até a extinção da Autarquia em 2001 (Medida Provisória 2.145, 02/05/2001);

E a sexta fase: iniciada em 2007 (Lei Complementar nº 125, de 03/01/2007, Decreto nº 6.198 de 28/08/2007), em cumprimento à promessa

¹⁸ http://www.anasps.org.br/mostra_materia.php?id=630 Acesso em: 23/04/2011

de campanha do candidato à presidência da República, Luis Inácio Lula da Silva, até os dias atuais. Períodos que estão fora do escopo deste trabalho.

Há vários olhares sobre a trajetória da Sudene e, obviamente não aprofundamos esse aspecto, por não ser o escopo de nosso trabalho. Contudo, nos pareceu interessante registrar a visão de um ex-integrante da Autarquia, que assim a definiu:

A Sudene original, ou histórica, de Celso Furtado, desde sua fundação até abril de 1964; a Sudene do Governo Militar, de maio de 1964 a abril de 1985; a Sudene da redemocratização, de 1985 a 2001; a Sudene fantasma, desde sua extinção formal, em maio de 2001, até os dias de hoje (ARRUDA, 2011, p.24).

Considerando que as instituições são criadas a partir das relações sociais de poder e que estas mudam ao longo do tempo, mudam, conseqüentemente, suas características institucionais, condição *sine quo non* de sobrevivência.

A área administrativa da Sudene, como não podia ser diferente, passou por várias alterações, criação e supressão de unidades administrativas, mudanças de níveis hierárquicos, criação e participação de empresas subsidiadas (Quadro 8). Essas alterações tinham o propósito de viabilizar as atividades-fim na consecução da sua missão, adotando novos métodos de trabalho e utilizando bases

tecnológicas atualizadas, além da construção do prédio-sede, aquisição de imóveis, etc. Para se ter uma idéia da complexidade organizacional da Sudene basta lembrar que ela dispunha, a partir de 1975, de 545 ramais telefônicos.

De sua estrutura organizacional, faziam parte um Conselho Deliberativo, uma Secretaria Executiva, Órgãos-Fins e Órgãos-Meios. A estrutura organizacional da Sudene consta dos quadros 6, 8 e 9 juntamente com as alterações estruturais que se seguiram, incluindo também as vinculações institucionais.

Na fala de um dos entrevistados se percebe a extensão dessas mudanças:

... entre ser um órgão e uma instituição verdadeiramente regional vai uma distância que não tem tamanho, certo? Por exemplo, a Sudene de hoje não passa de um órgão, não é uma instituição... o enfraquecimento da Sudene veio na medida em que os Superintendentes da Sudene, a pretexto de se tornarem mais importantes do que deveriam ser, começaram a tomar papéis da instituição e incorporar. Nisso eles aparentemente se fortaleceram, mas fragilizaram todo o conjunto, todo o sistema, então uma canetada bastaria para acabar e foi certamente a coisa que acabou acontecendo, quando a Sudene foi extinta ninguém chorou. (ENTREVISTADO 6)

Quadro 8 Reforma Administrativa de 1973

SECRETARIA EXECUTIVA	
Superintendente	Gabinete Procuradoria-geral Auditoria Assessoria de Segurança e Informações
Superintendência Adjunta de Planejamento	Coordenação do Planejamento Regional Coordenação do Planejamento Operativo Coordenação de Organização e Sistemas Coordenação de Informática
Departamentos - Fins	Departamento de Recursos Naturais Departamento de Serviços Básicos Departamento de Recursos Humanos Departamento de Agricultura e Abastecimento Departamento de Indústria e Comércio Departamento de Desenvolvimento Local
Superintendência Adjunta Administrativa	Departamento Financeiro Departamento de Administração Departamento Pessoal
Representação	Escritórios
Obs.: A Secretaria do Conselho Deliberativo é vinculada à Secretaria Executiva.	

Fonte: A autora.

Provavelmente uma das mudanças mais marcantes foi a desvinculação institucional do Presidente da República e a subordinação ao Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais – Mecor (BRASIL, Lei 4.344, de 21/06/1964), tendo como uma das consequências a perda da autonomia financeira, isto é, o orçamento da

Sudene não seria mais aprovado no Congresso por meio de Plano Diretor, os seus recursos orçamentários e financeiros passaram a fazer parte do orçamento global do Ministério.

A Constituição promulgada em 1967 proibiu a vinculação de recursos a determinado órgão, fundo ou despesa; assim, passou a inexistir a garantia de implantação dos planos e programas.

Neste mesmo ano a Sudene e demais órgãos, exceto o IBGE, passam a ser vinculados ao Ministério do Interior – Minter. Em 1969, a Sudene precisou adaptar-se ao Sistema Nacional de Planejamento, criado por força do Ato Complementar nº 43, e deixou de ser órgão de planejamento normativo para tornar-se indicativo (BRASILEIRO, 1978, p. 24-25).

Quadro 9 - Reformas Administrativas 1990 - 2007¹⁹

Alteração	Instrumento legal	Data	Consequência
Extinção do Ministério do Interior	Lei nº 8.028	12/04/1990	Criação da Secretaria de Desenvolvimento Regional
Transformação da SDR	Lei nº 8.490	19/11/1992	Criação do Ministério da Integração Regional. *A Sudene não faz parte
Reforma organizacional	Medida provisória nº 813 e depois	27/05/1998	Extingue o Ministério da Integração Regional e cria a Secretaria Especial de

19

	Lei nº 9.649		Políticas Regionais, sob supervisão direta do Ministério do Planejamento e Orçamento
	Decreto nº 1.361	01/01/1995	Vincula a Sudene ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Nova organização da administração pública	Medida Provisória nº 1.794 e Decreto nº 2.923	01/01/1999	Transferência de competências do Ministério do Meio Ambiente e Amazônia Legal para a Secretaria Especial de Políticas Regionais, vinculada à Câmara de Políticas Regionais do Conselho de Governo da Presidência da República, onde a Sudene ficou vinculada.
Transferência de competências da Secretaria Especial de Políticas Regionais	Medida Provisória nº 1.911-8, convertida na Lei nº 10.683	22/07/1999; 28/05/2003	Cria o Ministério da Integração Nacional
Vinculação ao Ministério da Integração Nacional	Decreto nº 3.131	09/08/1999	Sudene, Dnocs, Codevasf e Sudam
Extinção e criação	Medida provisória nº 2.145	02/05/2001	Extingue a Sudene e a Sudam e cria respectivamente a Adene e a ADA
Recriação	Medida provisória nº 125	03/01/2007	Recria a Sudene e integra os Conselho Deliberativos à sua estrutura
Extinção	Decreto nº 6.198	28/08/2007	Extingue a Adene

Fonte: A autora.

Conselho Deliberativo

A composição do Conselho Deliberativo reflete a dimensão política do qual é revestido. As finalidades da Sudene, descritas no corpo da Lei nº 3.692/59, elencadas a seguir, deixam claro que a Autarquia não era apenas um órgão de planejamento, até porque, como tal, prescindiria de um Conselho Deliberativo.

Finalidades da Sudene:

a) estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste;

b) supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos federais na Região e que se relacionem especificamente com o seu desenvolvimento;

c) executar, diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do Nordeste que lhe forem atribuídos, nos termos da legislação em vigor;

d) coordenar programas de assistência técnica, nacional ou estrangeira, ao Nordeste,

O instrumento da atuação política do Conselho Deliberativo era o Plano Diretor, ao qual Conceição (1982) atribui as seguintes características: Normatividade; Instrumentalidade; Organicidade; Territorialidade; Temporalidade; Previsão financeira;

Complementaridade; Caráter extraordinário; Coordenação (função política de órgão político).

Secretaria Executiva

Para o atendimento das finalidades propostas destacam-se entre as atividades, a capacitação técnica e organizacional empreendida pela Sudene:

- a) Preparação de recursos humanos;
- b) Mobilização da cooperação externa;
- c) Montagem do aparato administrativo regional;
- d) Cooperação técnica e financeira prestada aos estados e municípios;
- e) Colaboração com universidades e escolas técnicas.

Sobre a composição da Sudene, um dos entrevistados afirma:

A Sudene foi uma das coisas mais originais e espetaculares em termos institucionais... é um ente único formado por um Conselho Deliberativo e por uma Secretaria Executiva... um não pode existir sem o outro. Mas acontece que o Celso, no Conselho Deliberativo ele pôs governadores, representantes das classes de segmentos da sociedade organizada, tipo trabalhadores, a área produtiva, indústrias, pôs o Banco do Nordeste, na época, o Banco do Brasil e alguns Ministérios... O Superintendente da Sudene tinha que ser permanentemente um negociador (ENTREVISTADO 01).

As incumbências da Sudene eram tamanhas que se fez necessário a criação de empresas subsidiárias, para suprir a defasagem institucional dos Estados de sua jurisdição. O perfil dessas empresas, como pode ser observado no Quadro 9, demonstra a falta de estruturação dos estados nordestinos no quesito prestação de serviços públicos.

Esta alternativa tinha o propósito de dinamizar as ações planejadas pela Autarquia.

Conforme o ordenamento jurídico brasileiro, essas empresas tinham de ser sociedade por ações, neste caso, concentradas na Sudene, juntamente com o capital.

Quadro 10 - Empresas Subsidiárias

EMPRESA	RESOLUÇÃO	DATA	OBJETIVO
Artesanato do Nordeste S/A - Artene	381	04/04/1962	Promover a venda dos produtos confeccionados pelas cooperativas artesanais nordestinas, efetuando, inclusive, estudos de mercado nas praças nacionais e estrangeiras; Fazer a publicidade necessária ao escoamento da produção artesanal, realizando ou contribuindo para a concretização de exposições, mostras e concursos; Prestar assistência técnica e financeira ao artesanato regional, particularmente aos seus associados; Proporcionar aprendizagem e treinamento a artesãos.
Sociedade de Economia Mista Central de Abastecimento de Pernambuco S/A – Capesa	380	04/04/1962	Racionalizar o abastecimento alimentar da cidade do Recife.
Companhia de Águas e Esgotos do Nordeste - Caene	484	04/06/1962	Projetar, construir ou explorar, diretamente ou através de contrato com entidades públicas ou privadas, sistemas de abastecimentos d'água e esgotos, nos municípios situados na área de atuação da Sudene, que participem da sociedade como acionistas, e a ela tenham concedido a exploração dos citados sistemas. A participação societária

			municipal será indispensável, apenas, para as comunas contempladas com recursos do Plano Diretor destinado à execução de obras e serviço de abastecimento d'água, com exclusão ainda, das que já disponham de uma sociedade anônima com a finalidade de explorar os mencionados serviços e das que prefiram constituir a sua própria empresa.
Sociedade de Pesca do Nordeste S/A - Sopene	518	04/07/1962	Concorrer para a organização de cooperativas ou a reestruturação de Colônias de Pesca, facilitando-lhes o escoamento da produção; Promover a compra e venda de equipamentos para usos dos pescadores; Contratar pesquisas inclusive a empresas estrangeiras e realizar demonstração de novas técnicas de pesca na região; Prestar assistência técnica às empresas pesqueiras ou de industrialização de pescado podendo inclusive delas participar; Dinamizar a comercialização de produtos pesqueiros na região; Participar de iniciativas visando o treinamento e formação de novas equipes de pesca.

Pescas do Nordeste S/A - Panesa	580	05/09/1962	Mudança da denominação da Sociedade de Pesca do Nordeste S/A – Sopene
Companhia Nordestina de Sondagens e Perfurações S/A - Conesp	766	27/07/1963	Objetivo de executar os programas de pesquisa e aproveitamento dos recursos de águas subterrânea do Nordeste
Companhia Nordestina de Serviços Gerais - Conesg	835	06/11/1963	Sociedade de economia mista destinada a prestar serviços técnicos e administrativos
Centrais de Abastecimento do Nordeste S/A - Canesa	851	20/11/1963	Fica autorizada a modificação do Estado Social da Central de Abastecimento de Pernambuco S/A – Capesa, com vistas a estender e ampliar as suas atividades ao abastecimento em geral e a toda área de atuação da Sudene; Fica igualmente autorizada a alteração da atual denominação da Central de abastecimento de Pernambuco s/a – Capesa para Centrais de Abastecimento do Nordeste s/a – Canesa.

Companhia de Colonização do Nordeste - Colone	Escritura Pública de	19/05/1972	Executar o Projeto de Colonização Alto do Turi no Maranhão
	6.709	28/09/1972	Incorporação dos bens do Projeto de Colonização Alto do Turi e subscrição de ações
Companhia Hidroelétrica da Boa Esperança - Cohebe	738	05/06/1963	Executar as obras e promover a exploração do sistema elétrico de Boa esperança.

Fonte: A autora.

A respeito dessas subsidiárias diz um entrevistado:

A subsidiária criou uma inovação que naquela época criou uma estrutura que não existia, era certo que não fazia parte da sua estrutura, o Estado e os Governadores que entravam no capital social tinham o direito de dar opinião e a Sudene então financiava os projetos dessas instituições, não tem que contratar? Por que não contrata? Por exemplo, tinha a Penesa – Pesca do Nordeste S/A, agente quer fazer um porto especializado em pesca, isso é um projeto, não tem a Penesa, por que não fazer com ela que está voltada para essa atividade? Você tem a Conesp – Companhia de Sondagem e Perfuração do Nordeste, você não vai passar dinheiro para o DNOCS para perfurar poço no semiárido, agora na ocorrência de uma seca? Por que não mobiliza a Conesp? Mas por que a Conesp? Por várias razões inclusive porque ela nos vais dar, tem o corpo técnico, tem equipamento especializado para fazer isso e tem o seguinte, a possibilidade de dar para gente uma ideia de quanto custa determinado serviço, porque se você for perguntar a um particular, o preço... e aqui você está mais perto... (ENTREVISTADO 06).

Além das subsidiárias, foram criados Fundos Especiais:

Quadro 11- Fundos Especiais

FUNDOS	SIGLA
Fundo de Investimento para o Desenvolvimento Econômico e Social	Fidene
Fundo de Emergência e Abastecimento	Faene
Fundo de Pesquisa e Recursos Naturais	Furene
Fundo de Racionalização da Agroindústria Canavieira	Furagro
Fundo de Investimentos do Nordeste	Finor

Fonte: A autora.

Alguns Centros de Treinamento foram criados, como o Centro de Treinamento do Nordeste – Cetreino e o Centro de Treinamento Para Pequena e Média Empresa – Cepeme, de cunho profissional; além disso, A Autarquia e teve forte atuação em programas especiais como os Programas Polonordeste, Prohidro, Procanor, PIN, Proterra, depois absorvido pelo PAPP e o Projeto Sertanejo.

Antes de ter sua sede própria, a Sudene se instalou em vários endereços na cidade do Recife, conforme o quadro12 e os Mapas 1, 2, e 3:

Quadro 12 – Endereços das sedes e unidades administrativas da Sudene

1	Ed. Tereza Cristina	Praça Machado de Assis, 63, Santo Antônio	Primeira sede ²⁰
2	Ed. JK	Av. Dantas Barreto, 315, Santo Antônio	Segunda sede
3	Ed. Pernambuco	Av. Dantas Barreto, Santo Antônio	
4	Ed. Tiradentes	Av. Dantas Barreto, 512, Santo Antônio	
5	Ed. Igarassu	Praça Nossa Senhora do Carmo. 30, Santo Antônio	
6	Ed. Brasília	Rua Siqueira Campos, Santo Antônio	Divisão de Material
7	E. Sulacap	Av. Guararapes, 111, Santo Antônio	

²⁰ No ensaio *Noiva da Revolução*, no capítulo *Desperta, bela adormecida*, Francisco de Oliveira nos fala da instalação da Sudene, no entanto, há um pequeno equívoco do autor ao situar o edifício Tereza Cristina na rua da Aurora. Na realidade o endereço correto é o que registramos no Quadro 12, nesta página conforme contrato publicado no DOU, Anexo C, página 297.

8	Ed. Continental	Rua Cleto Campelo, 44	
9		Rua da Concórdia, São José	
10		Av. Conde da Boa Vista, 484, Boa Vista	
11	Ed. Mandacaru	Rua Sete de Setembro, 144, Boa Vista	
12		Rua Sete de Setembro, 142, Boa Vista	Biblioteca e Divisão de Documentação
13		Rua da Imperatriz Tereza Cristina, 166-A, Boa Vista	Departamento de Educação NAI
14		Rua do Riachuelo, Boa Vista	
15		Rua da Glória, Boa Vista	
16		Cais José Mariano, Boa Vista	Divisão de Material
17		Cais de Santa Rita, São José	
18		Av. Engenheiro José Estelita, s/nº, São José	Divisão de Pesca; Armazém de Sal; Cooperativa dos servidores
19		Av. Rui Barbosa , 251, Graças	
20		Rua das Crioulas, Graças	Conesg
21		Rua Fernandes Vieira, Boa Vista	
22		Av. João de Barros, Encruzilhada	
23	Colégio Dom Bosco	Av. San Martin, 1449, Bongi	Gráfica Centro de Processamento de Dados Oficina
24	Colônia Penal Bom Pastor	Rua Bom Pastor, Iputinga	Oficina
25		Praça Professor Barreto Campelo, Torre	Associação dos Servidores

Fonte: A autora.

Em 1984, nos estados sob sua jurisdição (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte, Sergipe) foram instalados os escritórios regionais, além de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

A Sudene possuía uma residência para o Superintendente, no bairro do Parnamirim, Recife, cujas despesas domésticas, inclusive serviços e mordomos, eram custeadas pela Autarquia. A residência oficial anterior era no bairro de Boa Viagem. Também havia um apartamento em Brasília, destinado à residência do Diretor do escritório naquela cidade.

A maior parte dos imóveis ocupados pela Sudene eram alugados, situação que perdurou até 1974, quando houve a mudança para o edifício-sede, na Praça Ministro João Gonçalves de Souza, s/n, Engenho do Meio, Recife-PE. A praça é uma homenagem ao ex-superintendente da Autarquia, que em sua gestão (1964 -1966), cogitou a aquisição de um terreno no cais do Apolo, hoje ocupado pelo Edifício Prefeito Antônio Farias, sede da Prefeitura da Cidade do Recife.

Mapa 1 – Espaços da Sudene, no Recife, antes do edifício-sede



Mapa 2 – A Sudene no bairro de Santo Antônio



Mapa 3 – A Sudene no bairro da Boa Vista

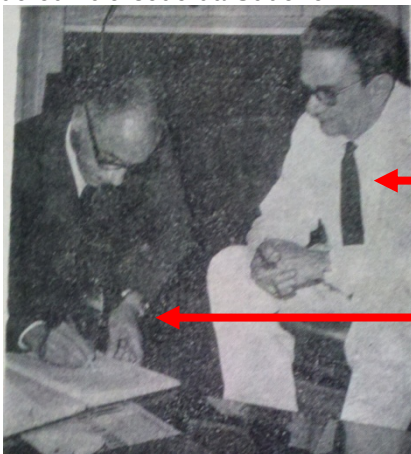


Fonte: Google Maps

Seu sucessor, Rubens Vaz da Costa (1966 - 1967) criou uma comissão para estudar o problema da sede própria, coordenada pelo engenheiro Paulo Mendes de Oliveira, cujos estudos foram aceitos pelo então Superintendente Euler Bentes Monteiro (1967 – 1969), que por meio de portaria instituiu o Grupo de Trabalho composto por arquitetos e técnicos especializados, coordenado pelo engenheiro Pedro Gorgônio da Nóbrega Filho.

O terreno onde foi erguido o edifício-sede foi doado pela Universidade Federal de Pernambuco, no reitorado de Murilo Guimarães, em 1967, sendo a escritura de doação, assinada pelo então superintendente General Euler Bentes Monteiro. Na foto 1, momento da assinatura do termo de doação do terreno.

Foto 1 – Assinatura termo de doação do terreno para construção do edifício-sede da Sudene.



Reitor da UFPE,
Murilo Guimarães
(1964 – 1971)

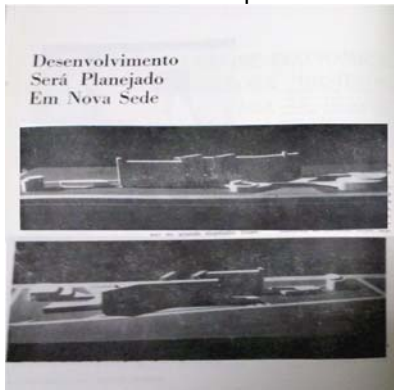
Superintendente da
Sudene, General Euler

Fonte: Sudene Informa, 1967

O projeto arquitetônico foi elaborado por Pierre Reithler, Ricardo Couceiro e Paulo Roberto de Barros e Silva, com consultoria de Maurício do Passo Castro²¹, arquiteto que desde os anos 50 buscava soluções climáticas para seus projetos, numa época em que a questão ambiental ainda não estava na pauta do politicamente correto. A foto 2 mostra as obras de construção do edifício-sede da Sudene.

A maquete do edifício-sede na foto 2, assim como da obra de sua construção nas fotos 3 e 4 demonstram claramente a necessidade do governo federal marcar presença na região.

Foto 2 – Nova sede para o desenvolvimento



Fonte: Sudene Informa, 1962.

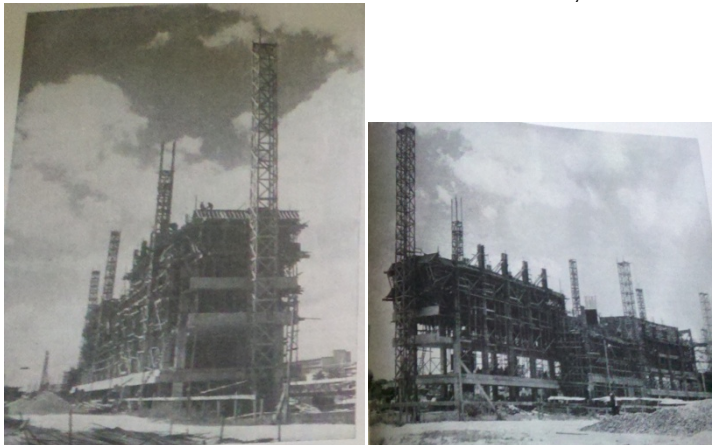
²¹ Fonte: COSTA. Alcilia Afonso de Albuquerque. **A produção arquitetônica moderna dos primeiros discípulos de uma Escola**
<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.098/128>
. Acesso em 24/04/2011

A forma inovadora do edifício da Sudene, até hoje, revela uma preocupação ambiental pelo uso de vidros que asseguram luminosidade natural, do alumínio, que permite a leveza, e dos combogós, garantindo a constante circulação de ar.

Em março de 1968 foi iniciada a construção da nova sede, com área de 68.000 m², prevista para terminar em 1971, ao custo de NCr\$ 17 milhões. O investimento foi muito importante, conforme noticiado em revista da Sudene:

Uma das maiores vantagens da nova sede será a concentração de todos os departamentos da Sudene atualmente espalhados em 30 locais diferentes no Recife, acarretando sérios transtornos funcionais, com reflexos diretos na eficiência dos serviços. Além da economia, este ano foram desembolsados, somente com aluguéis, recursos superiores a NCr\$ 1 mil. Sem falar nas despesas com vigias, pessoal de portaria, transporte e rede telefônica para interligar os diversos setores à administração central (SUDENE, 1968, p. 18 – 19).

Fotos 3 e 4 – Obras do edifício-sede da Sudene,



Fonte: Sudene Informa, 1970.

Congregar o funcionamento da Sudene, antes espalhada em diversos endereços, em um só local, não foi o único objetivo da construção da nova sede (Foto 3).

A magnitude de sua construção, atual até hoje, deixa claro que o Governo Federal marcava presença numa região dotada de riquezas inexploradas, a exemplo das reservas minerais e energéticas; da riqueza cultural; da capacidade intelectual; da expressão política e portanto, com potencial para se colocar no cenário nacional.

Foto 5 – Novo tempos, nova sede



Fonte: Sudene Informa, 1972.

Enquanto instituição, a Sudene foi extremamente moderna e inovadora na concepção arquitetônica, na área administrativa e na área de infraestrutura de móveis, equipamentos e tecnologia.

A informação como instrumento de ação

Desde seus primórdios, a Sudene sempre teve um tratamento técnico atualizado na área de documentação e informação, tendo como referência o Dasp.

De acordo com Braman (2004, apud GONZÁLES DE GOMES, 2007), o escopo e a abrangência do regime de informação deverão remeter:

ao GOVERNO: as instituições formais, as regras e práticas de entidades geopolíticas historicamente constituídas; à GOVERNANÇA: instituições formais e informais, regras, acordos e práticas de atores estatais e não estatais cujas decisões e comportamentos têm efeito constitutivo sobre a sociedade; à GOVERNAMENTALIDADE: o contexto cultural e social a partir do qual surgem e são sustentados os modos de governança (p.166).

Nesse sentido, a Sudene reunia essas três instâncias, tendo sido uma instituição de planejamento, voltada para o desenvolvimento da Região Nordeste. Nesse contexto, a informação insumo determinante, uma vez que “por definição, planejamento é tratamento da informação”.

Entre as suas atividades de informação e documentação têm relevância:

- a) Recobrimento cartográfico regional;
- b) Investigação sistemática dos recursos naturais;
- c) Investigação da estrutura e dinâmica da sociedade e da economia regional e dos espaços sub-regionais;
- d) Avaliação do aparelhamento e funcionamento da administração pública no Nordeste, que compreende a montagem da base informacional, a identificação das áreas-chave de intervenção, a elaboração de cadastros técnicos e a realização de estudos especiais.

e) Elaboração do sistema de acesso à informação científica, denominado Termos Coordenados;

f) Elaboração do estudo Tramitação de Documentos na Sudene.

g) Sistema Regional de Contas

h) Sistema Regional de Indicadores Sociais

Dentre os trabalhos elencados, dois nos parecem dignos de relevância pelo ineditismo. Um deles é o Termos Coordenados²², trabalho elaborado em 1963 e apresentado nos V e VI Congresso de Biblioteconomia e Documentação, em 1967, em São Paulo e em 1971, em Belo Horizonte, respectivamente, e publicado no Boletim Econômico da Sudene em 1969. Conforme afirma a autora, Silvia Augusta Marques, coordenadora do Grupo Tarefa de Serviço de Documentação – GTSD²³, na introdução:

O sistema de Termos Coordenados representa o esforço de uma experiência de 2 anos, desenvolvida sistematicamente, visando ao

²² Este documento teve uma redação preliminar (ref. 0120997) e um resumo publicado na Revista Equipe Ano IV, nº 54, Setembro/1972. Anexo A.

²³ GTSD é o órgão central do sistema de documentação da Sudene e é integrante da Coordenação de Informática. Sua finalidade é o estudo, supervisão e execução dos trabalhos concernentes à documentação – reunião, organização e divulgação de documentos – segundo diretrizes fixadas pela Superintendência Adjunta de Planejamento, através da Coordenação de Informática. Integram o GTSD a Biblioteca e o Setor de Documentação Técnico-Administrativa.

aperfeiçoamento dos métodos e instrumentos de trabalho da documentação, com o objetivo de proporcionar-lhe rendimento satisfatório.

Pela sua estrutura o TC se apresenta como uma técnica que, em face da realidade dinâmica da documentação, possibilita a obtenção, ordenação e acessibilidade dos documentos...

O TC não rompe esterilmente (sic) com técnicas clássicas, supera-as fornecendo instrumentos que provocam uma transformação de estruturas que atinge a documentação no seu todo, como ciência e técnica, dando especial relevo a sua organização administrativa, ou seja, à montagem e processamento do sistema de controle da informação (MARQUES, 1991. p. 141-142).

Ainda sobre o sistema de Termos Coordenados, colhemos o seguinte depoimento:

Essa biblioteca teve uma coordenadora que criou um sistema de catalogação, não havia, não se sabia, não existia, chamado Termos Coordenados, depois óbvio com a chegada da informática... ele permitia você acessar só com o nome, ia filtrando... Surgem porque um dos departamentos, DRN (Departamento de Recursos Naturais) fazia pesquisa que não acaba mais... esse departamento estudava os aspectos hidrológicos do Nordeste, biológicos, aspectos pedológicos de solo, os aspectos botânicos, os aspectos pesqueiros, meteorológicos, pluviométricos, cartografia, não havia cartografia na época, necessária para o planejamento, a carta do Nordeste que se tinha era escala de 1 para 1 milhão... hoje você faz isso com o Google. (ENTREVISTADO 6)

O outro trabalho que merece relevância é Tramitação de Documentos na Sudene²⁴, elaborado em 1967, versa sobre o processo de tramitação de documentos recebidos na Sudene a partir do Serviço de Protocolo, como recebimento, seleção de documentos, destacando a documentação referente a “ajuda técnica e financeira internacional, que deveria seguir imediatamente para a Assessoria de Cooperação Internacional, conforme a Portaria 517/64”.

Os documentos eram codificados e separados por cor; se alguém precisasse de informação deveria procurar o serviço de codificação, que localizaria imediatamente o documento: “isto porém só poderá ser feito assim rapidamente se a pessoa souber dizer exatamente o que deseja”.

A publicação Tramitação de Documentos da Sudene, ao tratar do Arquivo Geral afirma: “todos os documentos que entram morrem no arquivo depois de solucionados”; mais adiante, porém, diz: “o documento não morre porque essa secção tem também seu serviço de consultas, fornece cópia thermofax, permite consultas a documentos dos primeiros anos da Sudene que estão encadernados”.

Mesmo com toda a singeleza, está registrado que de fato, existia uma cultura em tratar e preservar o documento e a informação. Vale informar que os

²⁴ Anexo B.

dois trabalhos estão reproduzidos em fac-símile e constituem os anexos A e B desta dissertação.

Em 1967, o Departamento de Administração Geral classificado como Departamento-meio, tinha em sua composição a Divisão de Comunicações e Arquivo e a Divisão de Documentação²⁵. As atividades das seções que compunham a divisão estão explicitadas no quadro 13.

Quadro 13 - Estrutura da Divisão de Comunicação e Arquivo

SEÇÃO	ATIVIDADES DESEMPENHADAS
Expediente	registro e controle da correspondência recebida pela SUDENE; formação de processos e controle de sua tramitação; pesquisas de documentos, expedição e recepção de malotes para os Escritórios, remessa e recebimento de correspondência e encomendas para o País e Exterior
Arquivos	guarda e conservação de documentos de âmbito geral da SUDENE, fornecimento de cópias de documentos requisitados, atendimento e consultas e orientação aos serviços de arquivos descentralizados, ainda operava e organizava o serviço de microfilmagem,
Passagem	compra, registro e controle de passagens áreas
Telecomunicações	transmissão de mensagem: telex, centro telefônico e intervox.

Fonte: A autora.

A Divisão de Documentação era composta pelas atividades de **Biblioteconomia, Documentação,**

²⁵ Relatório de Atividades do Departamento de Administração Geral de 1972.

Editoração e Divulgação, e de Serviços Gráfico e de Reprodução, o que reflete a política relacionada à questão documental, apesar da separação de atividades correlatas, a exemplo da Divisão de Arquivos e da Divisão de Documentação.

As diretrizes “daspianas” referentes à documentação e informação estão explícitas nas atribuições da Biblioteca, que não tinha a postura custodial, diferentemente de grande parte das bibliotecas públicas até hoje: antes cuidava de difundir o acervo, como se pode ver na descrição de suas atividades:

1. Adquirir e registrar todo o material bibliográfico da Sudene;
2. Elaborar o processamento técnico e o controle do acervo bibliográfico;
3. Efetuar pesquisas bibliográficas;
4. Fornecer bibliografias especializadas;
5. Realizar o serviço de referência e empréstimo;
6. Registrar e fornecer informações técnico-científicas;
7. Analisar e difundir, através de publicações bibliográficas, informações de interesse do órgão;
8. Manter o catálogo sistemático e seus auxiliares;
9. Assessorar a organização de bibliotecas departamentais;
10. Manter o intercâmbio de publicações com órgãos governamentais;
11. Realizar a distribuição das publicações editadas pela Sudene;
12. Estabelecer relações com outros centros nacionais e estrangeiros;

13. Preparar listas de publicações para distribuição, assim como sua expedição;
14. Atender ao público “in loco”, distribuindo publicações editadas pela Sudene;
15. Conseguir, por doação, publicações de alto nível para o acervo da Biblioteca.

Nos primeiros anos da década de 70 a atividade de intercâmbio era bastante intensa, como se pode verificar no Quadro 14:

Quadro 14 – Remessa de publicações para o Brasil e o exterior –1970 -1972

DESTINO	ANOS		
	1970	1971	1972
Brasil	1.520	1.520	1.520
América (sic)	365	365	375
Europa	252	265	270
Ásia	35	36	38
África	16	20	22
Oceania	13	13	13
TOTAL	2.201	2.219	2.238

FONTE: A autora.

O Setor de Editoração e Divulgação compreendia três serviços básicos: redação, tradução e audiovisual (exposição, fotografia, desenhos, lay-out etc.), tendo editado 291 publicações e normalizados 98, entre 1970 e 1972. Percebemos que a orientação vigente era de divulgar constantemente as ações do Governo Federal, não só na Região, mas nacional e internacionalmente. O quadro 15 inclui os principais

periódicos produzidos pela Autarquia e respectivas tiragens.

Quadro 15 - Periódicos editados pela Sudene e respectiva tiragem – 1970 - 1972

PERIÓDICOS	1970	1971	1972
Sudene Informa	48.000	48.000	56.000
Documentação e Informação	42.000	36.000	36.000
Pesquisas Agropecuárias	4.000	6.000	4.000
Cooperativismo e Nordeste	6.000	9.000	9.000
Boletim Econômico	4.000	-	4.000
Boletim DRN	1.500	1.500	3.000
	105.500	100.500	112.000

Fonte: A autora.

As atividades de registro da informação em vários suportes, tais como: impressão tipográfica, mimeográfica e *offset*, reproduções heliográficas, gravações eletrônicas e serviços de encadernação, eram atribuições do Setor Gráfico e de Reprodução. As leituras efetuadas na busca de dados levam a perceber a preocupação da Autarquia com a informação e com documentação, seja na produção, seja na distribuição ou no arquivamento.

Este Setor sempre recebeu investimentos e recursos financeiros para aquisição de equipamento destacando-se, já na década de 60, a existência de máquina heliográfica, gravadora eletrônica, mimeógrafos e máquinas de *offset*. Esses equipamentos com base tecnológica destinados as atividades de informação funcionavam nos anos 70 revelando a recorrente preocupação em registrar as

informações. Os serviços oferecidos pelo Setor Gráfico e de Reprodução eram utilizados por muitas unidades administrativas e suas subdivisões (Quadro16):

Quadro 16- Unidades administrativas usuárias do serviço de informação

DIRETORIA/COORDENADORIA	DIVISÃO	SEÇÃO/SETOR
Conselho Deliberativo		Organização e redação Manutenção de áudio
Desenvolvimento Organizacional		Grupo de Sistemas e Métodos Grupo de Estudos Institucionais e Organizacionais
Procuradoria		Biblioteca
Planejamento global	Departamento de Planejamento em Ciência e Tecnologia	Grupo de estudos e planejamento em ciências e tecnologia; Grupo de articulação institucional em ciência e tecnologia; Banco de dados
Planejamento orçamentário e financeiro		Documentação
Administração e Incentivos		Grupo de informações; Biblioteca
Programa de apoio ao pequeno produtor rural do Nordeste		Documentação
Administração Geral	Reprografia	Apoio gráfico Laboratório gráfico Gráfica Laboratório fotomecânico
	Comunicação e Arquivo	Arquivo e Microfilmagem Telecomunicações Correio interno

		Protocolo Expedição
Informática	Estatística	Planejamento Desenvolvimento Suporte técnico Produção Digitação Operação
	Processamento de dados	
	Documentação	Documentação Biblioteca Mapoteca

Fonte: A autora.

Comunicação

Logo após a mudança para o prédio-sede (1974), a Sudene percebeu a necessidade de implantar o **Serviço de Comunicação Interna**, que envolvia as atividades de correio interno, expedição, controle, arquivo e microfilmagem, assim como o **serviço de Reprografia**, que envolvia a Gráfica, Apoio às Atividades Gráficas e de Comunicação Social, Audiovisuais e Documentários, Reprodução Eletrostática, redistribuição as atribuições das unidades da Divisão de Comunicação e Arquivo e de Documentação²⁶. As atividades do Serviço de Comunicação Interna estão explicitadas no quadro 17.

Quadro 17 – Atividades do Serviço de Comunicação Interna

Correio interno:	As dimensões da nova sede com 68.000 m ² , distribuídos em 15 pavimentos, exigia um serviço que agilizasse o fluxo documental nos diversos órgãos que compunham a Sudene. Eram movimentados uma média de 320.000/ano documentos por 15 mensageiros, oito vezes ao dia em 127 postos de coleta/entrega. O uso da informática era restrito à área financeira e folha de pagamento e não existia serviço eletrônico de comunicação interna, muito menos internet.
Expedição:	Além dos malotes entre os escritórios regionais, eram 12 – os oito estados do Nordeste, Norte de Minas gerais, em

²⁶ O anexo B apresenta a estrutura da Divisão de Comunicações e Arquivo em 1967, apresentada pelo Chefe do Arquivo Geral.

	Montes Claros, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília – o serviço cuidava da remessa e recebimento das correspondências e das encomendas; distribuía internamente as correspondências recebidas no Protocolo Geral e controlava a numeração de ofícios expedidos pela Autarquia.
Controle	Tinha como atribuição dirigir o Protocolo Geral por meio da organização e atualização dos registros de tramitação de documentos.
Seção de Arquivo e Microfilmagem	Controlava toda documentação ingressada por meio de numeração, pela qual se procedia à recuperação da informação. A microfilmagem era provida de equipamentos e técnicas avançadas, regulamentadas pelo Decreto Nº 64.398, de 24/04/1969.

Fonte: A autora.

Insistimos em destacar o quanto a Sudene foi uma instituição de vanguarda numa área de tecnologia recém introduzida no país, a microfilmagem²⁷. Em Pernambuco, foi a primeira instituição pública a utilizá-la.

O Brasil foi um dos primeiros países a legislar sobre a microfilmagem de documentos oficiais, cuja Lei nº 5.433 foi promulgada em 1968²⁸. A Sudene foi,

²⁷ Processo de reprodução em fac-símile sobre filme fotográfico, com uma redução que requer assistência ótica para leitura do conteúdo intelectual (isto é, o que está escrito ou impresso e ilustrações) de materiais arquivísticos e de bibliotecas. (FOX, 1997, p.4).

²⁸ Lei nº 5.433 de 08/05/1968, regula a microfilmagem de documentos especiais, regulamentada pelo Decreto nº 1.799, de 30/01/1996

no Nordeste, precursora da prática de migração de suportes para preservação da informação.

O investimento para aquisição de equipamentos e capacitação técnica foi referência na implantação dos serviços de microfilmagem no então Instituto Joaquim Nabuco, Universidade Federal de Pernambuco, Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, Companhia de Habitação de Pernambuco e Arquivo Público Estadual, por solicitação do então diretor Mauro Mota²⁹, conforme depoimento:

A microfilmagem começou no JK³⁰ em 1967, fizemos licitação, compramos os equipamentos e instalamos na sobreloja... A Sudene se mudou para o prédio novo³¹, e eu tive que levar tudo prá lá, em 75, eu sugeri que não colocasse embaixo (subsolo) porque poderia haver uma enchente..., acabou-se tudo, tivemos que comprar outras máquinas, vinham da Alemanha, passou dois anos para comprar outra. (ENTREVISTADO 4)

²⁹ Nasceu em 1911, foi jornalista, escritor, professor, dirigiu o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano em Pernambuco (1973-1984), foi diretor do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (1956-1971). Morreu em 1984.

³⁰ Edifício dos Industriários, conhecido como JK, na Av. Dantas Barreto, centro da cidade do Recife, segunda sede da Sudene. A primeira foi no Edifício Tereza Cristina, na Praça Machado de Assis, nº 13.

³¹ Atual sede, na Praça José Gonçalves de Souza, no Engenho do Meio.

Como está registrado no Relatório de Atividades, esta Seção de Arquivo e Microfilmagem gerou 1.659.664 documentos microfilmados, em dois anos 1970/1972, chegando a 2,7 milhões de fotogramas nos anos 80.

A introdução da microfilmagem no Brasil foi permeada por equívocos quanto à guarda da documentação microfilmada. Diversas instituições descartavam os documentos após sua microfilmagem; na Sudene não foi diferente:

O serviço de Arquivo da Sudene é muito complexo, razão pela qual a Sudene baixou a seguinte ordem: JOGUE SEUS ARQUIVOS FORA. QUEIME TODOS OS DOCUMENTOS . Para cumprir tal ordem não foi difícil: a Sudene aparelhou-se à altura com um sistema de Microfilmagem, composto de uma microfilmadora , uma processadora e o leitor-copiador. No Arquivo Geral existem cerca de 3 milhões de documentos. Com a microfilmagem se pode armazenar 71.000 documentos em apenas 10 centímetros quadrados de uma estante (REVISTA EQUIPE, 1969, p.14-15).

No entanto, havia profissionais comprometidos com a questão, como coloca o mesmo entrevistado:

Eu estudei o Código Civil para ver quais documentos podiam ser destruídos, preparei normas, a Norma nº 01 – o que deveria ser microfilmado, e a Norma nº 02, o que poderia ser destruído depois de microfilmado...

compramos uma máquina fragmentadora, era muita coisa, papel demais, então eu doava para as freiras do Bom Pastor um caminhão cheio...depois nós começamos a usar o forno da Sudene, aquele prédio tem um forno exatamente para queimar documentos oficiais sigilosos. (ENTREVISTADO 4).

O Serviço de Reprografia da Sudene poderá ser melhor compreendido observando o quadro 18:

Quadro 18 – Atividades do Serviço de Reprografia

Gráfica	Os números, em 1980, de trabalhos gráficos, 1.680, permitem dimensionar a produção de documentos como relatórios, diagnósticos, estudos produzidos nas áreas-fim da Sudene, juntamente com as 4.856.000 impressões distribuídas em off-set e mimeografia, o serviço contava com equipamentos de acabamento, antes terceirizados.
Apoio às atividades gráficas e de Comunicação Social	Revisão de textos, normalizações documentárias, diagramações, desenhos, montagens, traduções, versões e manutenção de arquivos de publicações editadas, slides e negativos fotográficos. Observa-se que as atividades de normalizações documentárias e manutenção de arquivos deveriam ser atribuições dos Serviços de Documentação.
Audiovisuais e Documentários	A Sudene de fato tinha preocupação em registrar suas ações, contribuindo assim para a preservação da memória institucional. A coleção de audiovisuais e documentários demonstra que a divulgação das atividades fazia parte da política do Governo Federal, que assim exibia suas ações no Nordeste.

Fonte: A autora.

Além dos serviços aludidos, o de Telecomunicações tinha uma composição bastante

curiosa: dele faziam parte o Serviço de Rádio, por meio de radiotelegrafia; o Serviço de Telefonia, de Telex e Fac-símile, ou seja, a Sudene tinha o que havia de mais moderno na área de comunicação.

Para o registro da produção da informação, além de microfilmes já referenciados acima, eram utilizados diferentes suportes em seu acervo, a exemplo do arquivo de slides, fotografias e negativos fotográficos, audiovisuais, documentários cinematográficos projetados em redes de cinema em nível nacional.

O tratamento eletrônico de dados na Sudene começou com uma calculadora de mesa e com o computador 1401, utilizados para elaboração da folha de pagamento da Autarquia, no período de 1959 a 1964.

No ano seguinte a regularização do cálculo automático se efetivou com a perfuração e classificação de cartões. Em 1966, foram contratadas 22 horas/mês no computador *block time* da IBM³², que

³² No Brasil desde 1917, a IBM funcionava com o nome de Computing Tabulating Recording Company, ano em que a Diretoria de Estatística Comercial firmava contrato de prestação de serviço com o Sr. Valentim F. Bouças, representante da CTR. Os resultados obtidos levaram o Governo brasileiro a contratar a empresa para o censo demográfico de 1920. Quatro anos depois, a IBM se estabelecia definitivamente no país e, por meio de decreto assinado pelo então presidente Arthur Bernardes, estendeu suas atividades a diversas e importantes organizações privadas da indústria e do comércio. (Informações extraídas do site:

dois anos depois operacionalizava um computador de terceira geração, o 360.

Em 1968, a Sudene alugou ao Serviços de Processamentos de Dados do Governo Federal – Serpro, um computador 1401 (Foto 6) e, por meio da Seção de Processamento de Dados, implantou gradativamente o processamento da contabilidade, cadastro de pessoal, controle patrimonial, avaliação de desempenho de funcionários e processamento de sondagens estatísticas dos vários departamentos da autarquia.

Vários departamentos já se utilizam dos serviços da Secção de Processamento Eletrônico – SPE, fazemos a folha de pagamento, serviço de cadastramento e vamos fazer a apuração da avaliação de desempenho para a DPE; para esta revista, enviamos mensalmente uma listagem contendo os aniversariantes do mês. Como demonstração da rapidez do processamento eletrônico: o computador prepara esta listagem em **aproximadamente 10 minutos** (SUDENE, 1968, p. 24-25, grifo nosso).

O Centro de Processamento Eletrônico – CPE da Sudene foi instalado em 1969, no Colégio Artesanal do Bongi, da Ordem Salesiana, provido de um computador IBM-1401, com 12.000 posições de

memória e equipamentos periféricos (5 perfuradores, 4 conferidores e 2 classificadores de cartão).

Foto 6 – Computador IBM 1401



O computador IBM 1401 foi anunciado publicamente pela IBM em 1959. Construído nos USA era totalmente transistorizado e tinha uma capacidade memória base de 4.096 bytes com um ciclo de memória de 12 microsegundos. A memória era construída com toros de ferrite (óxido de ferro)³³

O pioneirismo da Sudene na questão da automação pode ser atestado na aquisição de equipamentos lançados há menos de dez anos, considerando-se que naquele momento “o Brasil de certa forma acompanhou a expansão que se verificava na indústria eletrônica mundial, mas na condição de país-sede de investimentos estrangeiros diretos” (XAVIER SOBRINHO, 1994, p. 183).

³³ http://viniciuseep.blogspot.com/2009_03_01_archive.html
Acesso em: 14/08/2011.

As mudanças ocorridas na Sudene por conta da automação, foram registradas em matéria da Revista Equipe³⁴: “O computador e o diretor – cada servidor da Sudene recebeu do computador IBM 1401 uma mensagem de natal e ano novo, individual. Eis, por exemplo, a do Dr. Lincoln Cavalcante, diretor do DRH:

Eu sou o computador IBM 1401 e estou incumbido pela Sudene de desejar um feliz Natal e felicidades em 1969 para você e seus familiares.

A Sudene considera seus servidores como seu maior patrimônio e eu gravo isto na minha memória. Tenho muitos dados sobre você. Seu cargo e diretor do Departamento de Recursos Humanos. Desculpe-me a grafia. Infelizmente não tenho registro para determinados sinais gráficos, mas estou me esforçando para cumprir a missão. Emiti 2.881 mensagens para 2.281 servidores diferentes em apenas 60 minutos. Esforcei-me.

Obrigado pela compreensão 20-12-68’.

O dr. Lincoln sensibilizou-se com a gentileza do prestimosos engenho e lhe agradeceu a mensagem com a seguinte carta:

Senhor Computador:

Grato, muito grato, por seus votos de Boas Festas e Feliz Natal.

³⁴ Revista mensal produzida pelos servidores da Sudene, em circulação a partir de 1968.

O seu gesto, ainda que eminentemente cibernético, é sinal de que as válvulas da eletrônica lhe consentem possuir um resíduo daquelas outras da bondade humana – as do coração!

O sr. não é apenas memória, nem um sistema exato de equações – tem também as suas panes de emoção e paixão.

Pena que a sua produtividade – 2881 mensagens para 2881 servidores em apenas UMA HORA! – seja assim tão de pasmar, tornando-se mesmo uma formiguinha ante a sua inteligência.

Grato, muito grato, pelo 1,27 seg. que mereci do seu coração, neste final de ano'. LINCOLN, Diretor de Recursos Humanos (REVISTA EQUIPE, 1969, p.38-39)

Ao mesmo tempo em que os serviços foram rotinizados, a exemplo do Controle de Entrada de produtos na Ceasa, Cadastro da Rede de Ensino do Nordeste, foram surgindo os problemas comuns à época, como falta de pessoal qualificado e *rápida obsolescência* de equipamentos.

Registrava a Revista dos servidores, “Computadores ajudam no desenvolvimento:

A eletrônica é um dos fascínios do século. Com ela coisas que antigamente pareciam impossíveis são hoje facilmente resolvidas com a ajuda dos computadores. Os servidores da Sudene sabem que a folha de pagamento é processada por este sistema mas desconhecem os ‘porquês’ do assunto”. (REVISTA EQUIPE, 1968. p.23).

A Coordenação de Informática – CIN, criada em 1973, por meio do Decreto 72.776, só foi estruturada no ano seguinte, juntamente com a mudança da Sudene para a nova sede no Engenho do Meio (01/04/1974), mas o Centro de Processamento de Dados continuou no Bongi até 1975. Em matéria publicada na Revista Sudene Informa está registrado:

A CIN surgiu da necessidade de ser feito, na Sudene, o redimensionamento do fluxo de informações entre os órgãos componentes da Secretaria Executiva, com vistas ao estabelecimento de sistemas adequados e altamente eficazes de comunicação com as instituições governamentais e organizações da iniciativa privada (SUDENE INFORMA, 1974b, p. 12-13)

Da CIN faziam parte as atividades de Estatística, Modelação, Documentação e Processamento Eletrônico de Dados, enquadradas em divisões, e o Grupo de Tarefa do Sistema de Documentação – GTSD, conjunto de Biblioteca e Setor de Documentação Técnico-Administrativa, deixando claro que a direção do órgão reputava a questão informacional como prioridade:

Em sua nova estrutura o GTSD é órgão central do sistema de documentação da Sudene, considerando-se a informação documentada como condição básica para o desempenho das atividades de planejamento socioeconômico, e para o controle e coordenação dos planos de

desenvolvimento. Sua finalidade primordial é o estudo, supervisão e execução dos trabalhos concernentes a documentação – reunião, organização e divulgação de documentos – segundo diretrizes fixadas pela Superintendência Adjunta de Planejamento, através da CIN (SUDENE, 1974b, p. 12-13).

O Relatório de Atividades da Coordenação de Informática (1974 a 1978) destaca a existência de 20 sistemas, em 1978, aumento do acervo da Biblioteca de 23.600 para 42.000 títulos no mesmo ano, e estavam sendo elaborados o Acervo da Base de Dados e a Sala de Situação, onde seriam divulgadas informações sobre o Nordeste.

No ano de 1976 a Coordenação de Informática tinha, em sua lotação funcional, 118 profissionais, dos quais, 60 contratados, e apresentava na Divisão de Documentação uma série de problemas, tais como:

Falta de coordenação técnica da CIN/DD junto aos serviços de documentação funcionando em vários Departamentos; desorganização do serviço de distribuição de publicações editadas pela Sudene; iluminação insuficiente e equipamento inadequado da sala de processos técnicos da Divisão de Documentação; dificuldade de definição da demanda de informações pelos usuários a fim de se elaborar o Plano de Informações da Sudene; aquisição de livros técnicos de origem estrangeira; controle precário de livros solicitados por compra; indefinição de uma política de compra de livros e periódicos para a Sudene(SUDENE, 1976).

Observamos que, em 1977, o número de contratados quase dobrou em um ano, de 115 para um total de 156 funcionários, revelando a preocupação com a questão da informação, compreensível, uma vez que a automação era restrita aos CPD, não havia os computadores individuais, “de mesa”. Ao mesmo tempo, havia desconfiança dos produtores de informação, as unidades técnico-administrativas, em relação aos “deuses” da informática, como registrado no Relatório da CIN:

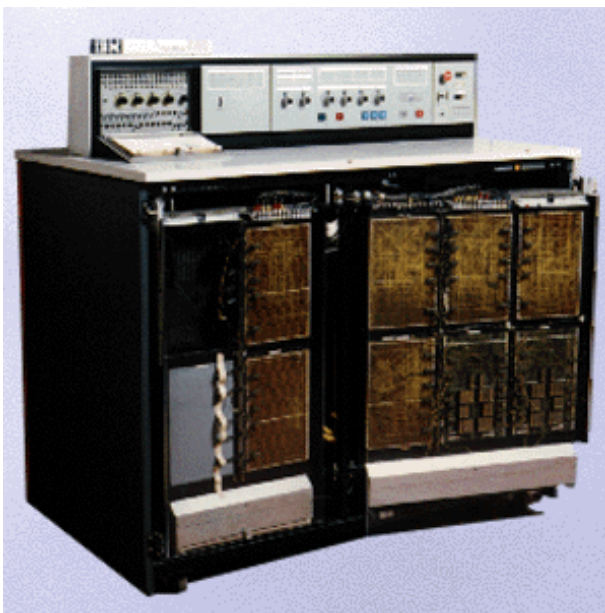
Falta de gerenciamento do fluxo informacional do Sistema de Informações para o planejamento, dificultando a atualização de informações e a elaboração e implantação de um sistema para acompanhamento e controle das mesmas e indefinição dos usuários quanto à sua demanda de informações, dificultando a elaboração e implantação dos Planos de Informações Setoriais (SUDENE, 1978).

O aumento da demanda de serviços de processamento automático de dados e início dos estudos para reorganização do sistema documental da Sudene e da automatização do Sistema de Informações para o Planejamento são fatos registrados no ano de 1978, conforme o Relatório de Atividades da Coordenação de Informática (1974 a 1978).

Em 1973, o documento *Centro de Informática do Nordeste: concepção de um sistema*

comunicacional, registrava a necessidade de modernização dos equipamentos, sendo proposto então “substituir o IBM-1401 pelo IBM/360 (Foto 6) com memória central de 64 kb com 03 unidades de discos de 158 kb/seg; 04 unidades de fita de 120 kb/seg e uma impressora de 1.100 linhas por minuto”.

Foto 7– Computador IBM 360



Este documento afirma que a informação organizacional é fundamental para a tomada de decisões e, para que isto ocorra, será necessária a **otimização administrativa** (grifo nosso).

Os centros de informática são, portanto, de responsabilidade intransferível dos próprios

sistemas organizacionais porque ninguém, por definição, conhece melhor as necessidades de informações para consecução dos objetivos sistêmicos (Sudene, 1973, p. 21).

A pesquisa revelou uma visão de futuro por parte dos autores, como se pode observar no texto reproduzido abaixo:

Sabe-se que os modernos meios de comunicação e de processamento de informações estão entre os maiores fatores de mudança social. Sua instantaneidade e potências crescentes fazem deles símbolos insuperáveis da modernidade. Definitivamente, os modernos sistemas informáticos vieram para dinamizar as estruturas administrativas, aligeirar o processo educacional, acelerar a produção, fomentar a justa distribuição de bens e serviços, introduzir novas expressões artísticas, em suma, definir novos e mais satisfatórios padrões de convivência social. Os modernos sistemas informativos tornam possível o controle de sistemas de grandes dimensões e complexidades, logo tornaram possível a própria **Administração do desenvolvimento acelerado** e o atingimento de ambiciosas metas como aquelas a que se propõe a Sudene". (p. 21)

E continuam:

... é da maior importância para o nosso futuro e para a nossa **soberania** que passemos a desenvolver, de modo prioritário e com a máxima velocidade, esses instrumentos de progresso, adotar uma nova atitude que consista

na intensiva logificação das ações e na extensiva algoritmação das atividades que arcaizam inteiramente os procedimentos mais ou menos emocionais predominante entre nós. (p. 22. grifo nosso).

A visão de gestão administrativa externava a preocupação em não depender de empresas estrangeiras, as quais exigiam participação majoritária nos empreendimentos, no Brasil. O nacionalismo defensivo com a reserva de mercado, “possibilitou um salto de qualidade na cultura tecnológica brasileira (XAVIER SOBRINHO,1994, p.189) . A percepção dos gestores da CIN continua atual, quando afirmam que:

A racionalização deve compreender a redefinição dos objetivos, a explicitação das rotinas administrativas, a eliminação de demorados despachos e as longas tramitações, a conversão de burocracia de um fim em si mesma num meio eficiente de ações socialmente úteis (p. 22).

E o autor do documento vai mais além, quando compara a não melhoria das estruturas organizacionais num sistema de comunicação a “um sistema neural de primeira ordem num organismo padecente de atrofia muscular”.

A possibilidade de se pesquisar em relatórios institucionais oportuniza conhecer quanto de vanguarda pode existir nas estruturas burocráticas, os técnicos da Sudene tinham este “olhar futurista” na

origem da política industrial de computadores que se iniciou no governo Médici (1970 -1974).

A preocupação com os conjuntos documentais foi crescente e constante na Sudene, devidamente registrada em estudos e diagnósticos; nos anos 70 foram intensificadas ações como a proposta de sistema, o Sidne – Sistema de Informação para o Desenvolvimento do Nordeste, cujo objetivo era: “Apoiar os órgãos responsáveis pelo planejamento regional, em especial a Sudene, subsidiando-os com informações adequadas às atividades” (SUDENE, agosto, 1980c, p.6), de cuja equipe básica e multidisciplinar a Divisão de Documentação fazia parte:

A gente encontrou resistência aqui dentro da Sudene... a ideia era implantar em toda a área de atuação da Sudene, através das Secretarias de Planejamento, o núcleo de apoio seria nas secretarias, a gente conseguiu implantar em algumas secretarias... em Pernambuco era o Condepe...levou mais de um ano, já estavam estruturadas (as secretarias), a gente teve mais facilidade de implantar porque a maior parte tinha interesse nas informações da Sudene... a maior dificuldade que minha equipe encontrou foi que os técnicos sentavam em cima da informação e não disseminavam... quem tem informação tem poder, porque se você tem informação e guarda no setor, você não tem poder...precisávamos que viesse uma ordem do Superintendente... tudo isso gerou dificuldade. (ENTREVISTADO 2)

A proposta de criação de um Centro de Informática do Nordeste, de alcance regional com integração ao Sistema de Informações para o Planejamento, Controle e Coordenação (Siplan), sob a responsabilidade do Ministério do Interior (Minter) é fundamentada no reconhecimento de que havia uma grande carência de pessoal qualificado e que, para solucionar essa questão, as universidades deveriam atender a demanda tanto em Pesquisa Operacional como em Engenharia de Sistemas e formação de profissionais de áreas afins.

A Sudene concebeu uma instituição para-universitária com a finalidade de propagar o emprego da matemática em todos os setores sociais da Região, adaptar e desenvolver a informática e atender as demandas do desenvolvimento, fundamentando a contribuição regional junto à política nacional de ciência e tecnologia.

Atendendo a esta demanda foi implantado o Núcleo de Matemática Tecnológica do Nordeste(GS 045/22 Sudene/UFPE), consubstanciado no Convênio 37/69 firmado com a UFPE, cujas funções seriam:

- Formar e aperfeiçoar informaticistas (sic) nos diferentes níveis e qualificações;
- Auxiliar universidades e outras instituições na criação e manutenção de CPDs, cursos, conferências;
- Apoiar metodologicamente a SUDENE, o Sistema Comunicacional Nordestino, o Centro de Informática do Nordeste.

Este Núcleo poderia solicitar financiamento e cooperação técnica a organismos como o BNDE, a ONU e instituições de outros países, a exemplo da República Federal Alemã, com a qual o Brasil celebrou um convênio para incentivo da Computação Automática no país.

A proposta era que o Centro de Informática do Nordeste iniciasse o funcionamento em 22 meses, com custos da ordem de Cr\$ 500 mil (quinhentos mil cruzeiros), mas observando os dispositivos do Decreto Federal 70.370/72, que criou, no âmbito do Ministério do Planejamento, a Comissão de Atividades de Processamento Eletrônico – Capre, cuja função era

... administrativa e prosaica, envolvendo meramente a racionalização das compras de computadores, a elaboração de levantamento dos equipamentos de processamento de dados existentes e do funcionamento de atividades de processamento de dados por parte do governo federal e a criação de programas de treinamento para pessoal de processamento de dados (EVANS, 1986, p. 17).³⁵

³⁵ O autor faz uma análise da concepção da política de informática no Brasil, e chama a atenção para o momento da estruturação do processo de modernização do Brasil, em que a proposta era substituir as importações em indústrias de base, ao mesmo tempo em que observa a conexão então existente da informática e a segurança nacional.

Política de Recursos Humanos

A necessidade de qualificação de profissionais com competência para executar as tarefas a serem empreendidas pela Sudene levou-a a realizar cursos de treinamento intensivo para preparar seus primeiros quadros técnicos, tão logo se instalou. Portanto, observa-se que a atividade de capacitação esteve sempre presente entre as atividades desempenhadas pela Autarquia.

É possível observar, tanto no II quanto no III Plano Diretor, que as atividades de capacitação da Sudene, foram responsáveis pelo êxito alcançado na execução de sua política de desenvolvimento. Essa capacitação incluía: promoção direta e indireta de cursos e seminários; concessão de bolsas de estudos no Brasil e no exterior; programa de estágios; pesquisas e estudos para implantação de um sistema de avaliação das necessidades de capacitação no Nordeste, com assistência técnica das Nações Unidas.

Significativo número de funcionários da Sudene foram agraciados com bolsa para capacitar-se fora de Pernambuco, como publicado na Revista Sudene Informa, de 1962:

Bolsas de Estudos – 12 funcionários da Sudene, sendo 02 no Curso de Capacitação para Desenvolvimento Econômico, em Santiago do Chile; 4 no Curso de Treinamento em Problemas

do Desenvolvimento Econômico, no Rio de Janeiro; 4 pelo Centro Panamericano de Aperfeiçoamento em Pesquisas de Recursos Naturais, no Rio de Janeiro, e dois pela Cooperativa Técnica Francesa, na França.

Contribuição da Ford – A Fundação Ford ofereceu à Sudene 40 bolsas para técnicos ligados ao projeto irrigação do Vale do São Francisco (SUDENE INFORMA, 1962, p. 9 -10).

Por meio da Resolução nº 869, de 13/12/1963 (Anexo A), a Sudene aprovou o programa de aplicação da dotação global destinada à formação e aperfeiçoamento de pessoal próprio, além do pessoal dos estados e dos municípios.

Apesar das mudanças ocorridas na Autarquia durante a ditadura militar, com perseguições, afastamentos, cassação, a orientação foi para cuidar do “bem-estar dos servidores”. É significativo, como expressa o depoimento abaixo:

Euler Bentes Monteiro³⁶, um general, ele foi muito melhor do que os civis que passaram antes dele, porque ele tinha uma visão estratégica muito boa, e por incrível que pareça,

³⁶ Nasceu em 1917, no Rio de Janeiro, ingressou na Escola Militar do Realengo em 1933, conspirou contra Getúlio Vargas em 1945, negou-se a participar do golpe de 1964 que depôs João Goulart, foi Superintendente da Sudene, promovido a General do Exército por Geisel, em 1974. Candidatou-se pelo MDB numa frente de oposição à ditadura militar em 1978, com Paulo Brossard como vice, mas perdeu para João Figueiredo. Foi repreendido pelo Exército por ter assinado o manifesto Em defesa da Nação ameaçada. Morreu em 2002.

um gaúcho, a gente pensava que ele nunca ia defender o Nordeste... ele fez uma modificação, conseguiu fazer o plano de carreira, aumentou o salário da gente, criou o sistema de saúde da gente, construiu um monte de prédio ali na vila da Sudene, construiu casa para o pessoal... (ENTREVISTADO 7).

A construção de um conjunto habitacional, numa área de 400.000 m² no bairro do Ibura, com 1.000 unidades residências³⁷ ao custo de 11,5 milhões de cruzeiros novos, executado em doze meses, (1967 -1968), foi uma das iniciativas de maior repercussão entre os servidores.

Fotos 8 e 9 – Conjunto habitacional, construído no Ibura.



Fonte: Revista Equipe 1968;1969.

O quadro de pessoal em 1974 era de 2.334 funcionários, assistidos por um sistema de transporte que incluía ônibus próprio, que durante 08 anos

³⁷ 184 casas, 84 blocos com 504 apartamentos de dois quartos e 52 blocos com 321 apartamentos de três quartos

atendeu aos servidores que moravam nos bairros de Campo Grande, Boa Viagem, Vila do Ipsep, Curado, no Recife; Janga em Olinda, Jardim Paulista, em Paulista, e Camaragibe.

Também havia o programa de financiamento de veículo, em prazos que variavam de 12 a 48 meses, conforme a solicitação do servidor inscrito no programa. No ano de 1974 foram financiados 765 carros.

O programa de financiamento era gerido pela Companhia Nordestina de Serviços Gerais (Conesg), criada com o objetivo principal de prestar serviços técnicos e administrativos à Sudene.

Sendo a capacitação uma atividade constante, tanto para os servidores sudeneanos como para os servidores estaduais e municipais, além de outros de instituições federais na Região, foi criado, em 1973, o Centro de Treinamento – Cetren³⁸, situado na Rua Lindolfo Collor, próximo ao Edifício-sede, no Engenho do Meio, destinado a treinar e especializar técnicos da Autarquia e de outros órgãos públicos que atuam no Nordeste, por meio de cursos, seminários, conferências, palestras.

³⁸ Estrutura física: 5 salas de aula; 18 apartamentos com capacidade de alojar 48 pessoas em regime de internato; refeitório e cozinha para atender 100 pessoas; 01 auditório com capacidade para 70 pessoas; 03 gabinetes para coordenação de curso; 01 lavanderia; 01 biblioteca, 01 secretaria.

Quanto à assistência médica, também administrada pela Conesg, utilizava um sistema, considerado dos mais modernos, atendia a 10.000 beneficiários e a estrutura médico hospitalar era composta de 158 médicos, 41 cirurgiões-dentistas e 67 estabelecimentos hospitalares credenciados: “o plano de saúde era muito bom, mas a gente pagava, não era de graça, mas era assim, o funcionário pequeno (sic) pagava 25% da despesa, o funcionário médio pagava 50% e a gente pagava 75%” (ENTREVISTADO 7).

A política de recursos humanos contemplou também a construção da sede da Associação dos Servidores da Sudene.

O calcanhar de Aquiles

Ao desvelar a Sudene por meio dos relatórios, diagnósticos, revistas e estudos produzidos pelas unidades técnicas e administrativas que a compunham, mais de cinquenta anos depois de sua criação, torna-se inaceitável pensar que uma autarquia concebida de forma inovadora e ousada para os padrões do Brasil ainda não emergente tenha sucumbido à atuação autoritária do Estado, que privilegiou as classes dominantes, grandes beneficiárias das políticas adotadas, “extremamente parcimoniosa na implantação efetiva de programas

sociais voltados para a melhoria das condições de vida da maioria dos nordestinos” (SUDENE, 1986, p. 21).

Considerando que, em relação ao desenvolvimento, a educação é fundamental, é estarrecedor que o PIB regional tenha crescido à taxa média anual de 7,1% entre 1960-80 e, no entanto, 51% da população com mais de 19 anos continuava analfabeta e quase metade dos trabalhadores tinham rendimento igual ou inferior a meio salário mínimo.

Como registro do descompasso entre o discurso oficial e a efetivação das ações, a décima edição da Pesquisa Empresas e Empresários³⁹, iniciada no ano de 2007 em dez dos setores mais importantes da economia pernambucana - Sucroalcooleiro, Tecnologia da Informação e Comunicação, Moda e Confecção, Metalmecânica, Varejo Moderno, Construção Civil, Logística, Turismo e Cultura, Fruticultura Irrigada e Vitivinicultura e Serviços Modernos, aponta a carência da educação e de formação profissional em oito dos dez setores estudados, mesmo com as forças e oportunidades de cada setor.

O acesso à educação básica, em que pesem os discursos oficiais e as ações efetivadas nos anos 60 e 70 do século passado, não viabilizou a democratização das oportunidades, como mostram os números dos

³⁹ Fonte: Instituto de Tecnologia em Gestão. **Pernambuco Competitivo: saber Olhar para saber fazer.**

censos demográficos de 1960, 1970 e 1980, Pernambuco:

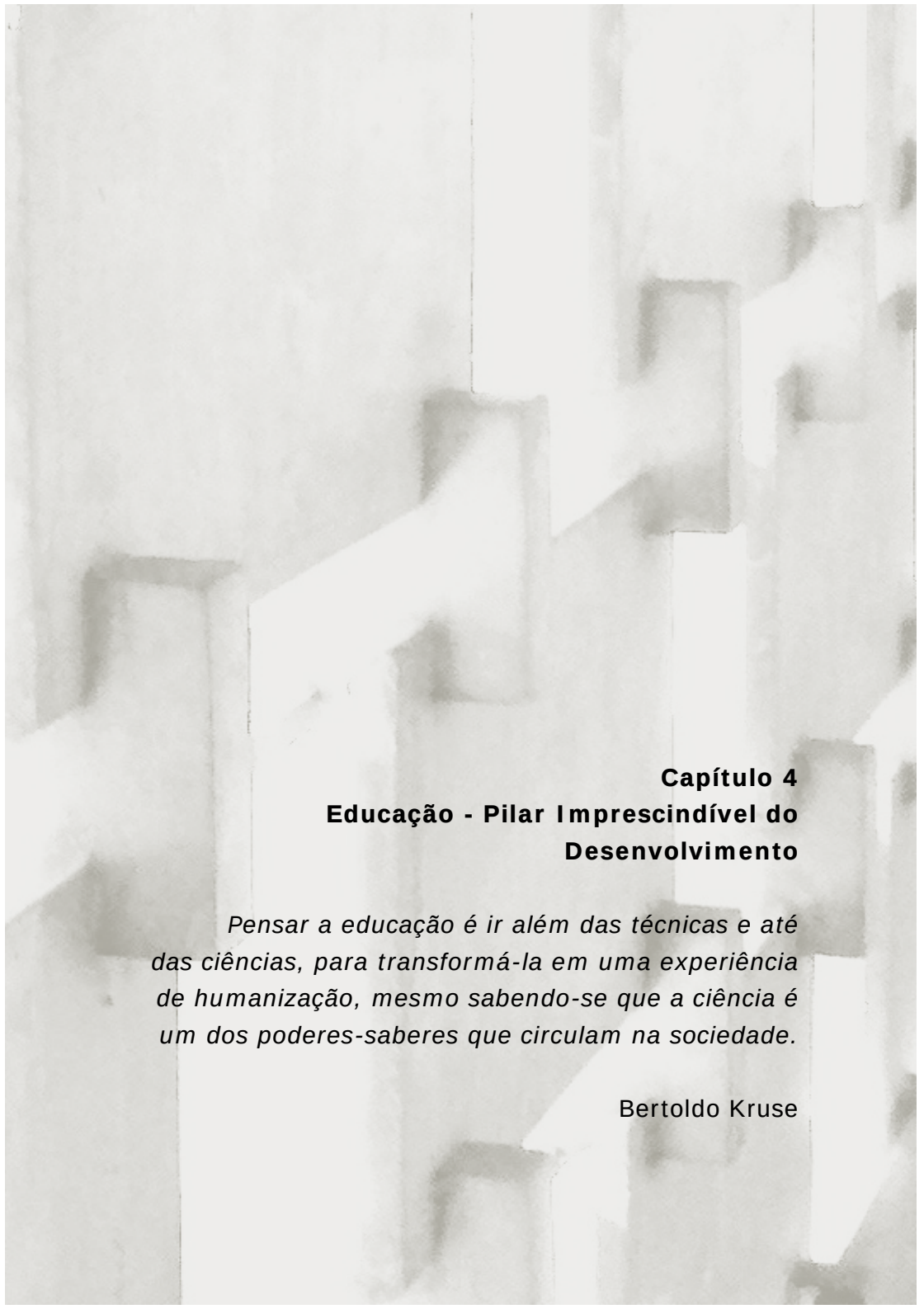
Quadro 19 - Exclusão e acesso a educação formal

Ano	População	Analfabetismo	Matrículas no nível superior
1960	4.080.601	2.149.367	2.663
1970	5.138.055	2.428.864	25.461
1980	6.141.993	2.617.861	54.961

Fonte: IBGE

A volta de Pernambuco à posição de destaque no desenvolvimento regional expõe a cruel dívida social acumulada, a pouca expressividade no atendimento à educação básica, quando ainda temos 17,6% de nosso povo na condição de analfabeto.

A educação foi uma preocupação constante da Sudene: da formação de seus quadros ao fortalecimento das instituições de ensino, principalmente as universidades; da estruturação das unidades estaduais de educação à implantação de cursos em diversas modalidades, é o que mostra o Capítulo 4, *Educação – pilar imprescindível do desenvolvimento*.



Capítulo 4

Educação - Pilar Imprescindível do Desenvolvimento

Pensar a educação é ir além das técnicas e até das ciências, para transformá-la em uma experiência de humanização, mesmo sabendo-se que a ciência é um dos poderes-saberes que circulam na sociedade.

Bertoldo Kruse

As atividades educacionais no Brasil Colônia foram executadas pelas ordens religiosas, jesuítas, franciscanos, beneditinos, carmelitas, até a reforma de 1759.

O ensino foi assegurado precariamente, a vinda da família real para o Brasil, pôs na pauta as questões sociais e culturais, mas a prioridade foi dirigida para o ensino superior.

No Brasil Império, a Constituição de 1824 determina as diretrizes sobre educação primária, no seu Artigo 179, Inciso XXXII: *a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos.*

Apesar das diretrizes constitucionais, o ensino continuou negligenciado pelo poder público, favorecendo o surgimento de numerosas escolas particulares.

A descentralização do ensino determinada pelo Ato Adicional de 1834 marcou indelevelmente o descaso com o ensino primário, cujas consequências são atualíssimas – “atribuiu competência às assembleias provinciais para legislar sobre o ensino elementar e médio” (WEREBE, 1982, p. 376).

A província de Pernambuco foi pioneira ao fundar, por decreto, em 1825, o Liceu Provincial de Pernambuco, a primeira escola pública estadual e a mais antiga do país, dirigido por um frade beneditino, o Padre Carapuceiro, que após várias mudanças de

endereço e denominação, é hoje o Ginásio Pernambucano, uma escola de referência⁴⁰.

Ainda no Império, outra importante instituição de ensino foi criado em Pernambuco, o Curso de Ciências Jurídicas, no ano de 1828, em Olinda⁴¹.

Desde o século XIX, escolas particulares que não eram colégios religiosos, iniciaram suas atividades na educação infantil e no ensino fundamental, estendendo as atividades para o ensino médio e finalmente para o ensino superior, por meio do funcionamento de diversas faculdades privadas, estas, proliferadas rapidamente no final do século passado.

O problema do ensino fundamental, reconhecido desde o Império, continuava sem solução pelo Governo Federal, em 1958. Em palestra proferida no Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o então Ministro de Educação Clovis Salgado afirmava:

Para cumprir rigorosamente a Constituição, deveríamos concentrar todos os recursos públicos para resolver, primeiramente, o problema do ensino elementar. Somente depois de ter garantido a todas as crianças um banco na escola primária é que o Estado poderia cuidar de abrir escolas médias e superiores gratuitas (MOURA, 1960, p. 24-25).

40

http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=271&Itemid=186 . Acesso em: 07/08/2011

⁴¹ Revista Estudos Universitários, v. 27, n. 8, agosto 2011.

A educação profissional ficou restrita à rede federal, com as escolas técnicas e agrícolas. Em Pernambuco, além das escolas federais funcionam, até hoje, o Senai (1943), o Senac (1946) e a Escola Técnica Estadual Professor Agamenon Magalhães, criada no ano de 1928, a primeira do Estado.

De acordo com Moura (1960), só no ano de 1949 foi criada em Pernambuco, a Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura⁴², com uma estrutura organizacional alterada cinco anos depois, conforme evidencia o quadro 20:

Quadro 20 – Estrutura organizacional da Secretaria de Educação de Pernambuco, 1949 e 1954

1949	1954
Departamento de Administração	Conselho de Educação
Departamento Técnico de Educação Primária	Diretoria Técnica de Educação Primária
Departamento de Educação Média	Diretoria de Assistência Escolar
Departamento de Extensão Cultural e Artística	Diretoria de Extensão Cultural e Artística
Instituto de Pesquisas Pedagógicas	Instituto de Pesquisas Pedagógicas
Departamento de Educação Física	Escola Ulysses Pernambucano
Museu do Estado	Escola Industrial Governador Agamenon Magalhães
Biblioteca Pública	Escola Industrial Feminina
Divisão de Merenda Escolar	Instituto de Educação de Pernambuco

⁴² Antes funcionava junto com a Secretaria da Saúde.

Casa do Estudante de Pernambuco	Museu do Estado
Conservatório Pernambucano de Música	Biblioteca Pública
Conselho de Educação	Ginásio Estadual de Jaboatão
Assistência Educacional às Prefeituras Municipais	Diretoria de Educação Física

Fonte: A autora, quadro elaborado de Moura, 1960.

Apesar de o Estado de Pernambuco já contar com uma estrutura organizacional do Estado voltada para a educação, a situação do ensino era muito precária nos anos 50.

Ao iniciar suas atividades de planejamento e sua execução, como pudemos observar no capítulo anterior, a Sudene se investiu de responsabilidades que seriam, a rigor do Ministério da Educação, com o intuito de minimizar as mazelas existentes na área de educação, na Região Nordeste.

Sendo a educação o elemento determinante para o desenvolvimento social e econômico, a Autarquia não poderia deixar de adotar as medidas possíveis para a consecução de seus objetivos.

A Sudene e a educação

Nas primeiras ações, a Sudene identificou o principal óbice ao desenvolvimento da Região: a educação.

A problemática da educação foi enfrentada com a criação do Departamento de Assistência Técnica e

Formação de Pessoal (DATFP), em 1963, transformada em Divisão de Educação, subordinada ao Departamento de Recursos Humanos, que iniciou a elaboração de programas, na vigência do II Plano Diretor (1963 -1965), de acordo com o depoimento abaixo:

Desde o início nós estruturamos um Núcleo de Educação, Departamento de Recursos Humanos, agora nossa estratégia inicial foi de preparação de pessoal para área de educação... Conseguimos também, na época, o financiamento do governo americano através da Usaid que ajudou bastante. Houve muitas distorções, porque o Brasil mesmo na época de 60, ele não precisava de assistência de engenharia americana para construir grupo escolar... Esse quadro, na época foi um impacto um pouco criticado e o planejamento chegou a ser muito desgastado como ferramenta, de que a alternativa não era planejar a educação, isso não ia resolver nada. (ENTREVISTADO 1)

A programação de educação estava integrada à Programação Global da Sudene, como por exemplo os programas de Ensino Industrial, Ensino Agrícola e Ensino superior, os quais visavam atender as necessidades da modernização industrial e do processo de industrialização.

Na Lei nº 5.508/68, art. 75 estava previsto: “Promover a realização de estudo para identificar as necessidades gerais e problemas de educação no

Nordeste, nos termos do art. 301” transcrito na Consolidação das Normas Legais da Sudene, aprovada pela Portaria N° 487/69:

Art. 301 - A Secretaria Executiva da Sudene, dentro do prazo que o Conselho Deliberativo fixar, promoverá a realização de estudo para identificar as necessidades gerais e problemas de educação do Nordeste, a prazo curto, médio e longo, em função do conhecimento das limitações atuais do aparelhamento educacional da região e de projeções sobre as demandas a que deverá atender no futuro, relacionadas estas com os efeitos e exigências dos planos de desenvolvimento regional.

§ 1º - O estudo de que trata este artigo incluirá a investigação dos meios adequados para melhorar o aproveitamento da capacidade atual da estrutura do ensino da região, de modo a atender às necessidades imediatas, e de ampliar e aperfeiçoar tal estrutura, de acordo com as necessidades identificadas.

§ 2º - A execução do estudo previsto deverá processar-se em cooperação com o Ministério de Educação e Cultura, as Universidades e os Governos Estaduais (SUDENE, 1969, p.125).

Um dos primeiros projetos foi destinado à formação de jovens da Região⁴³, com um programa na área de ensino superior (1963 – 1964), com bolsas para os cursos de engenharia, agronomia e veterinária:

⁴³ Anexo D

A Sudene identificou, por exemplo, que na Escola de Engenharia tinha 20 vagas, mas só havia 10 alunos... a gente fazia propaganda, os alunos selecionados recebiam bolsa para se preparar para o vestibular e, aprovados, permaneciam bolsistas até a conclusão do curso. (ENTREVISTADO 7)

O Presidente da República, Jânio Quadros (1961-1961), havia determinado ao MEC a criação de um grupo de trabalho, com a participação das universidades, para o desenvolvimento do Nordeste, para executar ações de: preparação técnico-científica de pessoal; **investigação de problemas regionais de produção e distribuição e informação aos quadros encarregados das decisões político-administrativas de bases técnico-científicas que servirão de suporte à tomada de decisão** (grifo nosso). Denominado Grupo de Reequipamento Técnico-Científico das Universidades do Nordeste – Grune, sua criação foi formalizada pelo Decreto nº. 50.671 de 31/05/1962. Entre as recomendações do GT destacamos:

- Reestruturação do ensino técnico-científico de nível superior
 - a) Ano prévio – complementação dos conhecimentos adquiridos deficientemente pelo aluno no secundário;
 - b) Carreira de magistério – Monitor, Instrutor, Assistente, Adjunto e Professor;
 - c) Institutos universitários, reunião gradativa em Institutos Centrais dos departamentos análogos das várias escolas;

- d) Revisão curricular
- e) Regime escolar
 - Abertura de novas escolas – rigor do MEC ao autorizar novas escolas;
 - Constituição de GT para elaborar proposta a ser encaminhada ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, para obtenção de linha de crédito no valor inicial de U\$ 5 milhões, para financiar parte do reequipamento das universidades
 - Reserva de 30% das dotações orçamentárias do MEC para investimento em equipamento;
 - Financiamento, pela Sudene, de amplo programa de bolsa para alunos pobres que terão as seguintes obrigações: a/ dedicação exclusiva às atividades escolares e b/ aceitação de um emprego no Nordeste pelo prazo mínimo de 02 anos, após a conclusão do curso. Especialmente para agronomia, devido ao baixíssimo índice de aproveitamento no vestibular, iniciar imediatamente Programa de Bolsas (SUDENE, 1961)

O diagnóstico apresentado pelo Grune, somado à Programação de Industrialização do Nordeste e modernização do Setor Primário da Economia da Sudene, baseou o Programa de Ensino Superior, cujos objetivos e estratégias eram:

OBJETIVO

Aumento do número de vagas em cursos considerados prioritários: engenharia, agronomia, veterinária, física, química, biologia e matemática

Melhoria das condições de ensino e pesquisa dentro da Universidade.

ESTRATÉGIAS

Ampliação das instalações e equipamentos incluindo material bibliográfico;

Aproveitamento integral da capacidade ociosa existente nas escolas superiores;

Implantação progressiva do tempo integral para professores;

Implantação de um programa de pesquisa tecnológica de interesse para o desenvolvimento socioeconômico da região;

Melhoria da qualificação do pessoal docente, através de cursos de especialização no Brasil e no Exterior, contratação de professores nacionais e estrangeiros para as especialidades onde se notam as maiores deficiências do magistério.

Não se tratava apenas de aumentar o número de vagas nas universidades, afinal não havia demanda; além do mais, o nível dos candidatos era muito baixo.

Em 1965, foram criados colégios universitários na Universidade Federal Rural de Pernambuco e na Universidade Federal da Paraíba, que estimulavam a formação para agronomia e veterinária, entre outras,

por meio do Programa de Bolsas da Sudene, o qual beneficiou muita gente no Nordeste. A esse respeito, algumas afirmativas são ilustrativas:

[Entrei] em 1966, ainda estudante, como pesquisadora auxiliar, fazendo o acompanhamento de um dos programas da Sudene de formação de pessoas para as profissões que não eram muito comuns no Nordeste na época: economista, agrônomo, geólogo, engenheiro. A Sudene dava bolsa para viabilizar o estudo de pessoas em Recife, em Salvador, onde estivessem as universidades. A gente ia até às famílias dos candidatos para conhecer a sua realidade, ver se realmente precisavam da bolsa. Muita gente teve oportunidade na vida por conta desse programa da Sudene. (BACELAR, 2010)⁴⁴

Tinha um programa de bolsas para estimular o ingresso nas universidades em cursos de interesse da Sudene, engenharia, veterinária, agronomia. Os alunos selecionados estudavam durante um ano, custeado pela bolsa, caso fossem aprovados na universidade receberia bolsa até a conclusão do curso. Havia três núcleos, Bahia, Ceará e Pernambuco... Aí em 64(sic), diziam que o programa era subversivo, que os bolsistas estavam tendo uma lavagem de cérebro. Em 66 uma nova visão desse programa, tinha um complemento com estágio, havia coordenadores da Sudene acompanhando. (ENTREVISTADO 7)

⁴⁴ Entrevista, fonte Democracia Viva, julho/2010, disponível em:

http://www.onordeste.com/onordeste/enciclopediaNordeste/index.php?titulo=T%C3%A2nia+Bacelar<r=t&id_perso=2369. Acesso em: 18/10/2011

Para muitos de nós que comemoramos esses 40 anos de formatura há o inevitável e saudoso sentimento que tudo começou no Cursinho da Sudene. A experiência de convivência fraterna, de ensino avançado e de aprendizado de cidadania nos parece hoje, passado todo esse tempo, algo extremamente moderno e atual. Poucas iniciativas nesse país conseguiram igualar aquela da Sudene, mesmo hoje, quando se discute a toda hora a qualidade do ensino público, a necessidade de sua universalização e a adoção, nem sempre bem aceita, de medidas afirmativas, como as cotas por etnia ou por classe social. Arrisco-me a dizer que nunca se repetiu essa experiência, principalmente por conta do arrojo dos seus critérios de admissão e permanência no curso (OLIVEIRA, 2009)⁴⁵.

No ano de 1968, houve reformulação no projeto e a Sudene financiava bolsa aos egressos do projeto anterior que faziam estágio anual.

Vários convênios⁴⁶ foram firmados com o Ministério da Educação e Cultura – MEC, com a Usaid, que instalou um escritório no Recife. Contudo o montante de recursos, apesar de expressivo, não foi capaz de efetivar uma mudança radical nas condições de ensino.

O Programa de Ensino Primário e Educação de Base obteve recursos do Acordo Nordeste, por meio de

⁴⁵ Disponível em: <http://estoriasdat68.blogspot.com/>. Acesso em 17/08/2011

⁴⁶ Vide Apêndice A

empréstimo, do orçamento próprio dos estados; os recursos eram destinados para construção, reforma, equipamentos e treinamento

Um dos projetos de maior relevância foi a Educação de Adultos iniciada em Angicos, no Rio Grande do Norte, pelo educador Paulo Freire⁴⁷.

Os recursos viabilizaram a regionalização administrativa da educação nos estados nordestinos. Em Pernambuco, essas coordenações se transformaram em Gerências Regionais de Educação – GRE, hoje com 17 unidades que coordenam 1.104 escolas estaduais⁴⁸

Os recursos foram usados conforme o relato:

Esse dinheiro da Usaid era principalmente para educação de adultos e para educação formal de nível médio, e era muito dinheiro. Eles montaram escritório, o convênio foi firmado entre a Usaid/MEC/Sudene, o MEC foi muito omisso... Entregou para gente, o operacional ficou diretamente com a Sudene, era muito dinheiro, investimos na parte física, construímos muito, escolas, centros de treinamento, centros de supervisão, construímos e equipamos muitas escolas... Escolas rurais passavam para os municípios. Construímos as Deres (Departamento Regional de Educação), com espaço para administração e treinamento e

47 Paulo Régus Neves Freire nasceu no Recife, em 1921. Estudioso, ativista social e trabalhador cultural, desenvolveu prática de alfabetização, foi professor de história e filosofia da educação da Universidade do Recife (UFPE). Preso em 1964, foi exilado, trabalhou em diversas instituições internacionais, foi autor de várias obras. Morreu em 1997.

48 Censo Escolar 2009, Fonte: Secretaria de Educação de Pernambuco.

ensino pedagógico e hospedagem, foram umas 10 (ENTREVISTADO 3)

Entre os diversos estudos sobre educação elaborados pela Sudene destacamos uma avaliação sobre planejamento na área educacional, “Problemas de Programação Educacional”(1962), apresentado no II Curso de Desenvolvimento Econômico. O estudo apontava a não evolução das relações entre o planejamento econômico e o social devido a fatores institucionais, socioculturais, políticos e econômicos, alguns deles óbices à execução dos programas.

Afirmava que o planejamento institucional para a educação poderia garantir condições de exequibilidade, apesar da existência da pluralidade de ações de órgãos federal, estadual, municipal e particulares. E defendia que, para que o planejamento da educação fosse exitoso, principalmente em regiões em desenvolvimento, era necessária uma visão global que compreendesse as questões demográficas, as vocações regionais, econômicas e socioculturais.

O I Plano Diretor (1960/1962) enfático nas questões de infraestrutura, previa apenas medidas de curto prazo, de provisão de mão de obra qualificada e especializada para o funcionamento da Superintendência e a execução de programas e projetos que assegurassem a absorção de mão de obra não qualificada. Assim, o programa inicial de recursos humanos previa na área de educação, a

preparação de pessoal técnico da Sudene, educação de base rural e qualificação de mão de obra para indústria têxtil.

Eu fiz o curso de Técnico em Desenvolvimento Educacional, porque na Sudene era assim, só entrava gente preparada por ela, a não ser que fosse uma pessoa de muito nível, alguém que tivesse curso na Cepal... ela selecionava no Brasil e no Nordeste, então a gente fez uma monografia sobre educação e aqueles selecionados faziam uma entrevista... eles selecionaram 11 candidatos para o primeiro Departamento de Assistência Técnica e Formação de Pessoal – DATFP, era o departamento que formava o pessoal de planejamento, saúde... (ENTREVISTADO 7).

Sob a coordenação da Autarquia, o estudo realizado pelo Serviço de Informação e Colocação de Mão de obra Industrial (Sicomi) encontrou dificuldades na

obtenção de informações atualizadas que possam subsidiar a formação de profissionais, no que diz respeito a oferta de curso, a supressão dos existentes e o número de aprendizes, obviamente isso implica na dificuldade na elaboração do currículo, conteúdos, carga horária, assim como na formação do professor, da mesma forma, a percepção da necessidade de um sistema de coleta e análise de informações sobre o mercado de trabalho o que subsidiaria a tomada de decisões quanto aos investimentos permanentes e necessários para a formação profissional (SUDENE, 1962).

O sistema de coleta e análise de informações referenciado só veio a ser elaborado no final dos anos 60, cujo resultado foi publicado em 1971, no trabalho *Projeto de Informações Educacionais Básicas*, sob a coordenação das técnicas Janice Japiassu e Zuleide Aureliano.

O censo escolar de 1964, assim como a pesquisa realizada pelo então Instituto de Ciências do Homem da Universidade Federal de Pernambuco mostrou que o Estado de Pernambuco atendia a 64% da população no ensino primário.

Entre as dificuldades, destacava-se a insuficiência de prédios escolares, professores e equipamento. A Sudene entendeu que a melhoria do nível educacional da população dar-se-ia a longo prazo e assim instituiu um programa de ensino primário que visava: ampliar oportunidades de escolarização de crianças, jovens e adultos, construir e equipar escolas e formar professores por meio de escolas normais e centros de treinamento e assessorar as Secretarias de Educação.

No quadro 21 pode-se verificar a distribuição das escolas primárias existentes no Estado de Pernambuco (zona urbana e rural), por zona fisiográfica, no ano de 1964.

Quadro 21 – Escolas primárias em Pernambuco(zona urbana e rural), em 1964

Zonas Fisiográficas	ZONA URBANA					ZONA RURAL				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
Litoral e Mata	02	493	433	788	1.716	02	200	427	279	908
Agreste	00	296	533	206	1.035	01	231	1.860	204	2.296
Sertão do Moxotó	01	18	47	03	69	01	16	230	20	267
Triunfo	00	07	05	05	17	00	08	43	04	55
Sertão do Alto Pajeú	00	61	41	08	110	00	64	256	00	320
Sertão do Alto Moxotó	00	32	22	08	62	00	16	145	27	188
Araripe	00	29	34	09	72	00	06	266	00	272
Sertão Central	00	20	72	04	96	00	19	170	10	199
Sertão do São Francisco	00	85	73	9	167	03	30	288	4	325
SUB - TOTAL	03	1.041	1.260	1.040	3.344	07	590	3.685	548	4.830
TOTAL 8.174										

Fonte: O ensino primário no Estado de Pernambuco em 1964. Sudene, 1966

O quadro 22 explicita as estruturas programáticas do II (1963 -1965), III (1966 – 1968) e IV Plano Diretor (1969 – 1973):

Quadro 22 - Estruturas programáticas do II, III e IV Plano Diretor da Sudene

II Plano Diretor(1963-1965)	III Plano Diretor (1966-1968)	IV Plano Diretor (1969-1973)
Programa de Ensino Primário e Educação de Base	Programa de Estudos e Levantamentos Ligados ao Conhecimento das Condições Educacionais	Programa de Criação de Pré-Requisitos para o Desenvolvimento das Atividades Educacionais
Programa de Ensino Agrícola	Programa de Ensino Primário e Educação de Base	Programa de Melhoria e Formação de Pessoal Docente
Programa de Ensino Industrial	Programa de Formação Profissional	Programa de Capacitação de Recursos Humanos para Atender às Necessidades do Sistema Produtivo
Programa de Ensino Superior	Programa de Ensino Médio	
Programa de Ensino de Ciências Básicas do Nordeste	Programa de Ensino Superior	

FONTE: A autora.

Observa-se, nas mudanças programáticas da Divisão de Educação da Sudene, que cada vez mais se tornava complexa a questão da educação no Nordeste. A Sudene, que deveria ser uma instituição de planejamento, gradativamente passou a executar os

programas, era como se fosse abrindo a picadas para avançar em seu caminho.

As pessoas foram se especializando, grupos cuidavam da educação formal, outro grupo cuidava do ensino superior, outros com educação básica, tinha um grupo que só trabalhava com ensino profissionalizante, Senai, Senac. (ENTREVISTADO 3)

Os técnicos da Divisão de Educação da Sudene identificaram a ausência de sistemas regulares e sistemáticos de informação educacional, devido à precariedade de: serviços de estatística e pesquisa educacional; pessoal qualificado em número suficiente; cobertura de todos os estados pelo levantamento de Informações Educacionais Básicas. Todos estes fatores dificultaram, sem dúvida, o planejamento educacional no Nordeste.

A Sudene, por meio da assistência técnica e financeira às Secretarias de Educação, passou a executar as atividades que os órgãos estaduais não conseguiam realizar.

A determinação em executar as atividades está plenamente justificada pela impossibilidade de planejar sem informação: para o funcionamento das unidades de Estatística e Planejamento nos estados; para a racionalidade na aplicação dos recursos, implantação de sistema de informação estatística; para o planejamento educacional e, na sequência, a

elaboração de diagnóstico e planos estaduais de educação.

O subprograma de Assistência Técnica e Financeira às Secretarias Estaduais de Educação tinha como um dos objetivos a reestruturação e em alguns casos, a implantação das áreas de estatística e planejamento (CAVALCANTI, 1973. p. 2-3).

Apesar dos recursos investidos no Programa de Ensino Primário e Educação de Base, em Pernambuco, que incluíam o pagamento de técnicos em tempo integral na Secretaria de Educação do Estado, construção e reconstrução de salas de aula, reequipamento de salas de aula, aquisição de equipamentos para as Secretarias Estaduais, as metas atingidas não passaram de 30% do previsto.

O pequeno alcance do Programa de Ensino Primário e Educação de Base pode ser atribuído a diversos fatores, tais como; inflação; inexperiência dos técnicos da Sudene, cuja pequena equipe era composta de recém-formados, sem vivência de planejamento; dificuldades com as agências internacionais, que por vezes atuavam nos Estados e “davam ordens e sugestões não acatadas pela Sudene” (CAVALCANTI, 1973, p. 9), por meio de firmas contratadas pela Usaid.

Somando - se a estes fatores outras razões podem ser apontadas: a Usaid entendia que, por financiar a maior parte dos recursos, inclusive para

pagamento dos técnicos estaduais, estes deveriam trabalhar exclusivamente para os convênios, desconsiderando as vinculações do órgão (Secretaria Estadual), criando assim um *staff* diferenciado e sem visão global das atividades educacionais; a maioria dos técnicos estaduais capacitados pela Sudene foram lotados em funções distintas à sua formação; injunções políticas ; entraves administrativos, como inexistência de cargos e/ou recursos financeiros para salários mais elevados.

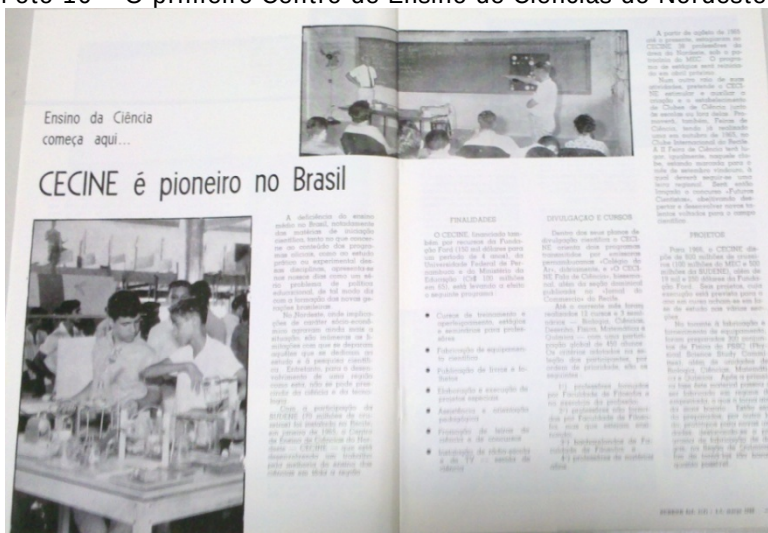
O II Plano Diretor estabeleceu as diretrizes para a formação técnica de nível médio, decorrente do diagnóstico elaborado pela Sudene em Pernambuco. No entanto, elas não foram suficientes para atender a demanda oriunda dos “programas de intensificação de investimentos industriais em curso”. Curiosamente, a situação diagnosticada, passados mais de 40 anos, continua atualíssima – inúmeros empreendimentos se instalando em Pernambuco e o Governo sem condições de atender a demanda, por desconsiderar, por vários anos, a importância da educação profissional.

Desde o II Plano Diretor, a Sudene procurou sanar a deficiência da oferta de professores qualificados por meio de treinamentos de professores e instalação de laboratórios de física, química e biologia nos colégios públicos de ensino médio, em

concordância com o Instituto Brasileiro de Educação, Ciências e Cultura (IBECC), Seção de São Paulo.

Essa iniciativa evoluiu para a criação do Centro de Ensino de Ciências do Nordeste (Cecine) (Foto 10), por meio de convênio com a Universidade Federal de Pernambuco, ajuda técnica do IBECC e ajuda financeira da Fundação Ford; logo a Autarquia estendeu o atendimento para os colégios técnicos agrícolas e industriais.

Foto 10 – O primeiro Centro de Ensino de Ciências do Nordeste



Fonte: Sudene Informa, 1964

Lamentavelmente, alguns laboratórios distribuídos em 1963, sequer foram montados, além do mais, os professores capacitados deixaram de exercer suas funções.

A formação de professores foi atividade permanente na Autarquia. O Programa Melhoria e Formação Docente tinha como meta treinar 400 professores e distribuir 400 laboratórios em todo o Nordeste. O número de professores treinados foi 150% maior; quanto aos laboratórios, apenas 43,24% foram entregues.

Não era muito longo não (o treinamento de professores), era mais treino para abrir a cabeça deles, naquela época os professores não eram formados, quer dizer, engenheiro ensinava matemática, a visão (sic) era dar didática para eles... tinha o problema de equipamento das Universidades, aí ela (Sudene) começou a equipar as Universidades... também dava o tempo integral dos professores, passava o dinheiro à Universidade para pagar os professores... a gente dava complemento para ele dar tempo integral na Universidade... a gente começou em 63, aí quando foi em 64, diziam que o programa era subversivo, os bolsistas estavam tendo lavagem de cérebro, colocaram um bocado de gente prá fora, na área de educação, na área de humanas principalmente, quem não foi ficou numa situação, com medo de falar, com medo de escrever, não podia nada... era a política dentro da Sudene, inquérito policial militar, muita gente tinha ido embora... (ENTREVISTADO 7)

Pernambuco recebeu dois laboratórios de física, quatro de química, oito de biologia e seis polivalentes, num total de 20 laboratórios. Em relação aos recursos

financeiros, o Cecine recebeu a quantia de Cr\$ 1.187.000,00 (um milhão, cento e oitenta e sete mil cruzeiros).

O investimento, segundo o relatório da Divisão de Educação, não mudou a realidade, uma vez que os cursos oferecidos estavam além das possibilidades dos alunos-professores; além disso, os professores leigos da área de ciência e matemática não foram contemplados.

Quanto aos cursos de Pós-Graduação, a Sudene previu recursos, em 1973, para a área de Educação e para a área de Sociologia e Economia, que desde 1966 recebiam recursos para o Programa de Mestrado Interdisciplinar de Sociologia e Economia, por meio do convênio entre a UFPE, a Sudene e a Usaid, assim como para a criação do Laboratório de Pesquisas Aplicadas.

O apoio da Sudene foi concretizado por bolsas para estudantes locais, complementação de salários, aquisição de material permanente, além de recursos para pesquisas. O apoio da Usaid se referia a bolsas de estudos no exterior e professores visitantes. Também a Fundação Ford apoiou o Programa Integrado de Mestrados em Economia e Sociologia – Pimes, com bolsas no exterior e complementação salarial.

Havia preconceito em relação aos recursos financeiros norte-americanos, como nos informa Souto

Maior (2005): “o apoio das instituições Usaid e Fundação Ford encontrou forte resistência em alguns setores da Universidade, sobretudo professores e estudantes de graduação” (p. 31).

Também parece interessante registrar que a concessão de bolsas dependia da aprovação da Sudene, que investigava a lista dos candidatos por meio de seu serviço de segurança (SOUTO MAIOR, 2005, p.29 – 30; 56).

No ano de 1965 foi assinado convênio entre a Sudene, o Ministério da Agricultura e a Universidade Federal Rural de Pernambuco, para a criação do Centro Regional de Treinamento e Educação (Creta), em terreno cedido pela UFRPE. A reforma universitária transformou o Creta em Centro de Formação e Treinamento de Pessoal Agrícola – CFTPA, hoje órgão suplementar da UFRPE.

A Sudene previa o aproveitamento da rede de ensino já existente, ampliação e reequipamento, para assegurar os cursos de mestria (ginásio agrícola) e formação de técnicos agrícolas, em cooperação com o Ministério de Agricultura.

O ensino agrícola foi objeto de programa que visava melhorar o ensino ministrado nas escolas e na Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério de Agricultura – Seav, qualificando o pessoal docente, equipando e reconstruindo as instituições.

Outros centros foram instalados por iniciativa e patrocínio da Sudene. São eles o Centro de Educação Técnica do Nordeste – Cetene para formação de professores de ensino industrial e do ensino normal; o Centro de Formação de Professores do Inep; o Centro de Treinamento da Chesf.

O ensino industrial, cuja demanda tornava-se cada vez maior, devido à implantação das indústrias na Região, também foi beneficiado por programa que consistia em equipamento, reequipamento, capacitação e aperfeiçoamento de docentes, objetivando a melhoria da qualidade de ensino, assistência técnica estrangeira, sem descuidar dos parceiros com a ampliação das vagas oferecidas pelo Senai, por meio de construção de centros de formação profissional.

Apesar de assinatura de convênio MEC/Sudene/Senai em 1963, por uma série de razões o mesmo não foi executado.

Nesse mesmo ano de 1963, por meio do Decreto nº. 53.224 de 18.12, foi criado o Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra(industrial) (PIPMO), antes PIPMOI, com a finalidade de qualificar pessoal para o setor secundário e atender as demandas prioritárias de habilitação técnica e ocupações profissionais estratégicas ao desenvolvimento de recursos humanos, executado por instituições educacionais, empresas industriais,

entidades federais, estaduais e municipais, Senai, por meio de convênio (SUDENE, 1972, p.19)

No III Plano Diretor (1966-1968) os recursos destinados à educação eram da ordem de 50 bilhões e 250 milhões de cruzeiros. Os recursos para Pernambuco foram distribuídos conforme explicitado no quadro 23:

Quadro 23 - Recursos para educação em Pernambuco – instituições beneficiadas, finalidades

Instituições beneficiadas	Finalidade
Escola de Administração da UFPE	Ampliação e melhoria
Centro Regional de Pesquisa e Ensino de Saúde Pública no Recife	Instalação
Escola de Geologia ⁴⁹	
Escola de Engenharia	
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (atual CEFICH)	
Faculdade de Direito de Caruaru (privada mas com emenda orçamentária do deputado federal Tabosa de Almeida ⁵⁰)	
Instituto de Matemática	reequipamento
Instituto de Biociências	reequipamento
Química	reequipamento
Centro de Energia Nuclear da UFPE	reequipamento

FONTE: A autora.

⁴⁹ Criada em 1957 com recursos do plano norte-americano de assistência técnica para a América Latina, conhecido como Ponto IV, tornado público em 1949, quando se formou no Brasil uma comissão encarregada de estudar as prioridades para um programa de desenvolvimento do país.

⁵⁰ Alberto Tabosa de Almeida nasceu em Caruaru em 1917, deputado estadual e federal, fundou as faculdades de Direito e de Odontologia em Caruaru. Morreu em 2005.

Entre 1962 e 1969 foram aprovadas 36 resoluções relativas à educação Apêndice A.

Por ocasião do Encontro Regional de Educação Fundamental e Televisão Educativa, em janeiro de 1970, a Sudene apresentou um projeto inovador à época, de Educação Fundamental Integrada, cuja proposta era integrar os sistemas de ensino primário e ginasial, sendo vanguarda nessa questão, por se antecipar à Lei de Diretrizes e Bases de 1971.

Seguindo a cultura organizacional de documentar suas atividades e, assim, sistematizar as informações produzidas, o projeto foi assessorado, por meio de convênio, pelas Faculdades de Educação das Universidades Federais da Bahia, Ceará e Pernambuco, e contou com recursos próprios e da Usaid.

Neste projeto de educação, a importância da biblioteca é destacada, por meio da exigência do bibliotecário diplomado, por entender que este profissional deveria participar do planejamento integrado da escola, e o mais importante, viabilizar a participação do corpo discente como protagonista da sua formação intelectual. Foi então realizado o treinamento do pessoal das bibliotecas, em duas etapas, para o pessoal formado e para o pessoal não formado.

O projeto de integração do ensino primário ao ginasial foi executado em uma unidade de cada Estado, num total de 10 experiências.

A Sudene também foi vanguarda no uso de tecnologia voltada à educação: no Plano de Metas 1971/1973 propôs a criação do Centro de Programas Educacionais para Rádio e Televisão junto à Universidade Federal de Pernambuco, que seria “um tele-centro regional, altamente qualificado e apto a uma troca fecunda de serviços com outros centros do país, em vez da multiplicação incondicionada de iniciativas necessariamente modestas da mesma natureza” (ANDRADE, 1970, p.27).

Para a implantação do Curso de Madureza Ginásial pela Televisão foi necessário adquirir o material do curso - filmes e fascículos, ao custo de Cr\$ 1.392.850,00 (R\$ 3.739.665,04) à Fundação Padre Anchieta de São Paulo; aquisição de 330 receptores; de televisão, treinamento das equipes de supervisão das Secretarias de Educação que capacitaram monitores para atuar nos telepostos.

Foi realizado um seminário com os supervisores dos estados, que passaram a ser responsáveis pelo treinamento dos monitores. A Sudene assinou convênios com os estados onde havia emissoras de televisão, as quais se comprometeram a transmitir o Curso de Madureza Ginásial.

“O ‘Curso de Madureza’ pelo rádio e televisão é a fórmula mais eficaz que a Sudene encontrou para a população recuperar o tempo perdido” (SUDENE, 1970, p.17).

Fotos 11, 12 e 13 – Transmissão de aulas



Fonte: Sudene Informa 1970; 1972.

O Curso foi lançado em seis Estados e o Programa previu também a instalação do Centro de Produção de Programas de Rádio e Televisão. Receberam recursos o Estado de Pernambuco, para treinamento de monitores, o Cetreino, para treinar supervisores, e a TV Universitária da UFPE.

O alcance social deste programa foi “o preparo de grande contingente de adolescentes e adultos afastados do sistema educacional, permitindo-lhes a

conclusão do 1º grau e o ingresso no 2º grau” (CAVALCANTI, 1973, p.41).

Segundo o Relatório da Divisão, ao longo de 11 anos podem ser apontados os aspectos positivos e negativos do Programa, descritos no quadro 24.

Quadro 24 - Atuação da Divisão de Educação da Sudene

ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS
Inclusão de projetos de oficinas de artes industriais, quando da elaboração do Programa de Ensino Primário, em 1962;	Elaboração de alguns projetos inviáveis, como o do Centro de Produção de Material Didático e de Coordenação do Ensino e Pesquisa Tecnológica;
Prioridade à área de Ciência e Tecnologia no Ensino Superior e Médio e a preocupação com a centralização do ensino na Universidade;	Construção do Centro de Pessoal Docente, não utilizado para a finalidade prevista, devido ao Inep não ter ido capacidade de operacionalização, ainda que tenha havido recursos financeiros da Sudene;
Ênfase aos cursos profissionalizantes no Ensino Médio e a preocupação com a formação de professores das disciplinas profissionalizantes;	Inexistência de sistema de controle de programas, do ponto de vista físico, para subsidiar os técnicos;
Proposta de implantação da experiência de integração do ensino primário com o ginasial (1º Grau), antes da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases, Nº 5.692, de 11/09/1971.	Avaliação assistemática dos programas pela Divisão de Educação.

Fonte: Relatório global das atividades da Divisão de Educação, Sudene, 1973.

O planejamento estadual para educação, pela proposta da Sudene, deveria ser implantado no

Gabinete do Secretário ao qual se subordinava a Unidade de Planejamento Educacional, sendo esta assessorada pelos Setores de Informação Educacional e pelo Conselho Estadual de Educação. Os Departamentos - Fim, os Departamentos Municipais de Educação e as Unidades Escolares eram subordinados à Unidade de Planejamento Educacional. Os recursos aportados em Pernambuco para a área de educação foram significativos. Quadro 25:

Quadro 25 - Investimentos via Sudene para a educação em Pernambuco

Aplicação dos recursos	Investimentos	ORIGEM	R\$
Programa de Ensino Primário e Educação de Base	Cr\$ 8.600.000,00		
Capacitação de 19.821 pessoas para o setor secundário em 06 anos	Cr\$ 193.472,81		693.009,01
Melhoria do Ensino aplicado no Colégio Técnico Agamenon Magalhães (1970)	Cr\$ 300.000,00	Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso	
III Plano Diretor (1966-1968) para educação	Cr\$ 50.250.000,00		
Projeto Integração ensino primário ao ginasial	Cr\$ 180.000,00		
Curso Madureza Ginasial	Cr\$ 290.400,00		
Cadastro da rede de ensino de 1ª e 2ª graus	Cr\$ 880.343,00		

FONTE: A autora.

Um dos Projetos de maior envergadura da Sudene na área da educação foi o Cadastro da Rede de Ensino de 1º e 2º Graus, elaborado em quatro níveis – unidade escolar, região escolar Estado e Sudene (conjunto de municípios sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação para os serviços de supervisão escolar, cuja divisão estadual seguia o Conselho Estadual de Desenvolvimento ou Secretaria Estadual de Planejamento), (CAVALCANTI, 1973, p. 13).

As informações coletadas foram reunidas, revisadas e enviadas para a Sudene, para processamento eletrônico. O resultado, em quatro via, foi distribuído com a Secretaria Estadual de Educação, Serviço de Estatística do MEC (Seec), Fundação IBGE e Divisão de Educação da Sudene.

Parece-nos inovador que, ainda no início da década de 70, a Autarquia tenha se preocupado com a disseminação da informação, utilizando tecnologia à época, de ponta. A seguir, transcrevemos parte do relatório elaborado pela gestora da Divisão de Educação:

A coleta de informações, no sistema cadastral proposto, processar-se-ia anualmente no mês de abril, devendo a publicação das sínteses, tanto pela Sudene como pelos Estados, ser feita até o final de julho, uma vez que os órgãos de programação precisam desses dados para

elaboração dos programas para o ano subsequente.

As etapas discriminadas a seguir foram executadas nos anos de 1969, 1970 e 1971:

a) Definição das variáveis fundamentais, que dizem respeito, por um lado, a descrição da rede física educacional e à função que essa rede desempenha, e, por outro lado, ao conhecimento da mão de obra ocupada na prestação do Serviço Educacional;

b) Elaboração dos instrumentos da coleta e processamento de dados – questionário, instruções para seu preenchimento, glossário dos conceitos utilizados, ficha individual sobre as unidades tomadas e conjunto de tabelas para sínteses sobre os fenômenos estudados relativamente à primeira variável considerada, descrição da rede física educacional e função que, efetivamente, essa rede desempenha.

c) Definição de uma metodologia para coleta de informações e de periodicidade com que se deve processar essa coleta.

Em Pernambuco o Cadastro foi aplicado em caráter experimental, na região de Garanhuns, Agreste Meridional do Estado, onde se localiza a atual Gerência Regional de Educação – GRE, composta à época de 20 municípios, após ter sido apresentado no I Encontro de Assessorias de Planejamento, realizado no começo de 1970, no qual foram introduzidas algumas modificações.

No II Encontro de Assessorias de Planejamento, em dezembro do mesmo ano, ficou decidido que o Projeto Cadastro seria executado em 28 regiões

escolares, correspondendo a 326 municípios do Nordeste, no ano de 1971.

Em 1972, por ocasião do III Encontro de Assessorias de Planejamento, estava previsto a implantação do projeto em 52 regiões escolares no Nordeste, de modo que, em 1974, as 101 regiões escolares nordestinas teriam sido atendidas.

A proposta era que essa metodologia fosse aplicada no ensino de nível superior, evidentemente com as modificações que se fizessem necessárias. Participaram da reunião além do MEC, a Fundação IBGE. No entanto, por meio da Secretaria Geral, o Ministério de Educação impediu a execução do projeto, posto que, juntamente com a FIBGE, assumiria essa responsabilidade.

A leitura que fazemos do exposto é que, apesar do sistema ter sido desenvolvido pela Sudene, ter sido validado pelo próprio MEC, este se apropriou do mesmo, sem sequer lhe dar o reconhecimento devido e, o pior, sem dar continuidade: “O estado não fez porque não tinha condição e o MEC porque não quis.” (ENTREVISTADO 3)

Do total de regiões escolares previstas para implantação do Projeto Cadastro, apenas em 28 houve êxito, tendo Pernambuco implantado o maior número, quatro, de um total de 14 regiões escolares, em 1971.

Interessante registrar que os recursos comprometidos pela Sudene para implantação do

referido projeto foram de ordem de Cr\$ 4.527.527,00 (quatro milhões, quinhentos e vinte e sete mil e quinhentos e vinte e sete cruzeiros), para todo o Nordeste, tendo sido amplamente vitorioso:

- na sugestão e experimentação do projeto;
- serviu de subsídios para o MEC e provocou a decisão de criar grupos de especialistas no MEC e no FIBGE, para estudar o assunto;
- sensibilizou e conscientizou as Secretarias Estaduais de Educação sobre a necessidade de racionalizar as informações;
- e, por fim, propiciou o trabalho de equipe nas Secretarias viabilizando a participação dos então Centros de Supervisão na Programação Global (CAVALCANTI, 1973, p. 18)

A realização do III Curso de Planejamento Educacional (1967) objetivou reforçar a equipe de técnicos da Sudene e formar técnicos qualificados em cada Estado, pagos pela Autarquia.

O Curso de Planejamento Educacional:

funcionou durante 05 anos, por meio de convênios com os Estados para complementação de salários, cujo objetivo foi criar, no âmbito das Secretarias Estaduais de Educação, as Assessorias de Planejamento de Pesquisa e História Educacional (ENTREVISTADO 3)

O curso fazia parte do Programa de Criação de Pré-Condições para o Desenvolvimento das Atividades Educacionais, executado entre 1967 e 1973, quando

foram alocados recursos para complementação salarial do pessoal das Assessorias Estaduais de Planejamento e Estatística, paga pela Autarquia.

Em 1974, foi apresentado o 1º Relatório sobre a Educação no Nordeste do Brasil. Este relatório originou um trabalho, apresentado no IV Encontro das Assessorias de Planejamento Educacional dos Estados do Nordeste, realizado em janeiro de 1974, e publicado dois anos depois.

O estudo se propunha a: contribuir para a compreensão da realidade educacional do Nordeste; despertar o interesse pela reflexão baseada na análise do acervo de dados educacionais; fornecer subsídios para soluções viáveis às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e indicar ações testadas e operacionalizadas.

A metodologia proposta era de sistematizações parciais, numericamente ordenadas, classificadas como Relatórios, as quais seriam aprofundadas a cada Relatório, que por sua vez dariam o indicativo para o Relatório seguinte.

As análises efetuadas pelos técnicos da Sudene apontaram a seguinte realidade:

- Parte da população permanecia à margem do Sistema Educacional;
- Diferentes grupos que têm acesso ao Sistema Educacional o abandonam a cada diferente grau;
- A maior evasão ao Sistema se encontra entre os que atingem o menor grau, isto é, o maior

número encontrava-se na passagem da 1ª para a 2ª série do fundamental.

Os dados do Relatório foram também utilizados para a realização de trabalho sobre a rede física escolar, prédios e salas de aula. Mais uma vez o censo escolar de 1964, mais o levantamento dos prédios escolares de 1969, produzidos pelo MEC e os dados do Cadastro de prédios escolares do Nordeste produzidos pela Sudene, em 1971, referenciaram este trabalho.

As conclusões mostram deficiências qualitativas tanto na zona urbana como rural, há preocupação em construir, mas não em conservar; mais da metade das salas de aula na zona urbana é da rede particular, tornando-se um impeditivo ao acesso da maior parte da população. Uma das formas de contornar o problema pelo poder público foi comprar vagas ociosas da rede particular, segundo o estudo na ordem de 49,7%.

Na zona rural a ocupação das salas é baixa, em parte devido aos baixos índices de escolaridade, com apenas 22% de matrículas nas primeiras séries do 1º grau e ocupação plena de apenas 2,5%, em parte pela distribuição espacial da população que, devido às distâncias, só utiliza as salas de aula em um turno.

Para atender toda a população escolarizável e sanar o déficit educacional, em 1975, seria preciso construir 53.700 salas de aula. Solução extremamente onerosa e inexequível. Para os técnicos, seria mais

rentável a implantação de um programa de apoio, estímulo e disseminação de novas classes e apoio regular técnico-pedagógico para a melhoria da qualidade do ensino na zona rural.

Segundo os técnicos da Sudene, antes de qualquer ampliação do parque escolar se faz necessário um efetivo programa de recuperação, manutenção, equipamento e conservação, além da racionalização do uso das salas, segundo os turnos e a distribuição, nos turnos, das classes adequadas. A distribuição das salas de aula no Nordeste e em Pernambuco, conforme sejam das redes públicas e particulares e localizadas nas zonas rural e urbana pode ser verificada no quadro 26.

Quadro 26 - Salas de aula conforme as redes públicas e particulares, Pernambuco e Nordeste, 1970, 1975 e 1980.

Área	1970					1975					1980				
	Total	Rede Pública		Rede Particular		Total	Rede Pública		Rede Particular		Total	Rede Pública		Rede Particular	
		Números Absolutos	%	Números Absolutos	%		Números Absolutos	%	Números Absolutos	%		Números Absolutos	%	Números Absolutos	%
Nordeste	85.750	35.170	41,0	50.580	59,0	111.380	46.090	41,4	65.290	58,6	144.790	62.170	42,9	82.620	57,1
Zona Urbana	38.950	19.340	49,6	19.610	50,4	50.570	25.920	51,3	24.650	48,7	65.660	33.940	51,6	31.820	48,4
Zona Rural	46.800	15.830	33,8	30.970	66,2	60.810	20.170	33,2	40.640	66,8	79.030	28.230	35,7	50.800	64,3
Pernambuco	14.440	5.400	37,4	9.040	62,6	17.040	6.730	39,5	10.310	60,5	19.130	8.480	44,3	10.650	55,7
Zona Urbana	7.190	3.380	47,0	3.810	53,0	7.510	3.940	52,5	3.570	47,5	8.620	4.620	53,6	4.000	46,4
Zona Rural	7.250	2.020	27,9	5.230	72,1	9.530	2.790	29,3	6.740	70,7	10.510	3.860	36,7	6.650	63,3

Fonte: Nordeste e Educação- Rede Física de 1º e 2º Graus, Sudene, 1976a, 1976b, elaborado pela autora.

Num período de 16 anos o crescimento de salas de aula em Pernambuco foi de 28,76%.

Em relação à capacitação de pessoal, classificado pela Sudene como treinamento, foi realizada uma pesquisa sobre educação na Região Nordeste, que durou dois anos (1968 – 1969) apoiada pela ONU, com objetivo de subsidiar a programação da Autarquia.

A Divisão de Educação elaborou o Modelo de Planejamento Educacional, cujas atividades dependiam de sistemas que fornecessem informações específicas sobre a população.

Entre tantos documentos elaborados pela Sudene ou contratados por ela, com o objetivo de sistematizar e registrar as informações, destacamos o *Estado atual e evolução recente das desigualdades regionais do desenvolvimento brasileiro*, (1978), em convênio UFPE/Sudene que aponta a pequena participação do Nordeste nos gastos em educação. No ano de 1970 foi de 9,7%, exigindo assim a intervenção do Governo Federal. Além disso, o estudo mostra:

- O Nordeste detém 30% da população do país mas só investe 10% em educação;
- A produção de informação científica sobre as potencialidades regionais é dispersa e descoordenada;

- A baixa produtividade do ensino de 1º grau (fundamental) impede a normalização do fluxo escolar;
- Acentuado déficits de escolaridade na zona rural.

Outra realização do Departamento de Recursos Humanos da Sudene foi a elaboração de um sistema de avaliação aplicado antes, durante e depois do treinamento, cujos resultados foram publicados em dois volumes⁵¹. O primeiro é uma análise da demanda, cujas áreas - agropecuária e recursos naturais; indústria; transporte, energia, saneamento básico e telecomunicações; educação, ação comunitária, saúde, habitação e artesanato; administração; economia e sociologia, deixam claro em quais segmentos a Sudene procurava desenvolver suas ações.

O segundo volume focou as possibilidades de atendimento, por meio das entidades treinadoras existentes na Região, além de outras, nacionais e internacionais, indicadas pelos departamentos-fim da Autarquia, escritórios regionais e Conselhos Estaduais de Desenvolvimento.

Esse sistema desenvolvido pela Divisão de Educação, foi “um projeto piloto em curso em Pernambuco e dentro em breve estendido à região [...] passaria a ser desenvolvido pelo MEC como

⁵¹ Oportunidades de treinamento. Recife: Sudene. 1971b

Aperfeiçoamento do sistema de informação sobre educação” (ANDRADE, 1970, p.22)

Dentre as inúmeras dificultadas apontadas pelo documento, destacamos “a falta de coordenação regional de produção da pesquisa científica e tecnológica, conduzindo, em muitos casos, pela ausência de intercâmbio de informações, à duplicação de esforços” (SUDENE, 1978, p. 48), entre as 26 metas propostas para melhoria da educação no Nordeste, em todos os níveis, o documento propõe a criação de um conselho coordenador de pesquisa no Nordeste, subordinado ao CNPq, deixando claro que a informação adquirida por meio de pesquisa é fundamental para o desenvolvimento e consequente mudança da realidade.

Seguindo essa linha de proposições, Rocha (1978) apresentou, no VII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado na cidade de Belém (PA), em 1973, uma análise da situação educacional de países subdesenvolvidos e, entre as conclusões afirma que a educação permanente e o uso de novas tecnologias são fundamentais e sugere:

- Para o ensino de 1º grau:
Maior aporte de recursos federais para a educação no Nordeste; implantação de Departamentos Municipais de Educação; pesquisa para melhoria da escola rural, incluindo ampliação física e atenta à

realidade do campo, visando o desenvolvimento rural integrado; correção de fluxo de matrícula e da distorção idade/série; capacitação e supervisão pedagógica, diplomação de 1º e 2º grau visando uma política de níveis salariais compatíveis.

- Para o ensino de 2º grau:

Análise de desempenho para possível reorientação; apoio ao corpo técnico-administrativo das Secretarias Estaduais de Educação; avaliação das potencialidades da Lei 6297/75 de incentivos fiscais e treinamento nas empresas; maior articulação da educação formal de 2º grau à formação profissional, respeitando os sistemas de ensino.

- Para o ensino de 3º grau:

Estimular programas de pesquisa e pós-graduação, apesar da pouca utilidade prática (sic), atraem talentos, fixam pessoas, permitem intercâmbios e eventualmente geram tecnologias e conhecimentos, sendo necessário apoio financeiro, autonomia e desburocratização; implementação do segmento educação ou formação de recursos humanos no bojo de programas de impacto social (ROCHA, 1978).

Na década de 80, foi lançado o Plano de Desenvolvimento do Nordeste (1980/85), que objetivava a elevação dos níveis de qualidade de vida, incluindo a melhoria dos padrões educacionais, com recursos estimados em Cr\$ 180.000,00 milhões. No

ano de 1980, foram utilizados Cr\$ 161.796,00. Nos quadros 27 a 32, estão descritas as ações consideradas prioritárias quando da elaboração do plano: essas ações permanecem nas agendas revelando que os problemas de três décadas, passadas continuam atuais, obviamente com outros matizes.

Quadro 27 – Ações para o pré-1º grau

AÇÕES	Nº
Construção e equipamentos de sala de aula	8
Equipamentos de unidade escolar	35
Habilitação de professor em exercício	41

Quadro 28 – Ações das redes de ensino estadual e municipais 1º Grau

AÇÕES	REDE	
	ESTADUAL	MUNICIPAL
Construção e equipamentos de sala de aula	123	288
Ampliação e equipamentos de sala de aula	93	
Reforma e/ou recuperação de sala de aula	309	10
Equipamentos de unidade escolar		5.368
Habilitação de professores em exercício	267	
Aperfeiçoamento e atualização de professores em exercício	1.092	
Aperfeiçoamento e atualização de especialistas em exercício - supervisores		103
Aperfeiçoamento e atualização de especialistas em exercício - diretores		74
Apoio ao educando - bolsa	1.892	
Apoio ao educando – material escolar	148.405	
Apoio ao educando – assistência médico-odontológica	170.000	
Apoio ao educando - merenda	710	

Quadro 29 – Ações do ensino do 2º Grau (Ensino médio)

AÇÕES	Nº
Aquisição de vagas na rede privada – 2º grau	53
Habilitação de professores em exercício	263
Aperfeiçoamento e atualização de professores em exercício	130
Aperfeiçoamento e atualização de especialistas em exercício - supervisores	18
Apoio ao educando - bolsa	636
Apoio ao educando – assistência médico-odontológica	3.153

Quadro 30 - Ações Ensino Superior

AÇÕES	Nº
Manutenção de curso de curta duração	130
Implantação de curso de graduação (duração plena)	9
Manutenção de curso de graduação (duração plena)	2.525
Capacitação para o ensino superior mestrando	23
Capacitação para o ensino superior doutorando	16

Quadro 31 – Ações da educação de adultos

AÇÕES	Nº
Ensino supletivo 1º Grau	8.177
Ensino supletivo 2º Grau	16.267
Cursos pela TV e Rádio	84
Implantação de centros	3
Curso profissionalizantes	1.455
Treinamento de monitores	102
Aperfeiçoamento e atualização de especialistas supervisores	14
Habilitação de pessoal para o ensino de 1º Grau	88

Quadro 32– Ações da Educação Especial

AÇÕES	Nº
Assistência ao aluno deficiente mental	1.504
Assistência ao aluno deficiente visual	84
Assistência ao aluno deficiente auditivo	1.809
Aperfeiçoamento e atualização de professores	117
Aperfeiçoamento e atualização de especialistas - educadores	64

Os recursos financeiros aplicados na área de Educação foram expressivos, oriundos de várias fontes de financiamento e cooperação técnica. No entanto, os indicadores da área da educação não foram alterados substancialmente.

Os estudos, relatórios e diagnósticos evidenciam a seriedade com que a questão da educação foi enfrentada pelos técnicos, o que parece ter faltado foi a sintonia entre a decisão política e os projetos técnicos.

Não se pode negar que houve alguma melhora na questão econômica, ampliação das taxas de emprego, significativo aumento de salas de aula, equipamentos e ampliação de matrículas no nível superior. No entanto, ainda hoje continuamos a registrar grandes hiatos no acesso à educação, sofríveis índices de qualidade, professores despreparados e mal remunerados.

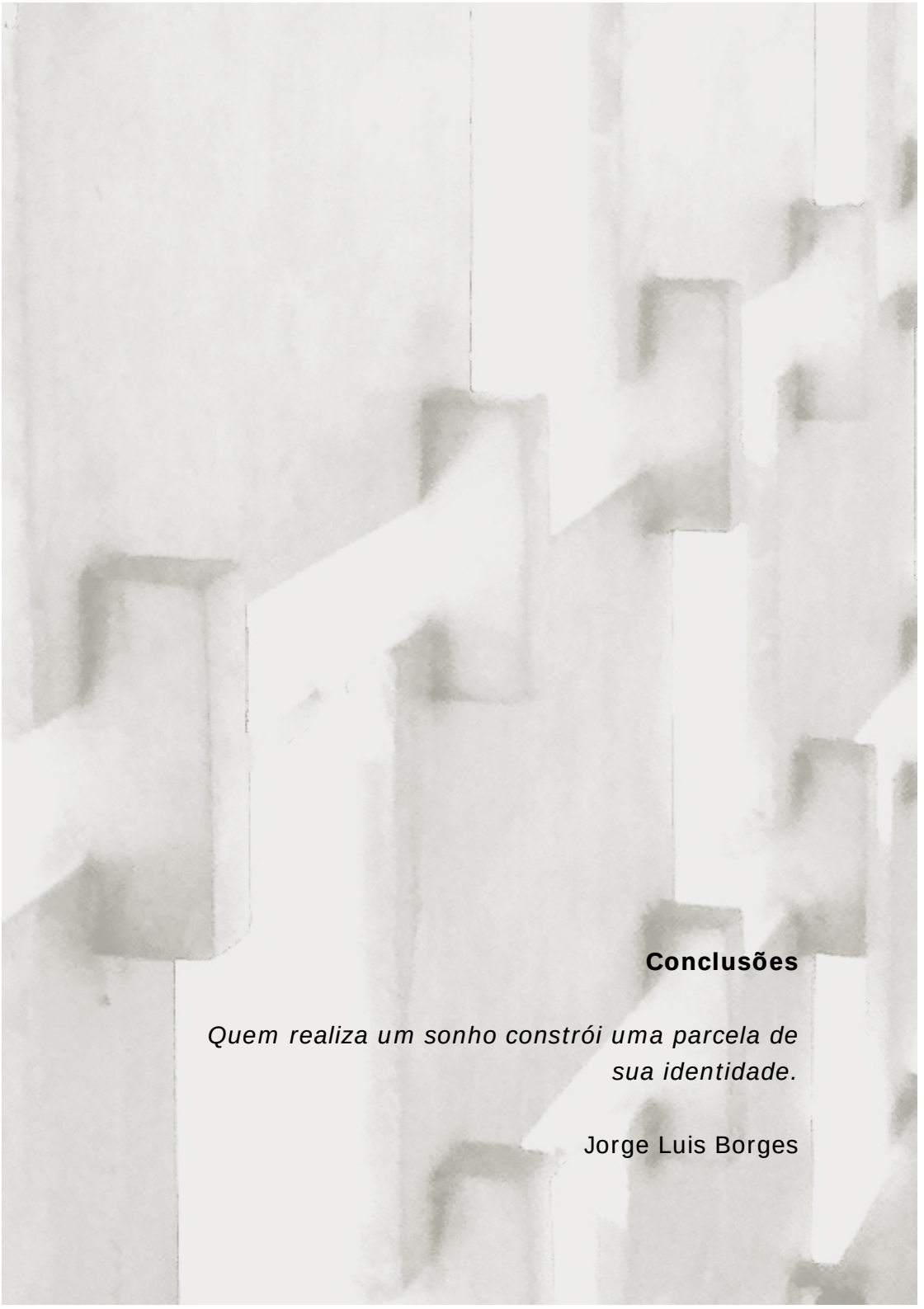
O Estado de Pernambuco, nos últimos anos, foi agraciado com a implantação de várias indústrias e empresas que demandam profissionais qualificados em todos os níveis, do operacional ao gerencial. No território de Suape, onde se instalou a maioria dos empreendimentos do Estado e têm sido investidos recursos federais e estaduais por mais de quarenta anos, ao que parece a formação de trabalhadores não foi entendida como investimento.

O que se vê são ações emergenciais, quando deveriam ser ações estruturais. Uma situação que ocorre não por falta de estudos e diagnósticos, mas de vontade política. O acervo da Sudene é prova incontestada do quanto foi pesquisado, elaborado, projetado, programado e proposto para a educação, em todos os níveis. Do pré-escolar ao nível superior, da educação profissional ao ensino de jovens e adultos, da formação de professores, à educação presencial e a distância.

O que falta é dotar, no planejamento, a rubrica Educação como investimento estruturador e permanente.

É paradoxal se falar em desenvolvimento sem educação, e me recuso a adjetivar “de qualidade”, só ela é capaz de, definitivamente, diminuir as desigualdades sociais ainda existentes nesse imenso território chamado Brasil.

Pernambuco ainda está muito longe de mudar esse quadro.

The background of the page is an abstract composition of various geometric shapes, primarily rectangles and squares, in shades of light gray and off-white. These shapes are arranged in a way that creates a sense of depth and perspective, with some appearing to be in the foreground and others receding into the background. The lighting is soft, creating subtle shadows and highlights that give the shapes a three-dimensional quality. The overall effect is a minimalist, architectural aesthetic.

Conclusões

Quem realiza um sonho constrói uma parcela de sua identidade.

Jorge Luis Borges

Esta pesquisa foi realizada na Biblioteca Celso Furtado, a guardiã de verdadeiros tesouros sobre Pernambuco e demais estados do Nordeste. Não foi possível consultar os arquivos da Autarquia, devido ao volume documental, vez que a exigüidade do tempo tornaria impossível realizar a pesquisa obedecendo os critérios científicos que se espera de um trabalho acadêmico.

A proposta da pesquisa foi observar o uso, ou não, das informações produzidas pela Sudene sobre educação, no período compreendido entre 1960 e 1980 e as ações daí provenientes, tais como implantação de escolas públicas de ensino fundamental, médio e profissional, as quais pretendíamos mapear.

Contudo, a pesquisa revelou aspectos não considerados inicialmente. Assim, mostrar escolas implantadas tornou-se dispensável, ao mesmo tempo em que outros aspectos se revelaram mais proeminentes, essencialmente pela relação intrínseca e inerente entre a informação e o planejamento.

Identificamos que a urgência em dirimir as escandalosas diferenças regionais entre o Nordeste e o Centro-Sul, à época, premidas pelas convulsões sociais, fruto da crise econômica reforçada pelo desafio ambiental que assolava o Nordeste, norteou a decisão em investir em infraestrutura, na tentativa de

e elevar os padrões econômico-sociais da maioria da população.

Essa decisão deparou-se com a realidade brutal de uma Região em sua maior parte desprovida dos elementos básicos da civilidade: saneamento, habitação, saúde, educação e renda.

A Sudene, uma instituição concebida para planejar o desenvolvimento e produtora de um insumo fundamental para sua missão, **a informação**, precisou ir além do planejamento e se tornar também executora. Investir na educação impôs-se como estratégia importante para mudar a realidade nordestina.

Seus colaboradores, pinçados nas universidades, escolas, órgãos estaduais, foram alçados à condição de agentes do desenvolvimento, não sem antes se submeterem à formação de Técnicos em Desenvolvimento Econômico, denominados, mais tarde, Técnicos do Desenvolvimento – incluindo o social.

Assim, a Sudene planejou e executou ações para a educação primária, incluindo a educação rural, a educação profissional, a educação agrícola e a educação superior.

Diversificou as áreas tradicionais bacharelescas ao incluir novas áreas, tais como agronomia, veterinária, química, economia, sociologia, e investir também na pesquisa aplicada.

Fortaleceu as instituições de educação, do nível básico ao superior; na formação profissional do professor, inovando na tecnologia de educação, ao utilizar, ainda na década de 70, a telecomunicação, por meio do rádio e da televisão, sendo precursora, portanto, da educação a distância no Nordeste.

Concomitantemente, a instituição atuava interna e externamente, na formação de quadros, no investimento em tecnologia de informação disponível – da máquina de escrever, passando pelo mimeógrafo e a microfilmagem até a automação, nas condições de bem-estar dos funcionários, na construção de moradias, na implantação de transporte público exclusivo e no financiamento do carro próprio.

A consecução dessas ações, devidamente registradas em relatórios, estudos e diagnósticos, gerou o parcialmente inédito estoque informacional sobre o Nordeste e, sobretudo, sobre a educação em Pernambuco.

Considerando que a missão institucional da Sudene é *"promover o desenvolvimento includente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional"*, esta só seria exequível com informação, produzida, recebida, tratada e disponibilizada.

O estoque informacional produzido pela Sudene e disseminado pelos veículos possíveis à época,

constitui um importante acervo para a pesquisa sobre o Nordeste, nas mais diversas áreas do conhecimento. É patrimônio público, construído ao longo do funcionamento da Autarquia, mesmo com o desfalque ocasionado pela extinção institucional.

Vale ressaltar que não se trata de uma apologia ao passado. O que se pretende é chamar a atenção para algo tão valioso e significativo para o Nordeste, na tentativa de evitar que este rico acervo seja vítima do esquecimento.

A gestão dos estoques informacionais, via de regra, é relegada ao mais insignificante espaço na agenda administrativa; em decorrência disso os recursos orçamentários são mínimos para a manutenção, conservação e disseminação da informação.

A importância de todo o acervo da Sudene torna imperativo a adoção de uma séria política visando sua preservação e difusão, dispondo dos necessários recursos humanos e financeiros.

Um exemplo da importância do acervo está no registro das relações entre a Sudene e a UFPE duas instituições que se entrelaçaram por meio de convênios, doações, estágios, financiamentos...

Em nome dessa história tão significativa e desse monumental conjunto de realizações acredito ser possível projetar e desenvolver ações no sentido de revelar o estoque informacional da Autarquia, não só o

acervo bibliográfico, mas o cartográfico, arquivístico, fotográfico, fonográfico, visando uma profícua utilização pelas gerações presentes e futuras de estudiosos.

Minha percepção é que o Departamento de Ciência da Informação poderá exercer um papel importante: desvendar o estoque informacional sudeneano, utilizando este acervo como laboratório, contando com a colaboração de seu corpo discente e docente.

Ao trabalhar nosso objeto de estudo e assim tentar dimensionar o universo de informações ali produzidos, encontramos um verdadeiro tesouro informacional, sobre parte significativa da história brasileira, quase desconhecido, não divulgado e por isso pouco utilizado.

A prática comum de não valorar a produção de informações institucionais, de relegá-las a um plano secundário, ou mesmo ao campo do esquecimento, já causou danos irreparáveis à reconstrução da memória, e diante da fragilidade dos suportes e obsolescência tecnológica, com mais gravidade à memória recente e contemporânea.

Num país em que o acesso à informação pública é determinado pela vontade de atores que se sentem vulneráveis diante do julgamento popular, resta à Academia, pautada pela ciência, denunciar essa prática perniciosa, no sentido de trazê-la à discussão.

Defendemos pois, a inclusão da memória informacional da Sudene – o arquivo, a biblioteca, a mapoteca, nas prioridades de gestão, inclusive orçamentárias, visando seu conhecimento, preservação e disseminação.

Registro, neste trabalho, nossa contribuição – provocação.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Michel Foucault e a teoria do poder. **Tempo Social; Revista de Sociologia USP**, São Paulo, v. 7, n.1-2, p. 105-110, out. de 1995. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v0712/terpoder.pdf>. Acesso em: 23/01/2011.

ALENCAR, Luciana Hazin; COSTA. Ana Paula Cabral Seixas; LEMOS. Daisy Jaci de. E-Gov: uma análise dos sites estaduais de Pernambuco. In **Encontro Nacional de Engenharia de produção(ENEGEP)**, Fortaleza, Abepro. 2006. Disponível em: www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR530351_7064.pdf

ANDRADE, Antonio Cabral. **Problemas de programação educacional**. Recife, Sudene 1962.

ANDRADE, Gilberto Osório. Discurso em reunião na Sudene. In: **Sudene Informa**, Recife, v.8, n. 9 e 10, p.1 – 28, 1970a.

_____. Discurso em Seminário para Supervisores de Recepção Organizada. **Revista Equipe**, Recife, a:3, nº 30, p. 1-36, set. de 1970b.

_____. **Informação, comunicação, educação – desafios de um futuro que já começa a acontecer.** Recife: Sudene, 1970c

ARRUDA, Adalberto. A Sudene virou problema. **Algo Mais.** Recife, nº 65, p. 22 – 24, ago. 2011.

BACELAR. Tânia. A política de desenvolvimento para o Nordeste. In SEMINÁRIO SOBRE INDICADORES SOCIAIS E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS. **Anais do Seminário sobre indicadores sociais e avaliação de políticas sociais** Recife: Sudene/DPG/PSE. OEA/Missão Recife, 1986, p. 9 - 20.

BARRETO, Aldo. A eficiência técnica e econômica e a viabilidade de produtos e serviços de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, Ibict – v. 25, n. 3, p. 405 – 414, 1996.

BERNAL, John Desmond. D. **La libertad de la necesidad.** Madrid: Editorial Ayuso, 1975.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **Notas sobre a formação social do Nordeste.** São Paulo: Lua Nova, 2007. P. 41-79.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 12^a edição, 2009.

BRANCO, Maria Alice Fernandes. **Informação e Saúde: uma ciência e suas políticas em uma nova era**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Brasília. Senado Federal, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2001.

_____. **Lei nº 284 de 28 de outubro de 1936**. Reajusta os quadros e os vencimentos do funcionalismo publico civil da União e estabelece diversas providencias.
http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/viw_identificacao/lei%20284-1936?opendocument. Acesso em: 24/10/2011.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937**. Brasília. Casa Civil 1937.
Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm . Acesso em: 16/10/2011.

_____. **Decreto nº 1.527 de 24 de março de 1937**. Institui o Conselho Brasileiro de Geografia incorporado ao Instituto Nacional de Estatística, autoriza a sua adesão á União Geográfica Internacional e dá outras providências.
<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1527-24-marco-1937-449842-republicacao-74463-pe.html>. Acesso em 24/10/2011.

_____. **Lei nº 579 de 30 de junho de 1938**. Organiza o Departamento Administrativo de

Serviço Público, reorganiza as Comissões de Eficiência dos Ministérios e dá outras providências.

<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-579-30-julho-1938-350919-norma-pe.html>. Acesso em: 24/10/2011.

_____. **Decreto nº 218 de 26 de janeiro de 1938.** Muda o nome do Instituto Nacional de Estatística e o do Conselho Brasileiro de Geografia.

<http://www.cantacantos.com.br/revista/index.php/rbg/article/viewArticle/267>. Acesso em 24/10/2011.

_____. **Lei nº 1.915 de 27 de dezembro de 1939.** Cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências.

<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24/10/2011.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946.** Brasília. Casa Civil, 1946.

Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 16/10/2011.

_____. **Decreto nº 35.124 de 27 de fevereiro de 1954.** Cria o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, nos termos da Lei

nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951.

<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-35124-27-fevereiro-1954-323012-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 24/10/2011.

_____. **Lei no 3.692, de 15 de dezembro de 1959.** Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências. Brasília. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos.1959.

_____. **Lei nº 4.344, de 21 de junho de 1964.** Cria o Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais.

Disponível em:

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=114874> Acesso em: 24/04/2011

_____. **Lei nº 5.173 de 27 de outubro de 1966.** Dispõe sobre o Plano de Valorização

Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências.

<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/110838/lei-5173-66>. Acesso em: 24/10/2011.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967.** Brasília. Casa Civil, 1967.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm . Acesso em: 16/10/2011.

_____. **Lei nº 5.508 de 11 de outubro de 1968.** Aprova a Quarta Etapa do Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste, para os anos de 1969, 1970, 1971, 1972 e 1973, e dá outras providências.
<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/busca?q=Lei+5.508+de+1968&s=legislacao>. Acesso em: 24/10/2011.

_____. **Lei nº 5.433 de 08 de maio de 1968.** Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências.
<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/busca?q=Lei+n%C2%BA+5.433+de+08+de+maio+de+1968&s=legislacao>. Acesso em: 24/10/2011.

_____. **Decreto 70.370 de 5 de abril de 1972.** Cria a Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico, e dá outras providências. Disponível em:
<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70370-5-abril-1972-418827-norma-pe.html>. Acesso em 24.10.2011

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Decreto nº 1.799 de 30 de janeiro de 1996.** Regulamenta a Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais, e dá outras providências. <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/busca?q=decreto+n%C2%BA+1.799+de+30%2F01%2F1996&s=legislacao>. Acesso. 24/10/2011.

_____. **Lei Nº 9.394, de 20.12.1996.** Brasília: Ministério da Educação, 2005.

_____. **Decreto Presidencial de 03 de abril de 2000.** Institui Grupo de Trabalho Interministerial para examinar e propor políticas, diretrizes e normas relacionadas com as novas formas eletrônicas de interação. Disponível em www.governoeletronico.gov.br. Acesso em 16/01/2011

_____. **Lei nº 10.269 de 29 de agosto de 2001.** Dá nova denominação ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP. http://www.dji.com.br/leis_ordinarias/I-010269-29-08-2001.htm. Acesso em: 24/10/2011.

_____. **Medida Provisória nº 2.145 de 03 de janeiro de 2001.** Cria as Agências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, extingue a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, e dá

outras providências.

<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/busca?q=medida+provis%C3%B3ria+2.145+de+02%2F05%2F2001&s=legislacao>. Acesso em: 24/10/2011.

_____. **Governo eletrônico**. 2004. Disponível em; <http://www.governoeletronico.e.gov.br>
Acesso em: 16/01/2011.

_____. **Nova delimitação do semiárido brasileiro**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

_____. **Plano estratégico de desenvolvimento sustentável do Nordeste: desafios e possibilidades para o Nordeste do século XXI**. Documento Base 4, versão para discussão. Recife: Adene, 2006.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. Portaria nº 961, de 13/12/2006. **Regimento Interno do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação**. Diário Oficial da União, Brasília, sec. 1, n. 40, 15 de dez. 2006, p.75 . Disponível em:
http://www.ibict.br/normas/2006-12-15_240_Portaria.961-Regimento.Interno.IBICT-1.pdf . Acesso em: 29/03/2011.

_____. **Lei Complementar nº 125 de 03 de janeiro de 2007**. Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do

Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE; estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, áreas de atuação, instrumentos de ação; altera a Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, e a Medida Provisória no 2.156, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei Complementar no 66, de 12 de junho de 1991; e dá outras providências.

<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/busca?q=Lei+complementar+n%C2%BA+125+de+03%2F01%2F2007&s=legislacao>. Acesso em: 24/10/2011.

_____. **Decreto nº 6.198 de 28 de agosto de 2007.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, e dá outras providências.

<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/busca?q=Decreto+n%C2%BA+6.198+de+28%2F08%2F2007&s=legislacao>. Acesso em 24/10/2011.

_____. **Censo 2010. Disponível em:**

http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pe&tema=sis_2010. Acesso em: 16/01/2011

BRASILEIRO, Girleu Antonio M. **Evolução econômica do Nordeste brasileiro.** Recife: Sudene, 1978.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964), In: FAUSTO, Boris (Dir.) **História geral da civilização brasileira, v. 3 O Brasil Republicano, 3 Sociedade e Política**. São Paulo: Difel, 1981. p. 121-224.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, 2007. Disponível em:
<<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/viewFile/54/47>>. Acesso em: 27 jul. 2009.

CARRARO. André.; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimento Econômico no Primeiro Governo de Vargas (1930-1945) In Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 6ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 6 Caxambu. **Anais...** disponível em:
<http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/caxambu1.pdf> Acesso em: 06/02/2011.

CAVALCANTI, Valnira. **Relatório global das atividades da Divisão de Educação**. Recife, Sudene, 1973.

CONCEIÇÃO, Lourivaldo da. **A natureza jurídica da Sudene**. Dissertação (Mestrado), Departamento de Ciências Jurídicas, Universidade Gama Filho, Recife, 1982.

COSTA, Alcilia Afonso de Albuquerque. A produção arquitetônica moderna dos primeiros discípulos de uma escola. Disponível em:

<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.098/128> . Acesso em 24/04/2011

DANNER, Fernando. A genealogia do poder em Michel Foucault. In: **Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação** – PUCRS, 4 2009. Disponível em http://www.pucrs.br/edipucrs/IVmostra/IV_MOSTRA_PDF/Filosofia/71464-FERNANDO_DANNER.pdf . Acesso em: 23/01/2011.

D'ARAUJO. Maria Celina. **Comissão Mista Brasil-Estados Unidos**. Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/2/artigos/EleVoltou/ComissaoMista>. Acesso em: 25/09/2011

DESCARTES, René. **Discurso do método**.

Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre.: L&PM, 2009.

DINIZ. Eli, O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classe. In: FAUSTO, Boris (Dir.) **História geral da civilização brasileira, v. 3 O Brasil Republicano, Sociedade e Política (1930 -1964)**. São Paulo: Difel, 1981 p.77 -120.

DRUCKER, Peter. **Desafios gerenciais para o Século XXI**. São Paulo: Thomson. 2001.

DUARTE, Renato. A proposta de Industrialização do GTDN. In SICSÚ, Abraham B. et al. (Orgs.) **O GTDN da proposta à realidade, ensaios sobre a questão regional.** Recife; Editora Universitária da UFPE, 1994. p. 131.

EVANS, Peter. Informática: a metamorfose da dependência. Tradução de Paulo Lopes e Kevin Mundy. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 15, p. 14 -31, jul. 1986.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**. São Paulo. Brasiliense.1983.

FOX, Lisa L. Microfilmagem de preservação, um guia para bibliotecários e arquivistas. In. BECK, Ingrid (Coord.)**Projeto conservação preventiva em bibliotecas e arquivos**. Tradução de José Luiz Pedersoli Jr. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

GONÇALVES, Jayci de Mattos Madeira, **IBGE: um retrato histórico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélida. Ciência da Informação, economia e tecnologias de informação e comunicação: a informação nos entremeios. In: MACIEL, Maria Lucia; ALBAGLI, Sarita. (Orgs.). **Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social**. Brasília: Ibict, Unesco, 2007. p. 149 – 183.

GUIMARÃES, Euclides. Notas sobre a complexidade nas organizações e nas ciências sociais. In: OLIVEIRA, Ivone de L. SOARES, Ana Thereza N. **Interfaces e tendências da comunicação no contexto das organizações**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2008, p.131-148.

HIRSCHMAN. Albert O, O problema do Nordeste no Brasil. Tradução de R. Werneck de Aguiar, New York, 1961.

IBGE. **Produto interno bruto**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 16/07/2011.

INEP. **Índice de Desenvolvimento da Educação**, 2009. Disponível em: <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 16.07.2011.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO. **Pernambuco competitivo: saber olhar para saber fazer**. Recife, 2009.

JABOR, Arnaldo. Egito: A revolução sem líderes. **Jornal do Commercio**, Recife, Cad. C, p. 6, 15 fev. 2011.

JAMBEIRO, Othon. Cidades, tecnologias de informação e comunicações e planejamento urbano. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 19, n.3, p. 643 – 653, out./dez. 2009.

JARDIM, J. M. **Conceito e prática da gestão de documentos**, 1987. Disponível em:
 <<http://arquivoememoria.files.wordpress.com/2009/05/o-conceito-e-pratica-gestao-documentos.pdf>> Acesso em: 30 ago. 2009.

_____. **Arquivos, transparência do Estado e capacidade governativa na sociedade da informação**, In: Oficina de Asuntos Culturales da Organização dos Estados Americanos (contrato P. O. 21944 - Req. No. 16746). 2001. Disponível em:
https://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/3350/1/Arquivos_transparencia_do_estado_capacidade.pdf . Acesso em: 30/08/2009.

JARDIM, J. M.; WILKE, Valéria Cristina Lopes. Do campo informacional e seu capital simbólico: reflexões a partir do Estado-nação. In: **ENANCIB, 9**. Anais do **IX** São Paulo, 2008.

KUBITSCHKE, Juscelino. **Discursos**. Brasília. Biblioteca da Presidência. Disponível em:
http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jk/discursos-1/1959/62.pdf/at_download/file. Acesso em: 14/08/2011

LEBRET, Louis Joseph. **Estudo sobre desenvolvimento e implantação de indústrias, interessando a Pernambuco e ao**

Nordeste. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1955.

LIMA JUNIOR, Francisco do Ó. **Sudene e forças sociais nordestinas: papel institucional face ao novo marco regulatório de intervenção estatal e de desenvolvimento nos anos 2000.**

Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia. Uberlândia. 2008. Disponível em: http://www.integraregio.com.br/file.php/1/Biblioteca/Premio_Nacional_do_Developimento_Regional/Homenagem_a_Celso_Furtado/Categoria_I_Producao_do_Conhecimento_Academico/Trabalhos_Elegiveis/N.124_Cod000716-sudene_e_forcas_sociais_nordestinas_papel_ins-1.pdf. Acesso em: 17/10/2011.

MARANHÃO, Ricardo; MENDES JR, Antonio, Era de Vargas. In: **Brasil História, texto e consulta.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARQUES, Silvia Augusta. Termos Coordenados. **Boletim Econômico da Sudene**, Recife, v. 5, n. 1, p. 141 -162, jan.-jun. 1991.

_____. Documentação Técnico-Administrativa e seu controle com Termos Coordenados, **Revista Equipe**. Recife, a. 4, n. 54, p. 13-16, set. 1972.

MELO, Alfredo. **Núcleo de Matemática Tecnológica do Nordeste – Concepção e Prospectiva**. Recife: Sudene, 1970.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento, pesquisa qualitativa em saúde**. 10^a ed. São Paulo: Editora Hucitec, 10^a edição. 2007.

MONTE. Severino Silvio do. **Tramitação de documentos na Sudene**. Recife: Sudene. 1967 (mimeogr.)

MONTE. Severino Silvio do; BARGETZI, Carmen Rejane de Carvalho. **A microfilmagem na documentação**. Recife: Sudene, 1973.

MOREIRA FILHO, Francisco de Assis dos Santos. A sociedade unipessoal. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, 64, 01/05/2009 [Internet]. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6268. Acesso em: 23/09/2011.

MOURA, Isnar de, **Educação primária – esboço de planejamento para o Estado de Pernambuco**. Recife: Imprensa Oficial, 1960.

ODDONE, Nanci. O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a ciência da

informação no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, , v. 35, n. 1, p. 45-56, jan./abr. 2006.

OLIVEIRA. Francisco, **Elegia para uma Re(li)gião**. 4ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1981.

_____. **Noiva da revolução, elegia para uma re(li)gião**. São Paulo. Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro v. 40, n. 2, mar./abr. 2006.

PERNAMBUCO. Decreto Estadual N° 180, de 11/08/1952 – Criação da Comissão de Desenvolvimento de Pernambucano.

PETRONE, Teresa Schorer. As áreas de criação de gado. In: HOLANDA, Sergio Buarque (Dir.) **História geral da civilização brasileira, v. 2: A Época Colonial, Administração, Economia e Sociedade**. São Paulo: Difel, 1982. p. 218-227

PINHEIRO. Paulo Sérgio, Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política In: FAUSTO, Boris (dir.) **História Geral da Civilização Brasileira, v. 2 O Brasil Republicano, Sociedade e Instituições** (1889 -1930). São Paulo: Difel, 1978 p.07 -37.

POMER, Leon. **O surgimento das nações**. Tradução de Mirna Pinsky. São Paulo: Editora Atual e Editora Universidade Estadual de Campinas, 1986.

PROCENGE. **O deve ser da Sudene**. Recife: Sudene, 1987.

PUPIM, Eliana Kátia. **Gênese documental de álbuns fotográficos: um estudo de caso aplicado a uma indústria de grande porte**. 2010. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista / Unesp – Campus de Marília. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://wersig.objectis.net/artigos/3o%20artigo.pdf> f. Acesso em: 24/01/2011.

ROCHA, Abelardo Baltar. **Controvérsias nos tempos do real**. Recife: Sudene, 1996.

ROCHA, Zildo Barbosa. **O ensino e o Nordeste**. Recife: Sudene, 1978.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristovão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, a. 1, n.1, Jul. 2009. Disponível em: http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pes

quisa%20documental.pdf. Acesso em:
21/03/2011

SANTANA, Jorge Fernando. A experiência de um sistema regional de indicadores sociais no Nordeste. In ANAIS DO SEMINÁRIO SOBRE INDICADORES SOCIAIS E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS. 1986, Anais... Recife: Sudene/DPG/PSE. OEA/Missão Recife, 1986, p. 203 – 214.

SANTIAGO, Vandeck. **Francisco Julião – perfil parlamentar século XX**. NASCIMENTO. Angela (Coord.) Recife, Assembléia Legislativa de Pernambuco, 2001.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivística no laboratório**. Rio de Janeiro: Editora Teatral, 2010.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41 – 62, jan. – jun. 1996.

SCHWARZELMÜLLER, Anna Friedericka; GESTEIRA, Ivana A. Lins; BULCÃO, Marivaldina. **Políticas públicas de informação no Brasil: Norte, Nordeste e Centro-Oeste**. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5. 2005. **Anais...** Cinform. Disponível em:

http://www.cinform.ufba.br/v_anais/frames.html
. Acesso em: 16/01/2011.

SENRA, Nelson. **História das Estatísticas Brasileiras** Rio de Janeiro, IBGE, 4 volumes: 1º/2006; 4º/2009.

SILVA, A. M.; RIBEIRO, F. **Das “ciências” documentais à ciência da informação**. Porto: Edições Aforamento, 2002.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; DIAS, José Luciano de Mattos; REZENDE, Sergio Machado; LONGO, Waldimir Pirró e; DERENUSSON, Maria Sylvia; FERNANDES, Luis. **A Finep no século XXI**. Brasília: Finep, 2011. p. 10 – 16

SILVA FILHO, Leonides Alves. **Sudene: 50 anos; uma abordagem política, institucional e administrativa**. Recife: Comunigraf Editora, 2009.

SILVEIRA, Henrique Flávio Rodrigues da. Um estudo do poder na sociedade da informação, **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 79-90, set./dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n3/a08v29n3.pdf> . Acesso em: 25/01/2011

SIMON, Edith. **A reforma**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1971.

SOUTO MAIOR, Heraldo Pessoa. **Para uma história da sociologia em Pernambuco: a pós-graduação, 1963 -2004**. Recife: Editora Universitária, 2005.

SUDENE. **Relatório do grupo de trabalho para reequipamento técnico científico das universidades do Nordeste**. Recife, Sudene, 1961a.

_____. **Relatório do grupo de trabalho para exame das necessidades de reequipamento técnico-científico das universidades do Nordeste**. Recife: Sudene 1961b.

_____. **Plano de reequipamento técnico-científico das universidades e estabelecimentos de ensino superior do Nordeste**. Recife: Sudene, 1962 .

_____. **I Plano Diretor 1960-1962**. Recife, Sudene, 1966a.

_____. **II Plano Diretor 1963-1965**. Recife: Sudene, 1966b.

_____. **III Plano Diretor 1966-1968**. Recife: Sudene, 1966c.

_____. **IV Plano Diretor 1969-1973**. Recife: Sudene, 1968a

_____. **Consolidação das normas vigentes da Sudene.** Recife: Sudene, 1969.

_____. **Sudene Informa**, revista bimensal. Recife, v.8, n. 9 e 10, p.1 – 28, 1970.

_____. **Estruturação de um complexo escolar de 1º - projeto de Educação Fundamental Integrada.** Recife: Sudene, 1971a.

_____. **Oportunidades de treinamento.** Recife: Sudene. 1971b.

_____. **Relatório do levantamento cadastral do ensino técnico-industrial e da rede de formação profissional do Nordeste.** Natal: Cetene/Sudene, 1972.

_____. **Educação no Nordeste do Brasil – 1º Relatório.** Recife: Sudene, 1974.

_____. **Nordeste e educação 1 – Modelo de planejamento educacional.** Recife: Sudene, 1976a.

_____. **Nordeste e educação 2 – Rede física do ensino de 1º e 2º Graus.** Recife: Sudene, 1976b.

_____. **Educação.** Recife: Sudene, 1978.

_____. **Relatório de acompanhamento das ações do Governo na região Nordeste, setor de Educação.** Recife: Sudene, 1980a.

_____. **Equipe.** revista mensal, Recife, v. 1, nº 4, p. 1-48, ago. 1968b.

_____. **Equipe.** revista mensal, Recife, v. 1, nº 5, p. 1-48, ago. 1968c.

_____. **Equipe.** revista mensal, Recife, a. 2, n. 20 p. 1-48, nov. 1969a.

_____. **Equipe.** revista mensal, Recife, a. 2, nº 21, p. 1-48, ago. 1969b.

_____. **Informe básico para a implantação do Conselho Regional de Pesquisas,** Recife, 1966a.

_____. **O ensino primário no Estado de Pernambuco,** Recife, (mimeo.)1966b.

_____. **Sudene Informa;** revista bimensal, Recife, v. 1, n.1, p. 1 –12, set. 1962.

_____. **Sudene Informa;** revista bimestral, Recife, v. 4, n.9, p. 1 –18, set. 1966c.

_____. **Sudene Informa;** revista bimestral, Recife, v. 5, n.1, p. 1 –20, jan. 1967a.

_____. **Sudene Informa;** revista bimestral, Recife, v. 5, n.5, p. 1 –20, mai. 1967b.

_____. **Sudene Informa**; revista bimestral, Recife, v. 6, n.11 e 12, p. 1 –26, nov./dez. 1968d.

_____. **Sudene Informa**; revista bimestral, Recife, v. 12, nº 1 e 2, p. 1 -28, jan./fev. 1974a.

_____. **Sudene Informa**; revista bimestral. Recife, 1974, v. 12, nº 7 e 8, p. 1 -32, jul./ago.1974b.

_____. **Sudene Informa**; revista bimestral. Recife, 1974, v. 12, nº 9 e 10, p. 1 - 32, set./out.o 1974c.

_____. **Sudene 10 anos**. Recife, 1969b.

_____. **Consolidação das normas vigentes da Sudene**. Recife, 1969c.

_____. O Nordeste antes da Sudene. **Revista Equipe**, Recife, a. 2, n. 21, p. 1-36, dez. 1969d.

_____. **Relatório de atividades do Departamento de Administração Geral**. Recife, 1972.

_____. **Centro de Informática do Nordeste – Concepção de um sistema comunicacional**. Recife, 1973.

_____. **Relatório de atividades da Coordenação de Informática, 1974 a 1978**. Recife, 1978.

_____. **Relatório anual de 1978.** Recife, 1979.

_____. **Plano de Desenvolvimento do Nordeste 1980-85.** Recife, 1979.

_____. **Sudene vinte anos.** Recife, 1980b.

_____. **Proposta para implantação de um sistema de informações em apoio à sistemática de planejamento do desenvolvimento regional.** Versão preliminar. Recife, agosto de 1980c. p. 1-30.

_____. **Ações administrativas da Sudene, 1974-1984.** Recife, 1984.

_____. **Uma política de desenvolvimento para o Nordeste.** 2ª ed. Recife: Sudene, 1986.

_____. **Seminário Internacional sobre o Desenvolvimento do Nordeste Brasileiro.** Recife: Sudene, 1995.

_____. **Modernização regional em curso – 30 anos de Sudene.** Recife: Sudene, 1990.

TERROU, Fernand. **A informação.** Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.

UFPE. **Revista estudos universitários.** V. 27, n. 8, agosto 2011.

VAZ, José Carlos. Governança eletrônica para onde é possível caminhar. In: **FÓRUM SOCIAL MUNDIAL: Mobilização Cidadã e Inovações Democráticas nas Cidades**. Edição Instituto Pólis, 2005. Disponível em: http://www.polis.org.br/publicacoes_interno.asp?codigo=176 . Acesso em: 16/01/2011.

WAHRLICH, Beatriz M. de Souza. Processos de informação da administração. In JAMESON, Samuel H. **Administração de arquivos e documentação**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1964.

WEREBE, Maria José Garcia. A educação. In BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio; CAMPOS, Pedro Moacyr (dirs.) **História geral da civilização brasileira, II O Brasil Monárquico 4, Declínio e queda do Império**, São Paulo: Difel. 1982. p.366 -383.

WILKE, Valéria Cristina Lopes. **Informação, poder e estado: o dispositivo informacional e as políticas públicas de inclusão digital do governo brasileiro (2003-2008)** In: ENANCIB 10. João Pessoa, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652000000300004&script=sci_arttext&tling=es Acesso em: 24/09/2009

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. A **reserva de mercado para a informática e a**

automação no Brasil: considerações à porta de saída. 1994. Disponível em:
<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/829/1094>. Acesso em: 24/09/2011

SITES CONSULTADOS

[http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes_multiplo.php?link=CD1960&titulo=Censo %20Demográfico%201960](http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes_multiplo.php?link=CD1960&titulo=Censo%20Demográfico%201960) . Acesso em: 07/08/2011

[http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes_multiplo.php?link=CD1970&titulo=Censo %20Demográfico%201960](http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes_multiplo.php?link=CD1970&titulo=Censo%20Demográfico%201960) Acesso em: 07/08/2011

[http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes_multiplo.php?link=CD1980&titulo=Censo %20Demográfico%201960](http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes_multiplo.php?link=CD1980&titulo=Censo%20Demográfico%201960) Acesso em: 07/08/2011

<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pe> Acesso em: 07/08/2011

http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php. Acesso em: 08/09/2011

http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=271&Itemid=186 . Acesso em 07/08/2011

<http://www.educacao.pe.gov.br/> . Acesso em: 25/09/2011

<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=3> Acesso em: 22/07/2011

<http://centrodememoria.cnpq.br/alvaro-alberto.html> Acesso em: 16/10/2011

http://www.cbpf.br/Staff/Hist_Lat.html . Acesso em: 16/10/2011

<http://educacao.uol.com.br/biografias/jose-leite-lopes.jhtm>. Acesso em: 16/10/2011

<http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/cd/bios/tenorio.html>. Acesso em: 16/10/2011

http://pt.wikipedia.org/wiki/Argemiro_de_Figueiredo Acesso em: 16/10/2011

<http://www.desenvolvimentoregional.com.br/barqs/arquivos/Arquivos%203%20intro.pdf>. Acesso em: 16/10/2011

http://pt.wikipedia.org/wiki/Euler_Bentes_Monteiro. Acesso em: 16/10/2011

http://pt.wikipedia.org/wiki/Mauro_Mota. Acesso em: 17/10/2011

http://www.onordeste.com/onordeste/enciclopediaNordeste/index.php?titulo=T%C3%A2nia+Bacelar<r=t&id_perso=2369. Acesso em: 18/10/2011

<http://estoriasdat68.blogspot.com/>. Acesso em: 17/08/2011

http://www.ufpe.br/nti/index.php?option=com_content&view=article&id=95&Itemid=159. Acesso em: 24/04/2011

<http://redesociaismundovirtual.blogspot.com/2010/10/brasil-fica-na-7-posicao-no-ranking.html>. Acesso em: 21/01/2010

<http://www.nacionalidades.ufc.br/textos/MDN-A%20trajetoria%20do%20CNPq.pdf> . Acesso em 09/10/2011.

http://www.anasps.org.br/mostra_materia.php?id=630 Acesso em: 23/04/2011

<http://www.integracao.gov.br/ministerio/index.asp?area=Hist%F3rico>. Acesso em: 24/04/2011

http://www.ibm.com/br/ibm/history/ibm_brasil.html . Acesso em: 14/08/2011.

http://viniciuseep.blogspot.com/2009_03_01_archive.html Acesso em: 14/08/2011.



APÊNDICES

APÊNDICE A – Ementário de Resoluções

RESOLUÇÃO Nº	DATA	EMENTA
762	27/07/1963	Aprova a proposição nº 18/63 e autoriza a Secretaria Executiva a aplicar recursos para bolsas de estudos e cursos pré-vestibulares; reequipamento de laboratórios nos colégios secundários; instalação de cursos de formação em Ciências Básicas de Filosofia e reequipamento de unidades universitárias
763	27/07/1963	Autoriza a Secretaria executiva a firmar acordos com o Ministério de Educação e Cultura até Cr\$ 300.000.000,00 para formação de pessoal para a indústria
869	13/12/1963	Aprova o Programa de Aplicação da dotação global destinada à formação e aperfeiçoamento de pessoal próprio e dos Estados e Municípios
870		Aprova o Programa de Aplicação da dotação global destinada ao Ensino Primário e Educação de Base
941	01/07/1964	Aprova o Programa de Aplicação da dotação global destinada ao Programa de Ensino Técnico de Nível Superior
980	02/09/1964	Aprova o Programa de Aplicação da dotação global destinada à formação e aperfeiçoamento de pessoal para a indústria
996	07/10/1964	Aprova o Programa de Aplicação da dotação global destinada ao reequipamento do Ensino Técnico
1004	07/10/1964	Aprova o Programa de Aplicação da dotação global destinada à formação e aperfeiçoamento de pessoal para energização do Nordeste
1008	07/10/1964	Aprova o Programa de Aplicação da dotação global destinada ao pagamento à Usaid/Brasil de juros relativos ao contrato de empréstimo para "Melhoramento da Educação Básica e Primária do Nordeste Brasileiro"
1018	04/11/1964	Declara em vigor o convênio destinado à melhoria do ensino em ciências básicas nos colégios públicos dos estados do Nordeste

Continua

Continuação

1055	02/12/1964	Aprova o convênio celebrado entre a Sudene e a Universidade do Recife (sic) para execução de um programa de treinamento e aperfeiçoamento do pessoal do Instituto de Química daquela universidade
2.280	11/05/1966	Inclui o Instituto de Física e Matemática da Universidade Federal de Pernambuco como órgão executor do programa que visa dotar a Sudene de um Centro de Processamento Eletrônico
2.343	06/07/1966	Inclui as Universidades Federais como órgãos executores do PR-03 - Análise e Programação Agrícolas, constante do Orçamento-Programa da Sudene para 1966
2.344	06/07/1966	Inclui o Movimento de Educação de Base como órgão executor do PR-03 – Fortalecimento do Cooperativismo no Nordeste – SP-01 – Formação de infra-estrutura do cooperativismo
2.346	06/07/1966	Retifica o nome do órgão executor do PR-07 – Formação Profissional de “Escola Profissional Salesiana do Recife” para Escola Industrial Dom Bosco do Recife”
2.376	03/08/1966	Autoriza a substituição dos PJ-01-Formação e Aperfeiçoamento de Supervisores e Administradores de Ensino do SP-02; Programa 06 e PJ-01 Treinamento e Aperfeiçoamento de Professores (SP-03-PR-08 de Instituto Nacional de Estudos pedagógicos (Inep-Recife) por Divisão de Treinamento DRH- Sudene
2.385	03/08/1966	Aprova o convênio entre Sudene, o MEC, Pernambuco, a Sudene de Pernambuco, a Usaid-Brasil e o Contap, para criação de um Centro de Treinamento de pessoal docente.
2.392	03/08/1966	Aprova o termo aditivo celebrado em (02/06/1966) entre a Sudene e a Universidade Federal de Pernambuco, o Governo de Pernambuco, a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco e a Usaid -Brail para execução de um programa de Assistência Técnica Rural e Industrial.
2.448	02/09/1966	Aprova o convênio (de 01/07/1966) entre a Sudene e a Escola Industrial Dom Bosco, para execução de um programa de aquisição de equipamentos complementares da serralharia e material didático da aludida escola.

Continua

Continuação

2.453	02/09/1966	Aprova o termo aditivo nº 01 ao convênio entre a Sudene, a Universidade Federal de Pernambuco e a Usaid -Brasil (de 01/10/1965) para criação do Centro Regional de Administração Municipal
2.549	19/10/1966	Aprova o convênio firmado entre a Sudene e o Estado de Pernambuco, para a realização de um programa de recuperação de prédios escolares e hospitalares atingidos pelas enchentes
2.763	21/12/1966	Aprova o convênio entre a Sudene e a Usaid, o Ministério da Agricultura e a Escola de Agronomia do Nordeste para desenvolvimento de recursos d'água – demonstração e treinamento em irrigação no Nordeste
2.769	21/12/1966	Aprova o convênio entre a Sudene , a Usaid e o SENAI para treinamento de mão-de-obra industrial no Nordeste brasileiro
3.696	27/03/1968	Aprova o 2º termo aditivo de 19/02/1968 entre a Sudene, a Universidade Federal de Pernambuco e o Serviço Social de Processamento de Dados (SERPRO), ao convênio de 29/12/1966 para instalação de um Centro de Processamento de dados no Nordeste
3.746	24/04/1968	Aprova o convênio de 11/03/1968 entre a Sudene, a Usaid, o Contap e a Universidade Federal de Pernambuco, destinado ao “Planejamento para o Desenvolvimento Regional – Instituto de Ciências do Homem
3.747	24/04/1968	Aprova o Plano de Operações para um programa de treinamento na Escola de Serviço Social de Pernambuco firmado pela Sudene, Escola de Serviço Social de Pernambuco, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas e Fundo das Nações Unidas para a Infância
3.794	22/05/1968	Aprova o Termo Aditivo nº 1, de 21/05/1968, entre a Sudene, a Universidade Federal de Pernambuco, o Instituto de Ciências do Homem e a Usaid, ao Convênio “Planejamento para o Desenvolvimento Regional – Instituto de Ciências do Homem” de 22/06/1967

Continua

Continuação

4.230	22/01/1969	Aprova o termo aditivo nº 01 Contap -NE-07, de 19/12/1968 entre a Sudene, a Usaid /Brasil e a Escola de Agronomia do Nordeste, para desenvolvimento de recursos d'água demonstração e treinamento em irrigação no Nordeste brasileiro
4.279	26/02/1969	Aprova o termo aditivo nº 02, Contap -NE-10, de 20/10/1968, entre a Sudene, a Usaid /Brasil e o Contap, com a finalidade de prorrogar para 30/06/1969 a data de contribuição final do convênio firmado em 01/06/1966 entre as entidades acima e o MEC, a Senec e o Estado de Pernambuco, para criação de um centro de pessoal docente
4.280	26/02/1969	Aprova o termo Aditivo nº 02, Contap -NE-39 celebrado a 19/02/1968 entre a Sudene , a Usaid /Brasil e o SENAI ao convênio firmado entre as mesmas partes a 16/12/1966, para treinamento de mão de obra industrial no Nordeste brasileiro, visando prorrogar para 21/12/1969 a data de contribuição final do convênio original
4.577	29/08/1969	Autoriza o convênio, visando ao treinamento de pessoal docente, entre a Sudene a Usaid /Brasil, MEC, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e o Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso
4.692	22/10/1969	Aprova o acordo Contap /NE-66 de 01/10/1969, entre a Sudene, Usaid /Brasil, Contap, destinado em cruzeiros, oriundos do CONTAP, à Universidade Federal Rural de Pernambuco
4.693	22/10/1969	Aprova o 1º termo aditivo de 01/10/1969, entre a Sudene, Instituto de Pesquisas Rodoviárias, Usaid /Brasil, Contap, vinculando novos recursos em cruzeiros, oriundos do Contap, ao programa de treinamento do IPR
4.695	22/10/1969	Aprova o termo aditivo Contap /NE-52, de 26/09/1969, entre a Sudene, a Usaid /Brasil, Contap, Universidade Federal de Pernambuco destinando recursos do Contap à UFPE no montante de NCr\$ 18.000,00, para dar continuidade ao programa desenvolvido pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Continua

Continuação

4.696	22/10/1969	Aprova o termo aditivo Contap /NE-52, de 26/09/1969, entre a Sudene, a Usaid Brasil, Contap, Universidade Federal de Pernambuco, destinando recursos adicionais do Contap à UFPE no montante de NCr\$ 28.508,04, para dar continuidade ao programa desenvolvido pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
4.750	26/11/1969	Aprova o convênio Contap -NE-69 de 01/10/1969 entre a Sudene, Usaid /Brasil, MEC, Inep, SAT, Contap, CRPE-PE, destinado ao treinamento e/ou aperfeiçoamento de pessoal docente.
4.813	16/12/1969	Aprova o convênio Contap -NE-68 de 02/10/1969 entre a Sudene Usaid /Brasil, Senai, Contap, CRPE-PE, com a finalidade de destinar recursos em cruzeiros, oriundos do Contap, no montante de NCr\$ 200.000,00, a um Programa de Pesquisa de Mão de Obra Industrial e Capacitação de pessoal docente do Senai
4.816	16/12/1969	Aprova o termo aditivo nº 03 Contap /NE-52, de 02/10/1969, entre a Sudene, a Usaid /Brasil, Contap, Universidade Federal de Pernambuco ao convênio de 11/03/1968, para dar continuidade ao programa que vem sendo desenvolvido pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

APÊNDICE B – Roteiro das Entrevistas⁵²

1. Qual o seu nome e formação?
2. Quando ingressou na Sudene?
3. Quais funções e cargos ocupou na Sudene?
4. O que o(a) senhor(a) poderia falar sobre a área de documentação da Sudene na atual estrutura organizacional?
5. O que o(a) senhor(a) poderia falar sobre a estrutura organizacional da Sudene, desde sua implantação até sua extinção, considerando as ações, pesquisas e estudos, inclusive execução de alguns programas?
6. A leitura de relatórios e diagnósticos revela que a questão da informação, documentação, biblioteca, é muito presente no planejamento institucional. O que o(a) senhor(a) poderia falar sobre isso ?

⁵² Registro no Comitê de Ética CAAE – 0142.0.172.000-1

7. Em nossas leituras identificamos a formação de um novo profissional, diferente da prática bacharelesca originada desde o império e mantida até então. A Sudene, inovadora enquanto instituição, que tinha o planejamento como linha decisória de atuação, reforçou a importância do profissional voltado às competências técnicas exigidas pela tão projetada industrialização. O que teria a dizer sobre isso?
8. A quantidade de informações produzidas pela Sudene é bastante expressiva. Como se dava sua tramitação, disseminação e uso, interna e externamente?
9. Analisando a estrutura organização da Sudene, observamos que as áreas de informação e documentação foram relocadas diversas vezes. Como o(a) senhor(a) avalia isso?
10. Desde seu ingresso na Sudene até o momento, como se deu e se dá a

divulgação das informações e a produção intelectual da Autarquia?

11. Tendo sido a Sudene vinculada à Presidência da República, quando de sua criação, parece não ter havido dificuldade para implantação das tecnologias de informação que desde os anos 60 já existiam no país. Estou certa?
12. A implantação da Sudene, além da infraestrutura precisava de técnicos, os quais foram formados no processo. Como se dava o processo de seleção e definição da formação dos próprios quadros? Poderia falar sobre os cursos de TDE (Técnicos em Desenvolvimento Econômico)? E a formação na Cepal ou da Clacso?

APÊNDICE C – Gestores da Sudene, de Pernambuco e do Brasil, 1959-1984

PERÍODO	SUPERINTENDENTE	SECRETÁRIO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	GOVERNADOR DE PERNAMBUCO	PRESIDENTE DA REPÚBLICA
1959 - 1964	Celso Monteiro Furtado	Lourival Fustino Vilanova (1959 - 1963) Germano Coelho (1963) Anita Paes Barreto (1963 - 1964)	Cid Feijó Sampaio (1959 -1963) Miguel Arraes de Alencar (1963 - 1964)	Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956 – Jânio da Silva Quadros (1963) João Belchior Marques Goulart (1961 - 1964)
1964	General Manoel Expedito Sampaio	Anna Paes Barreto	Miguel Arraes de Alencar (1963 - 1964) Paulo Pessoa Guerra (1964 - 1967)	Marechal Humberto de Alencar Castello Branco (1964 - 1967)
1964 - 1966	João Gonçalves de Souza	Edson Moury Fernandes	Paulo Pessoa Guerra (1964 - 1967)	Marechal Humberto de Alencar Castello Branco (1964 - 1967)
1966 - 1967	Rubens Vaz da Costa	José Brasileiro Tenório Vilanova (1966 - 1967) José Antônio Barreto Guimarães (1967) Roberto Magalhães Melo (1967 - 1971)	Paulo Pessoa Guerra (1964 - 1967)	Marechal Humberto de Alencar Castello Branco (1964 - 1967)
1967 - 1969	General Euler Bentes Monteiro	Roberto Magalhães Melo (1967 - 1971)	Paulo Pessoa Guerra (1964 - 1967) Nilo Souza Coelho (1967 - 1971)	Marechal Arthur da Costa e Silva (1967 - 1969)

Continua

Continuação

1969 - 1971	General Tácito Theophilo Gaspar de Oliveira	Roberto Magalhães Melo (1967 - 1971) Manoel Costa Cavalcanti (1971 - 1975)	Nilo Souza Coelho (1967 - 1971)	General Emílio Garrastazu Médici (1969 - 1974)
1971 - 1974	General Evandro Moreira de Souza Lima	Manoel Costa Cavalcanti (1971 - 1975)	Nilo Souza Coelho (1967 - 1971) Eraldo Gueiros Leite (1971 - 1975)	General Emílio Garrastazu Médici (1969 - 1974)
1974 - 1978	José Lins de Albuquerque	Manoel Costa Cavalcanti (1971 - 1975) José Jorge de Lima (1975 - 1979)	Eraldo Gueiros Leite (1971 - 1975) José Francisco de Moura Cavalcanti (1975 - 1979)	General Ernesto Geisel (1974 - 1979)
1978 - 1984	Valfrido Salmito Filho	José Jorge de Lima (1975 - 1979) Joel de Hollanda Cordeiro (1979 - 1982) Creuza Maria Gomes de Araújo (1982 - 1983) Everardo de Almeida Maciel (1983) Edgar Arlindo de Mattos Oliveira (1983 - 1986)	José Francisco de Moura Cavalcanti (1975 - 1979) Marco Antônio de Oliveira Maciel (1979 - 1982) José Muniz Ramos (1982 - 1983) Roberto Magalhães Melo (1982 - 1986)	General Ernesto Geisel (1974 - 1979) General João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979 - 1985)

Elaborado apela autora

APÊNDICE D – Bibliografia Utilizada - Acervo da Sudene

AUTOR	TÍTULO	CÓDIGO
COELHO, José Olímpio M; LEVY, Henrique	Introdução á investigação científica	A 1187
SUDENE. DRH	Informe básico para a implantação do Conselho Regional de Pesquisas	A 839
SUDENE	Boletim da Biblioteca	AP 9
CABRAL, Aline de Miranda	Tratamento de material cartográfico	A 701
GONDIM, Sylvia Pedrosa	Das moléculas conceituais à informação	A 385
GUNTHER, Alfredo	A microfotografia nas bibliotecas	A 370
LEAL, M ^a Antonieta Oliveira de Barros	Bibliografia sobre assuntos do Nordeste	A 485
MARQUES, Silvia Augusta; BRANDÃO, José Mussoline	Termos coordenados: novo sistema de documentação	A 555
MARTINS, Myriam Gusmão de.	Um catálogo coletivo sistemático do Nordeste do Brasil	A 1290
MEDEIROS, Heloisa	Informação científica, bibliotecas especializadas; o especialista em informação científica	A 825

Continua

Continuação

MONTE, Severino Silvio do.;	A microfilmagem na documentação	A 1667
BARGETZI, Carmem Rejane de Carvalho		
REIZLER, Stanislas et al.	Centro de Documentação	A 842
SUDENE	Catálogo de assuntos das publicações da Sudene	A 2089
VAZ, Marcílio	Arquivo e Comunicações	A 1081
ANDRADE, Antonio Cabral de	Problema de programação educacional	A 268
ANDRADE, Gilberto Osório de	Informação, comunicação, educação: desafio de um futuro que já começa acontecer	A 1466
CETENE; SUDENE	Levantamento cadastral do ensino técnico industrial e da rede de formação profissional do Nordeste	A 1779
INSTITUTO EUVALDO LODI	Levantamento sobre a capacidade instalada de treinamento na área metropolitana do Recife	A 92/81- 9
KELLY, Maria do Socorro Barros	Programação e projetos educacionais	A 1593
MACIEL, Carlos Frederico	Alternativas de programação educacional	TA 85/37
MESQUITA, Liana de Barros; RAPOSO, José de Arruda	Formação de equipes para o desenvolvimento urbano e local	A 1672

Continua

Continuação

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	Grupo de Trabalho para exame das necessidades de reequipamento técnico científico das Universidades do NE	A 234
ROCHA, Zildo Barbosa	O ensino no Nordeste	TA 83/78
SEMINÁRIO de educação e desenvolvimento de adultos	Diretrizes para os programas de educação de adultos	A 939
SEMINÁRIO de educação e desenvolvimento de adultos	Documento Básico	A 1262
SEMINÁRIO sobre necessidades, formação, treinamento de pessoal de nível superior para o setor público	Anais	A 77/379
SEMINÁRIO sobre a problemática da educação no Nordeste do Brasil	Seminário	A 869
SILVA, Georges Pellerin da	Reflexões sobre a universidade	A 653
Sudene	Estratégia de ação da Sudene junto às Secretarias de Educação	A 94/397

Continua

Continuação

SUDENE	Projeto para a implantação de um curso colegial de telecomunicações	A 1394
SUDENE; DATFP	Algunos aspectos de la integracion del planeamiento educacional y de la programacion del desarrollo economico y social.	A 7
SUDENE; DATFP	Programa de ensino primário e de educação de base para o Nordeste	A 269
SUDENE; DATFP	Programa de treinamento industrial	A 1263
SUDENE DRH	Cadastro de ofertas de treinamento no Brasil e no exterior	A 1331
SUDENE DRH	Educação	A 1390
SUDENE DRH	Educação no Nordeste do Brasil: relatório 1º	A 2025
SUDENE DRH	O ensino primário no Estado de Pernambuco	A 934
SUDENE DRH	Estruturação de um complexo escolar de 1º grau: projeto de educação integrada	A 1561
SUDENE DRH	Linhas de ação e atuação da Sudene no campo de treinamento	A 1775
SUDENE DRH	Nordeste e educação - 1. Modelo de planejamento educacional	A 77/25
SUDENE DRH	Nordeste e educação - 2. Rede física de ensino de 1º e 2º graus	A 77/349
SUDENE DRH	Oportunidades de treinamento no Brasil	A 900
SUDENE DRH	Pesquisa sobre necessidades e ofertas de treinamento no Nordeste	A 1905

Continua

Continuação

SUDENE DRH	Pesquisa sobre necessidades e ofertas de treinamento no Nordeste: cadastro de ofertas, estado de Pernambuco	A 1928
SUDENE DRH	O planejamento educacional como processo	A 1919
SUDENE DRH	Planejamento da educação a nível regional	A 1014
SUDENE DRH	Programa de capacitação do pessoal de apoio administrativo e de nível médio da Sudene	TA 90/250
SUDENE DRH	Projeto de informações educacionais básicas: cadastro de prédios escolares e cadastro de pessoal	TA 90/67
GS	Atuação da sudene – exemplo de planejamento regional	
Sudene	Projeto de implantação de um sistema de informações de apoio à promoção do desenvolvimento do nordeste	GA-23
Sudene	Consolidação das normas legais da Sudene - 1969	
Sudene	Relatório da divisão de documentação – 1967	
Sudene	Brasil Nordeste 10 anos com a Sudene	T 268 b
Sudene	Catálogo de Periódicos da Biblioteca	GB - 32 S
Sudene	Relatório de Atividades do Departamento de Administração Geral	S943 r
Sudene	Relatório de Atividades da Coordenação de Informática - 1974/1978	010348-2
Sudene	Relatório de Atividades da Coordenação de Informática- 1976	010346 - 0
Sudene	Relatório de Atividades da Coordenação de Informática- 1977	010347 - 6

Continua

Continuação

Sudene	Relatório de Atividades da Coordenação de Informática- 1975 a 1979	010349-8
Sudene	Relatório de Atividades da Coordenação de Informática- 1975 a 1979	010350-9
Sudene	Informe Básico para a implantação do Conselho Regional de Pesquisas	A 839
Sudene	Centro de Informática do Nordeste – Concepção de um sistema comunicacional	S 943 c
Sudene	Núcleo de Matemática Tecnológica do Nordeste – Concepção e Prospectiva	S 357
Sudene	Relatório das Atividades da Sudene em 1965	A 654
FURTADO, Celso	Por que a SUDENE?	A 441
	A SUDENE em ação – 1965	A 584
MONTE. Severino Sílvia	Tramitação de Documentos na Sudene, 1967	A 895
Sudene	Ações Administrativas da Sudene 1974-1984	B-185
Sudene	Levantamento das pesquisas realizadas pela Sudene no período de 1962 a 1968, abril 1970	A 1438
Sudene	Regimento Interno do Conselho Deliberativo da Sudene, Resolução nº 05 1960	A 1007
Sudene	Ementário das Resoluções do Conselho Deliberativo da Sudene, 1962/1963	A 556-A

Continua

Continuação

Sudene	Ementário das Resoluções do Conselho Deliberativo da Sudene, 1964	A 556-B
Sudene	Ementário das Resoluções do Conselho Deliberativo da Sudene, 1966	A 1184
Sudene	Ementário das Resoluções do Conselho Deliberativo da Sudene, 1968	A 1439
Sudene	Ementário das Resoluções do Conselho Deliberativo da Sudene, 1969 (publicado em 1972)	A 1646
SANTANA, Jorge Fernando	Modernização Regional em curso, 30 anos da Sudene, 1990	CDU 354.314. 2
OLIVEIRA, Tácito Theóphilo Gaspar de.	A atuação da Sudene, exemplo de planejamento regional, 1970	S354.10: 338.984 9812/81 3 048a
	Catálogo de Periódicos da Biblioteca	
GUIMARÃES, Barreto	O sentido nacional dos problemas do Nordeste Brasileiro, 1959	
LEBRET, Louis Joseph	Estudo sobre desenvolvimento e implantação de indústrias, interessando a Pernambuco e ao Nordeste, 1955	
OLIVEIRA, Juscelino Kubstchek	O Norte e o Nordeste na economia nacional, 1957	
MOURA, Isnar	Educação primária - esboço de planejamento para o estado de Pernambuco	M 929
Sudene	Telecomunicações no Nordeste- Projeto de Implantação de curso colegial	A 1394

Continua

Continuação

Sudene	Relatório do Grupo de Trabalho para exame das necessidades de reequipamento técnico-científico das universidades do Nordeste	A 234
Sudene	Contribuições do DRH para o III PND - população, saúde, educação, capacitação	A 92/124
Sudene	Seminário de Educação e Desenvolvimento - Educação de Adultos: Documento Básico	A 1262
Sudene	Educação, 1970	A 1390
Sudene	Educação, 1978	A 1390
Sudene	Pesquisa de mercado de trabalho, necessidades de treinamento e aprendizagem, 1970 Senai	TA 92/353

APÊNDICE E– Instituições, Planos e Programas criados entre 1930 e 2010

PERÍODO	GOVERNANTE	INSTITUIÇÕES
1930 - 1945	Getúlio Dornelles Vargas	Conselho Técnico de Economia e Finanças (1930)
		Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (1930)
		Universidade de São Paulo – USP (1934)
		Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1936)
		Conselho Brasileiro de Geografia (1937)
		Estação Experimental de Combustível e Minérios
		Instituto de Química
		Instituto Biológico Federal
		Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil
		Indústria Mineral
		Laboratório Central
		União Nacional dos Estudantes
		Conselho Nacional do Petróleo (1938)
		Instituto Nacional do Sal (1940)
		Fábrica Nacional de Motores
		Ministério da Aeronáutica (1941)
		Companhia Siderúrgica Nacional (1941)
		Conselho Nacional de Ferrovias (1941)
		Companhia Vale do Rio Doce (1942)
		Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai (1942)
		Usina Siderúrgica de Volta Redonda (1943)
		Fundação Getúlio Vargas (1944)
		Conselho Nacional de Política Industrial (1944)
		Comissão de Planejamento Econômico (1944)
		Companhia Hidrelétrica de São Francisco (1945)
1946 - 1950	Eurico Gaspar Dutra	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC (1948)
		Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas – CBPF (1949)

Continuação

1951 1954	- Getúlio Dornelles Vargas	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (1951) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes Instituto Brasileiro de Informação – IBBD (atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT Instituto Brasileiro de Economia – Ibre (1951) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (1951) Instituto Brasileiro de Administração/ Escola Brasileira de Administração Pública (1952) Banco do Nordeste do Brasil e Escritório Técnico de Estudos Econômicos, (1952) Petrobrás (1953)
1954 1955	– João Café Filho	
1956 1961	- Juscelino Kubitschek de Oliveira	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene(1959)
01 a 08 de 1961	Jânio da Silva Quadros	
1961 1964	- João Belchior Marques Goulart	Superintendência Nacional de Abastecimento - Sunab
1964 1967	- Humberto de Alencar Castelo Branco	Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas – Funtec (atual Financiadora de Estudos e Projetos – Finep Banco Nacional de Habitação – BNH
1967 1969	- Arthur da Costa e Silva	Programa Estratégico de Desenvolvimento – PED Fundo Rural de Beneficiência – Funrural (1967) Movimento Brasileiro de Alfabetização de Adultos – Mobral(1968)

1969 - 1973	Emílio Garrastazu Médici	Plano Nacional de Desenvolvimento– PND I e II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PBDCT I e II Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – SNDCT Programa Nacional de Pós-Graduação – PNPG Empresa Brasileira de Telecomunicações – Embratel
1974 - 1979	Ernesto Geisel	
1980 - 1985	João Baptista de Oliveira Figueiredo	Sistema Estadual de Informação Científica e Tecnológica – SEICT Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PADCT
1985 - 1990	José Sarney	Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT
1990 - 1992	Fernando Affonso Collor de Mello	Programa Nacional de Incentivo à Leitura – Proler
1992 - 1995	Itamar Augusto Cautiero Franco	
1995 – 2003	Fernando Henrique Cardoso	Plano Plurianual Programa de Capacitação de Recursos Humanos para Atividades Estratégicas – RHAE Programa Sociedade da Informação Plano Plurianual Avança Brasil Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – Fust Programa Uma Biblioteca Pública em cada Município
2003 - 2010	Luiz Inácio Lula da Silva	Política Nacional do Livro Programa Fome de Livro Programas e Ações para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste • EDITAL MCT/CNPq/PADCT (www.cnpq.br) • EDITAL CNPq 06/2003 • MCT/Finep/CT-Info – 01/2003

APÊNDICE F –Um centro regional de pesquisas: uma ideia não realizada.

Em 1966, a Sudene apresentou um Informe para implantação de um Centro Regional de Pesquisas, tendo como referência o Centro de Tecnologia da Aeronáutica de São José dos Campos, SP.

O Centro seria implantado no município de Triunfo, no Estado de Pernambuco, considerado o centro geográfico do Nordeste. Este projeto foi incluído no Programa de Ensino Superior da Autarquia e sua implantação estava prevista para 10 anos, ao custo de 10 milhões de dólares, dos quais, dois milhões seriam alocados no III Plano Diretor.

A única alusão à questão tecnológica que identificamos no III Plano Diretor é: “A criação de tecnologias adequadas às condições do Nordeste decorrerá, dentre outras medidas, da implantação de uma unidade de pesquisas tecnológicas de âmbito regional” (SUDENE, 1966, p. 60), no Capítulo IV, Estratégia de ação.

Nas reuniões realizadas com técnicos do CNPq e da Sudene, concluiu-se sobre a inviabilidade do Centro de Tecnologia do

Nordeste; no entanto, foram estabelecidos, em 1966, programas para avaliação dos Institutos de Pesquisas Tecnológicas da Região e das bibliotecas da Universidades ligadas a estes Institutos.

No II Encontro de Tecnólogos (1966), com maciça participação de pesquisadores e estudiosos da Universidade Federal de Pernambuco⁵³, o Superintendente-Adjunto da Sudene, Fernando Mota, defendeu a instalação de um Serviço de Informação e Documentação e de um Grupo Assessor.

O presidente do CNPq no governo Castello Branco (1964 -1967), Dr. Antonio Couceiro⁵⁴, anunciou a constituição naquele Conselho, de uma comissão permanente de assessoria ao Centro de Pesquisa do Nordeste e a intenção de aumentar os investimentos para o Nordeste.

⁵³ Participaram do II Encontro de Tecnólogos, realizado no Recife, em dezembro/1966 Jônio Lemos, vice-reitor; Nelson Chaves, Instituto de Nutrição de Pernambuco; Francisco José Gondim Coutinho, Escola Superior de Química da; Waldomiro Soares Coutinho, Faculdade de Farmácia; Rilson Rodrigues da Silva, Instituto de Geologia; Marcionilo de Barros Lins, Instituto de Química; A. Chaves Batista do Instituto de Micologia, todos da UFPE e Saul Zaverucha do Instituto Tecnológico do Estado de Pernambuco.

⁵⁴ Nascido no Recife em 1914, formado em medicina, dirigiu o CNPq de 1964 a 1970. Morreu em 1978.

Entre tantos convênios firmados entre a Sudene e a UFPE, chama-nos a atenção para o que diz respeito à instalação de um Centro de Processamento de Dados no Nordeste⁵⁵, de acordo com a Resolução nº 3.696, de 27/03/1968, que aprova seu 2º Termo Aditivo, de 19/02/1968.

O ‘cérebro eletrônico’, como foi chamado o Centro de Processamento de Dados no Nordeste, “será instalado no Instituto de Física e Matemática e deverá funcionar no próximo ano”. Segundo o Diretor da Assessoria Técnica, “será o primeiro equipamento desse tipo utilizado para solução de problemas da economia nordestina. Será também de grande valia, quando da elaboração do IV Plano Diretor da Sudene” (SUDENE, 1966, p.15).

55

http://www.ufpe.br/nti/index.php?option=com_content&view=article&id=95&Itemid=159. Acesso em: 24/04/2011

CÉREBRO ELETRÔNICO

A Assessoria Técnica está aguardando propostas de concorrência em âmbito nacional, para implantação de um centro de processamento de dados, servido por cérebro eletrônico, que a SUDENE instalará na Universidade Federal de Pernambuco.

«O cérebro eletrônico — afirmou o diretor daquela Assessoria — será o primeiro equipamento deste tipo utilizado para solução de problemas da economia nordestina. Será também de grande valia, quando da elaboração do IV Plano Diretor da SUDENE.

Através de convênio firmado em junho passado entre a SUDENE e a Universidade Federal de Pernambuco, o Instituto de Física e Matemática será a instituição onde se instalará o cérebro eletrônico, que deverá funcionar no próximo ano.

Fonte: Sudene Informa, 1966

CENTRO

Foram mantidos vários entendimentos entre a SUDENE, o Ministério da Fazenda e a U.F.P., com vistas à instalação do Centro de Processamento de Dados do Nordeste, mediante os quais a Universidade cederá na Cidade Universitária, um terreno para a construção do Centro, ao passo que a SUDENE e o Ministério da Fazenda contribuirão, respectivamente, em recursos financeiros e o equipamento necessário ao seu funcionamento.

De acordo com os entendimentos havidos, a Universidade cederá, na Cidade Universitária, um terreno para a construção do Centro, ao passo que a SUDENE e o Ministério da Fazenda contribuirão, respectivamente, em recursos financeiros e o equipamento necessário ao seu funcionamento.

O Centro de Processamento de Dados do Nordeste deverá entrar em funcionamento em setembro do próximo ano.

Fonte: Sudene Informa, 1967

No ano seguinte, parece ter havido um avanço quanto ao Centro de Processamento. Segundo a Revista Sudene Informa (1967), seria cedido um terreno pela Universidade Federal de Pernambuco para sua instalação, enquanto o Ministério da Fazenda e a Sudene contribuiriam com recursos financeiros e o equipamento necessário. O Centro mesmo deveria funcionar em setembro de 1967.



ANEXOS

ANEXO A – Termos COORDENADOS⁵⁶

Termos coordenados (*)

Sílvia Augusta Marques

1 — INTRODUÇÃO

As técnicas documentais, a cujo impulso modificações radicais se vêm operando no campo do controle da informação, são tema de interesse fundamental para o conhecimento teórico e prático da documentação.

Quando nos dispusemos a encarar os casos concretos da documentação entre nós, fomos forçados a concluir que as técnicas constituíam um problema que desafiava os documentalistas, exigindo soluções lógicas e exequíveis que corrigissem reconhecidas deficiências.

O sistema Termos Coordenados (TC) representa o esforço de uma experiência de 2 anos, desenvolvida sistematicamente, visando ao aperfeiçoamento dos métodos e instrumentos de trabalho da documentação, com o objetivo de proporcionar-lhe rendimento satisfatório. Se dentre os processos técnicos em voga aparece com características originais, devemos-las, não tanto a seus elementos integrantes, mas à maneira pela qual são eles utilizados, alterando posições consideradas definitivas. Evidentemente, não era possível permanecer a documentação enclausurada na rotina de técnicas tradicionais, inadaptáveis às situações atuais de demanda e produção ininterrupta de referências sobre os mais variados conhecimentos. Havia que promover o seu desenvolvimento, colocando-a à altura de competir com as novas tecnologias implantadas pelo avanço das ciências. Atualizá-la, numa palavra.

(*) Trabalho apresentado no V CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, realizado em São Paulo (SP) — 8 a 15 de janeiro de 1967.

⁵⁶ Reprodução do Boletim Econômico da Sudene, v.5, n.1, jan./jun de 1969

A elaboração de TC resultou de uma imposição de ordem prática e sua motivação foram as necessidades com que se defrontou a Documentação Pesqueira do Grupo Coordenador do Desenvolvimento da Pesca (GCDP) da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), reclamando soluções racionais e técnicas para seus problemas de controle da informação. Cumpre ressaltar, porém, que a experiência relatada não revela um interesse estritamente pessoal, nem, tão pouco, limitado ao assunto Pesca e às necessidades do GCDP. Ao contrário, é um modelo de uma solução para aqueles que não ignoram a realidade da documentação, isto é, a alienação resultante da impropriedade de sistemas e métodos que, se foram utilizados com certa felicidade em outros meios, se têm mostrado ineficazes em relação ao meio brasileiro e se vão tornando também avelhantados, mesmo nas terras onde floresceram. Destina-se a sistematizar indiscriminadamente, e eficazmente, qualquer tipo de informação, seja ela técnica, científica ou administrativa.

TC pela sua estrutura e metodologia se apresenta como uma técnica que, em face da realidade dinâmica da documentação, possibilita a obtenção, ordenação e acessibilidade dos documentos, com o fim de manter atuante e até acelerar o processo da informação, de modo que o seu ciclo — reunião, controle e difusão — não se converta num círculo vicioso, cujo gargalo ou ponto de estrangulamento seria precisamente a ordenação dos documentos. Não se faz documentação com uma visão acadêmica e literária da realidade, esquecendo o seu campo movente, isto é, seu dinamismo.

TC não rompe estérilmente com técnicas clássicas, supera-as, fornecendo instrumentos que provocam uma transformação de estruturas que atinge a documentação no seu todo, como ciência e técnica, dando especial relevo a sua organização administrativa, ou seja, à montagem e processamento do sistema de controle da informação.

O aspecto dinâmico da documentação presidiu à elaboração de TC para que sua técnica não se envolvesse em um complexo de problemas e distorções que se acumulariam ao correr dos anos, prejudicando-lhe a prática ou comprometendo-lhe a utilização.

Eis, em linhas muito gerais, quais os problemas da documentação entre nós, bem como as indicações básicas para suas soluções. Não sendo estas apreciadas ou adotadas, de qualquer forma persistirão os mesmos problemas a desafiar o interesse dos documentalistas. Resolvê-los, afinal, é a tarefa que se impõe à sua compreensão e capacidade profissional. Debalde, porém, seria a presunção de reforma sem adequação dos instrumentos de atendimento e de apoio.

A solução despontará da conjugação de esforços, da continuidade de interesse, da percepção lúcida e poder criador dos que trazem sôbre os ombros a responsabilidade de administrar.

2 — CONCEITUAÇÃO

Pela simplicidade do seu aparato material, não seria apropriado qualificar o sistema TC de mecânico, sendo preferível situá-lo entre os sistemas manuais de registro e armazenagem da informação, que êle localiza para posteriormente selecioná-la e recuperá-la por meio de superposição de fichas, o chamado método visual de seleção.

É co-autor do sistema J.M. Brandão que, na qualidade de chefe da Secção de Documentação do GCDP, achou oportuno implantá-lo a partir de abril de 1966.

O sistema se caracteriza : *teoricamente* pelo conceito dinâmico da indexação; *praticamente*, pela flexibilidade que o torna passível de adaptar-se às peculiaridades da organização a que vai servir. Para tanto, faz-se necessário, tão-sòmente, um estudo acurado para averiguar em que sentido conviria utilizá-lo e qual a melhor maneira de explorar sua capacidade de ajustar-se a qualquer estrutura funcional.

Essa flexibilidade se manifesta em 3 planos :

- a) administrativo — com referência à organização das rotinas de serviço;
- b) técnico — embora nas circunstâncias atuais opere manualmente, com um mínimo de equipamento e pressupondo um mínimo de conhecimentos técnicos (perfuração e inserção de fichas nos catálogos e arquivamento das publicações não oferecem dificuldade alguma), suas fichas perfuradas podem ser substituídas pelas memórias dos computadores eletrônicos, sem qualquer modificação substancial do sistema;
- c) científica — na organização do índice, a sistemática técnico-científica pode ser ou não observada, segundo a conveniência do indexador, sem perda do valor científico ou técnico da informação.

O sistema foi divulgado por meio de 2 publicações : “Têrmos Coordenados : Novo Sistema de Documentação” (1) e “Novo Sistema de Documentação para a Pesca” publicado no Boletim de Estudos de Pesca da SUDENE (2). Êste último estudo foi também

(1) S.A. MARQUES & J.M. BRANDÃO, Têrmos Coordenados : Novo Sistema de Documentação (redação preliminar), Recife, SUDENE, 1965. (Documentos de Pesca, nº 2).
 (2) S.A. MARQUES & J.M. BRANDÃO, Novo Sistema de Documentação para a Pesca 5(2) : 43-50, mar./abr. 1965.

editado pelo GCDP em português, inglês e francês (separata). Esses trabalhos têm sido largamente divulgados, com ampla repercussão no Brasil e no exterior.

A tradução de TC consagrou as expressões "Tabulated Terms" para o seu uso em inglês e "Termes Coordonnés" em francês.

3 — ESTRUTURA

TC tem por elementos básicos *índices* e *fichas perfuradas*, expedientes conhecidos e já utilizados em outros processos mecânicos de documentação (Solecto, Peack-a-boo, etc.), aos quais deu tratamento inédito.

3.1 — *Indexação por desdobramento*. Na teoria, é uma conceituação dinâmica da indexação, em oposição à conceituação estática, tal como vem sendo estudada e praticada tradicionalmente pela documentação. Índices móveis, como as próprias idéias que as palavras expressam, agrupando-se, ou partindo-se, ao sabor das injunções, para formar novos núcleos de idéias, novos índices, com autonomia própria, e impulsionados, também eles, pela dinâmica do sistema. Esses índices podem ser comparados a compartimentos estanques, cingidos por uma forte estrutura externa, dentro da qual podem fragmentar-se em novos compartimentos, mantida, entretanto, a unidade de conjunto. Essa estrutura, na indexação, é a ordem alfabética.

Na prática, indexação por desdobramento é o levantamento de um índice que não se restringe a relacionar em ordem alfabética palavras e expressões que identificam os assuntos dos documentos. Relaciona-os, desdobrando-se: o índice multiplica-se em tantos outros índices menores quantos os aspectos subordinados ao assunto a documentar. É um índice global fragmentado em inúmeras secções denominadas Índices Secundários (IS), mas, com individualidade própria, ou seja, possuindo sua própria ordem alfabética.

O ponto de partida é a determinação do assunto a documentar, de acôrdo com os objetivos e necessidades da organização em que o sistema será implantado. Fixado o assunto, processa-se o levantamento das idéias gerais ligadas a êsse núcleo, as quais constituirão os IS, e dentro de cada IS as idéias específicas que lhes correspondem. Idéias gerais e idéias específicas reduzidas a palavras ou expressões — os *têrmos* — que descrevem e caracterizam o conteúdo dos documentos. Nesse trabalho, não prescinde o documenta-

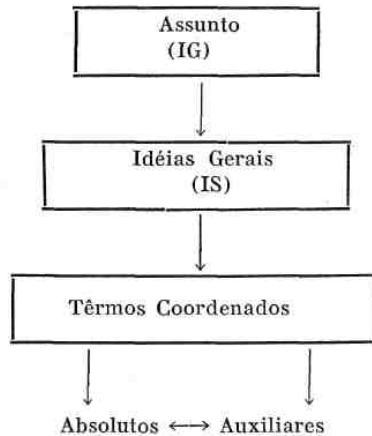
lista, ainda que versado nos tratados e na literatura corrente sobre a matéria, do assessoramento de um especialista, para seleção de termos que se enquadrem na terminologia técnico-científica e satisfaçam as exigências documentais.

A maneira mais fácil de fazer um índice é considerar a estrutura da instituição na qual o sistema será empregado, pois qualquer organização que envolve a aplicação de ciências e técnicas diversas tem seus departamentos, divisões e seções dispostos em organograma de conformidade com os objetivos dessas ciências ou técnicas. A documentação movimenta-se em função desses objetivos e sobre eles levanta a série de idéias gerais — IS e termos específicos com vistas a atingir os fins e a atender as necessidades correntes. Assim, o Índice Geral (IG) para a documentação do GCDP focalizou a pesca sob um triplicê aspecto, o que corresponde ao organograma geral do GCDP : Divisão de Indústria, com as seções de Economia, Engenharia Pesqueira, Cooperativismo, Administração Pesqueira; Divisão de Recursos Pesqueiros, com as seções de Biologia, Tecnologia da Pesca e Tecnologia do Pescado; e a seção de Documentação, chamada interdivisional.

O termo fixa noções gerais, que se definem em função da idéia específica do IS a que está vinculado. Por conseguinte, um mesmo termo pode aparecer em 2, 3 e mais IS; em cada um deles, porém, assume conceito particular, dependente dessa idéia geral. Ex : Lagosta como termo, figura nos IS Crustáceos, Métodos e Aparelhos de Pesca, Tecnologia do Pescado, Administração Pesqueira, Economia Pesqueira, etc. Em cada um deles, todavia, seu significado é diverso. Este levantamento preliminar dos IS e seus respectivos termos constitui o IG da documentação a ser inventariada. Nêle os assuntos estão individualizados por termos que fornecem tôdas as informações que com os mesmos se relacionam. É o veículo de comunicação entre o indexador e o usuário da informação.

Os termos específicos são de 2 espécies : *absolutos* — aquêles que por si só expressam uma idéia geral, ex. : lagosta do IS Crustáceos; e termos de apoio ou *auxiliares*, aquêles que se tornam significativos quando justapostos a outros na formulação de idéias complexas. São termos auxiliares a migração, maturidade (também do IS Crustáceos) e todos aquêles designativos de lugar, tempo e forma de documentos, como bibliografias, relatórios, estatísticas etc. É claro que em virtude da flexibilidade do sistema, essa classificação dos termos está sujeita às idéias específicas dos IS, de tal modo que um termo auxiliar, num determinado IS, poderá ser termo absoluto noutro IS e vice-versa.

A elaboração de um índice poderá ser visualizada pela seguinte representação gráfica :



Graças à sua natureza de índice desdobrável, a saber, um índice com características dinâmicas, que não se reduz, apenas, a ser vários índices arrolados dentro de um índice geral, mas, em qualquer momento, susceptível de ser um de seus termos desdobrado em novos índices, se assim o exigirem a conveniência do documentalista, o volume crescente de documentos individualizados por um termo ou a própria matéria, os índices recém-desmembrados intercalam-se na ordem alfabética geral e eles mesmos estabelecem a sua alfabetação. A localização dos termos nos IS é indicada por meio de remissivas.

A qualificação de "Coordenados" advém da possibilidade de se combinarem os termos de um mesmo IS na articulação de idéias complexas. Essa combinação liga-se estreitamente à natureza dos termos, segundo o esquema já mencionado : termos absolutos ou auxiliares.

Cada IS é distinguido por 3 letras maiúsculas tiradas de sua própria designação. Essas maiúsculas antecedem a numeração progressiva dos documentos que a êle pertencem, localizando-os no IG e nas estantes. Assim, o IG por si mesmo reúne, ordena, seleciona e recupera os documentos, além de agrupá-los nos arquivos por assunto específico.

Tomemos para exemplificação do exposto o índice levantado para a documentação do GCDP (3), cujo assunto foi PESCA, como foi referido, e do qual se desmembraram até o presente 25 IS, ou seja, 25 idéias gerais selecionadas de modo relativamente arbitrário, porquanto, de acôrdo com os objetivos daquele Grupo, também já citados, a PESCA é analisada sob 3 pontos de vista : científico, técnico e econômico. Vejamos quais são êsses IS, como se sucedem na ordem alfabética e que letras maiúsculas os precedem :

ADP - Administração Pesqueira	MAP - Métodos e Aparelhos de Pesca
ANF - Anfíbios	MOL - Moluscos
BAR - Barcos	NAV - Navegação Pesqueira
CRU - Crustáceos	OCE - Oceanografia
COP - Cooperativismo	PAD - Peixes de Água Doce
CUL - Culinária	PEM - Peixes Marinhos
DOP - Documentação Pesqueira	PLM - Plantas Marinhas
ECP - Economia Pesqueira	PIS - Piscicultura
EDP - Educação Pesqueira	PPS - Produtos Pesqueiros Secundários
EGP - Engenharia Pesqueira	REP - Répteis
EQT - Equinodermos	TEP - Tecnologia do Pescado
HID - Hidrografia	
MAM - Mamíferos	

E para melhor compreensão do IG, vejamos duas partes dêsse mesmo índice, as quais evidenciam o papel dos IS e das remissivas e a disposição dos mesmos. No IG, tal como se apresenta, não foram incluídos termos auxiliares de lugar e tempo. Eles surgirão à medida que os documentos os consignem e se tornem material de interesse para a informação.

A

Abastecimento	ver em Peixes Marinhos
ver em Economia Pesqueira	ver em Répteis
Abundância	Ácidos
ver em Anfíbios	ver em Produtos Pesqueiros Secundários
ver em Crustáceos	ver em Tecnologia do Pescado
ver em Mamíferos	Aclimação
ver em Moluscos	ver em Anfíbios
ver em Peixes de Água Doce	

(3) J.M. BRANDÃO, Índice para a Documentação de Pesca da SUDENE : levantamento preliminar liminar dos termos. Recife, SUDENE, 1965. (Documentos de Pesca, 3).

- ver em Crustáceos
 ver em Mamíferos
 ver em Moluscos
 ver em Peixes de Água Doce
 ver em Peixes Marinhos
 ver em Piscicultura
 ver em Répteis
 Açudes
 ver em Economia Pesqueira
 ver em Engenharia Pesqueira
 ver em Piscicultura
 Administração
 ver em Cooperativismo Pesqueiro
 ver em Documentação Pesqueira
 ver em Investigações Pesqueiras
 ver em Piscicultura
 ver também AD. PESQUEIRA
 ADMINISTRAÇÃO PESQUEIRA
 bibliografias
 créditos
 direitos
 direito-internacional
 empresas
 PENESA
 exploração
 explosivos
 frigoríficos
 higiene e sanidade
 inseticidas
 leis
 normalização
 orçamentos
 portarias
 pragas
 projetos
 publicidade
 recursos pesqueiros
 regulamentos
 rios
 seguros
 SUDENE
 SUDEPE
 Adubos
 ver em Produtos Pesp. Secundários
 Aeração
-
- C
-
- Créditos
 ver em Administração Pesqueira
 ver em Barcos
 ver em Cooperativismo Pesqueiro
 ver em Métodos e Apa. de Pesca
 CRUSTÁCEOS
 Bibliografias
 Taxionomia
 família
 nome científico
 nome comum
 Morfologia
 amostragem
 citologia
 esqueleto
 histologia
 pigmentação
 Fisiologia
 bioquímica
 conteúdo estomacal
 circulação
 digestão
 fecundidade
 fertilização
 locomoção
 luminescência
 maturidade
 nutrição
 respiração
 sistema nervoso
 Genética
 Embriologia
 Evolução
 alometria
 desova
 dinâmica de população

história adulto	distribuição geográfica
história larval	hábitos
natalidade	marcação
Patologia	migrações
doenças	mutações
mortalidade	ver também AD. PESQUEIRA
parasitos	CULINÁRIA
pragas	ECONOMIA PESQUEIRA
Ecologia	MET. E AP. DE PESCA
abundância	PISCICULTURA
aclimatação	PROD. PESQ. SEC.
captura	TEC. DO PESCADO

Observações :

a) ADMINISTRAÇÃO PESQUEIRA e CRUSTÁCEOS são IS.

b) Nos IS que versam sobre estudos biológicos (Crustáceos, Peixes, etc.) a ordem dos termos obedece mais ou menos à classificação científica a fim de facilitar o trabalho do indexador, que deve registrar hierarquicamente os assuntos. Ex. : todo documento que trata de *aclimatação* deve ser registrado também em *ecologia*. No catálogo das fichas perfuradas, entretanto, a ordem dos termos é sempre alfabética.

3.2 — *Fichas* — No sistema TC a ficha perfurada funciona como a memória do sistema; ela guarda a informação que o índice registra, possibilitando a pronta e rápida seleção e acessibilidade dos documentos. Dois tipos de fichas foram levantados, ambas idênticas na sua estrutura, mas diversas quanto à capacidade de armazenagem : a ficha para a documentação técnico-científica, com capacidade para 18.000 documentos, e a ficha para a documentação administrativa, com capacidade para 2.800. Evidentemente, a ficha para a documentação técnico-científica poderia funcionar perfeitamente para a documentação administrativa; mas, dada a natureza desses documentos, todos eles destinados aos arquivos mortos (intervalos regulamentares de 3 a 5 anos no máximo) não haveria necessidade de se lidar com fichas de tão grande capacidade.

A ficha para a documentação técnico-científica é impressa em papel ficha de 48 gr, em formato retangular, de 38 X 27 cm e com 18.000 quadrículas de 2 mm², dispostas em grupos de 100, formando blocos de 10 X 10, ao todo 17 blocos na extensão do comprimento; com a separação de meio centímetro da fila imediatamente supe-

rior, alinha-se outra série de 17 blocos, e assim sucessivamente, até perfazer o total de 10 fileiras de 17 blocos. Acompanham os blocos das margens laterais da ficha, no sentido da altura, números-guias — algarismos de 0 a 9 — que indicam as dezenas; as unidades são também indicadas por números-guias de 0 a 9, dispostos horizontalmente sobre os blocos que compõem as fileiras 4º e 8º; centenas e milhares são indicados por guias que encimam cada um dos blocos de 100 quadriculas (ver anexo 1). O número da quadricula é indicado pela intersecção de uma linha que parte da guia horizontal para a vertical ou vice-versa. Essa determinação é feita com a ajuda de esquadros ou régua em T que auxiliam ainda a leitura das quadriculas já perfuradas. Nos 4 cantos exteriores vêem-se 4 círculos, que assinalam os pontos a serem vazados, para fixação da ficha num pequeno aparelho, que facilitaria a perfuração e a leitura das quadriculas, quando se fizesse necessária a superposição de mais de uma ficha.

A ficha para a documentação administrativa mede 23 X 16 cm e suas quadriculas são de 3 mm² (ver anexo 2).

Para a documentação técnico-científica, a capacidade de armazenagem das fichas pode ser ampliada indefinidamente, bastando para tanto que se lance mão do artifício do índice desdobrável, que faculta a conversão de um termo qualquer de um IS em outro IS, e assim repetidamente, se a tanto o obrigarem as circunstâncias. Ex : Lagosta, atualmente, foi incluída no IS Crustáceos, mas o grande volume de publicações sobre o assunto sugere a transformação desse termo específico em um novo IS. Se tal ocorrer, conquanto desvinculado de sua classe, lagosta, como novo IS que é, fornecerá informações tão completas quanto antes.

A documentação do GCDP com o IG atual, subdividido em 25 IS, possui capacidade para armazenar 25 X 18.000 documentos, ou seja, 450.000.

No processamento das fichas as denominações dos IS — Administração Pesqueira, Anfíbios, etc. — são transcritas em fichas perfuradas, que funcionam como guias para que o indexador nelas assinala as quadriculas já ocupadas por documentos, assegurando a continuidade da numeração e evitando erros na notação dos documentos. Uma consulta a uma dessas fichas-guias dirá, de relance, quantos documentos existem sobre um assunto qualquer definido por um IS. A cada termo corresponde uma ficha quadriculada que, repetindo o que foi dito anteriormente, registra, seleciona e recupera a informação. O termo é transcrito no canto superior da ficha à esquerda, sempre precedido das 3 maiúsculas que caracterizam o IS a que

se filia. Essas fichas quadriculadas encabeçadas pelos termos formam um catálogo, cuja ordem é alfabética. A cada quadricula corresponde um documento que recebe uma numeração progressiva, a partir de 0, ficando reservadas para êle tôdas as quadriculas que se apresentem em posição análoga nas fichas perfuradas que compõem êsse IS. O documento é registrado em tantas fichas quantas são as que apontem termos que lhe dizem respeito, mediante a perfuração manual da quadricula que lhe foi consignada e cujo número integra o seu número de acesso. A notação do documento, obviamente, compõe-se dêsse número da quadricula, antecedido das 3 letras do IS. O uso das letras é insubstituível, pois a numeração dos documentos repetir-se-á tantas vêzes quantos forem os IS formados. Na documentação do GCDP haverá 25 documentos para cada um dos números de suas 18.000 quadriculas. Sômente as letras distinguirão entre si êsses 25 documentos.

Selecionam-se e reobtem-se as informações concernentes a idéias complexas, referentes a 2 ou mais termos de um mesmo IS, superpondo-se as fichas correspondentes; as quadriculas perfuradas em tôdas as fichas, dando passagem à luz, reportam-se aos documentos que tratam das referências desejadas.

4 — METODOLOGIA

A implantação do sistema TC deve obedecer ao seguinte método, cujas diretrizes são ditadas pelas normas administrativas da documentação a que vai servir. Vejamos o seu funcionamento :

a) O trabalho intelectual de levantamento do IG é condição essencial, e dêle dependerá a maior ou menor eficiência do sistema. O índice deve configurar, tão objetivamente quanto possível, a sistematização técnico-científica a documentar, dando particular realce aos fins e necessidades da documentação.

b) Pronto o índice, inicia-se a catalogação das publicações para redação da ficha topográfica, assim chamada por sua função de localizar o documento no IS que lhe é específico, bem como nos arquivos ou estantes. O catálogo que as reúne (ordem alfabética dos IS e dentro dêstes a numeração progressiva dos documentos) assume também as funções do catálogo sistemático. A ficha topográfica mede 23 X 16 cm, de modo que no seu corpo figurem todos os termos que definiram o seu conteúdo (ver anexo 3).

c) Indexação da publicação, ou seja, escolha dos termos que a identificam.

d) Uso dos termos selecionados para redação do RAPI — Resumo Analítico por Indexação — outra particularidade do sistema. O RAPI deve ser transcrito no verso da ficha topográfica.

e) Numeração da publicação, atribuindo-se-lhe o número de acesso, cuja notação já foi explicada quando do processamento das fichas perfuradas. Acontece, porém, que uma publicação pode conter vários documentos, isto é, vários assuntos autônomos; portanto informações diversas, que dentro do conceito de documentação são considerados como documentos à parte. Para estas publicações, o número de acesso é tomado ao primeiro termo anunciado. Os demais documentos têm o número que lhes fôr indicado pelo seu respectivo IS, mas, para eles, em vez de serem redigidas fichas topográficas, fazem-se fichas remissivas para a topográfica do número de acesso, remissivas inseridas no catálogo topográfico de acordo com a ordem numérica do seu respectivo índice.

f) Localização da quadrícula nas fichas perfuradas cujos termos classificam o documento e sua imediata perfuração.

g) Pintura do número de acesso na publicação e arquivamento desta.

h) Inserção, em seus respectivos catálogos, da ficha topográfica e das fichas perfuradas para registro do documento analisado.

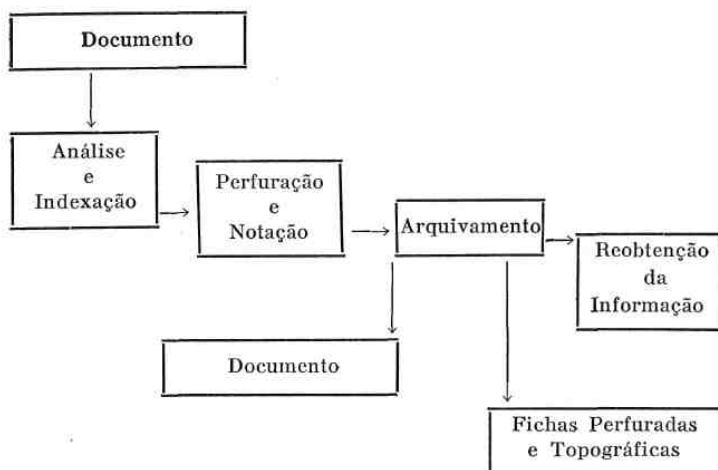
Como observações finais, cumpre salientar :

a) Por ser o autor referência sumamente importante em qualquer documentação, TC organizou um catálogo de autor “sui generis”, uma ficha única para cada autor individual ou coletivo; no campo dessa ficha são transcritos os números de acesso dos documentos de sua autoria.

b) Visando-se a uma maior elasticidade para o número de documentos, é recomendável analisar os periódicos separadamente, criando-se para eles catálogos especiais (fichas perfuradas e topográfico).

c) À disposição do público ficam o catálogo topográfico e o IG convertido em fichas, dêste constando, apenas, aqueles termos selecionados em publicações já indexadas.

A metodologia de TC pode ser esquematizada pelo seguinte gráfico :



5 — EQUIPAMENTOS

TC funciona com um mínimo de exigências em relação a equipamentos. Material de consumo especial: as fichas quadriculadas, padronizadas pelo sistema. Material permanente: fichários para seus catálogos, vazador manual de fichas, régua em T ou esquadros e o dispositivo para fixação da ficha, o qual, apesar de programado, não foi ainda fabricado, por não ser imprescindível ao bom funcionamento do sistema, conquanto lhe complete a eficiência.

6 — DOCUMENTAÇÃO ADMINISTRATIVA

É inegável nas últimas décadas o aumento, em número e volume das atividades governamentais, disso resultando maior complexidade na organização administrativa. Impõe-se a adoção de sistemas documentais que solucionem os problemas criados pelas novas circunstâncias.

A organização da documentação administrativa, sua classificação, tramitação e reunião constituem matéria pendente de regulamentos. Enquanto a documentação técnico-científica tem por objetivo reunir, classificar e divulgar documentos, a documentação administrativa cogita, apenas, da classificação, vale dizer, da organização racional e do uso adequado dos arquivos, segundo um critério previamente escolhido, de maneira que, permanecendo guardado o do-

cumento, possa êle ser localizado rapidamente, quando necessária sua consulta. No processo de arquivamento, de caráter rotineiro e contínuo, é fundamental o papel do sistema adotado, que torna compatíveis acessibilidade e manuseio de documentos. A finalidade de TC na documentação administrativa é assegurar o máximo de eficiência no processo burocrático e, mediante a aplicação de seus métodos científicos de organização, conseguir economia de tempo e material nos serviços e melhor utilização das capacidades individuais dos servidores.

Sua implantação na Secção de Documentação do GCDP teve por objetivo melhorar e racionalizar a estrutura e funcionamento dos arquivos administrativos.

TC permanece fiel a seus elementos básicos — índices e fichas perfurados — mas em virtude da flexibilidade de sua técnica, que atende necessariamente às finalidades da documentação visada, funcionará dentro de novo esquema : os IS são representados, não pelas idéias gerais, tal como acontece na documentação científica, mas pelos termos que definem as “*formas*” do documento, a saber : ofícios, memos, cartas, circulares, ordens de serviço, etc. Levantam-se tantos IS quantos os tipos de documentos a registrar, no caso, agrupados em duas ordens : ofícios, memos, cartas, etc. expedidos, e ofícios, memos, cartas, etc. recebidos. Nesses índices observa-se a ordenação alfabética dos termos que determinam o assunto particular de cada um dêles. Essa relação é levantada à medida que os ofícios, memos, cartas, etc. são expedidos ou recebidos.

A ficha para a documentação administrativa foi descrita no item 3.2. Sua manipulação obedece às técnicas referidas. A metodologia, contudo, sofre alteração digna de nota, desde que suprime os catálogos de autor e topográfico, o que atesta as múltiplas facetas das aplicações de TC. O próprio documento — ofício, memo, carta, etc. — é arquivado pelo número de acesso. A reobtenção da informação faz-se diretamente da ficha perfurada para o documento.

7 — APLICAÇÕES

TC vem sendo aplicado com êxito na documentação técnico-científica do GCDP, desde abril de 1966, no Instituto de Oceanografia da Universidade Federal de Pernambuco, a partir de agosto de 1966 e na documentação administrativa da Secção de Documentação do GCDP, desde julho de 1966. Sua implantação no Instituto de Oceanografia deveu-se à ajuda que lhe prestou o GCDP, mediante convênios firmados, cabendo a J.M. Brandão o encargo de levantar o índice, treinar o pessoal, orientar e assistir a montagem do sistema.

Essas experiências de TC se afiguram plenamente satisfatórias. Deve-se ter em mente que uma compreensão mais exata do assunto demanda esclarecimentos teóricos que virão, sem dúvida alguma, com a introdução do sistema em outros centros de documentação, organismos administrativos e bibliotecas.

8 — CONCLUSÕES

As vantagens, desvantagens e dificuldades de TC, de caráter nitidamente documental, constam das publicações já citadas (4). As conclusões que desejamos apresentar neste nosso trabalho dizem respeito, tão — somente, às perspectivas de realizações que TC deixa entrever.

Como todo sistema de organização, embora seja uma técnica estruturada em princípios e métodos, também êste é, em prática, antes de tudo uma aplicação do bom senso. Baseando-se na experiência e no estudo, adapta-se às necessidades peculiares à documentação a que vai servir, e sua eficiência dependerá da menor ou maior propriedade com que fôr manejada. Sua construção é bastante simples. Pode ser utilizado para documentações pequenas e de caráter geral, e para documentações complexas que buscam informações superespecializadas, além de ser extremamente útil nos serviços burocráticos. Forçoso é convir que suas técnicas modificam totalmente a organização das bibliotecas especializadas, centros de documentação e arquivos de qualquer espécie. No campo das bibliotecas públicas e da teoria da administração de emprêsas, oferece oportunidade para investigações e aplicações ainda inexploradas. Num estágio como o em que vivemos, de uso generalizado dos sistemas de processamento de dados com o auxílio de equipamento eletrônico, cabe-lhe de direito uma posição intermediária entre métodos tradicionais, que se tornam obsoletos, e as modernas técnicas da Cibernética.

O sistema TC é uma solução atual, para os problemas atuais da documentação, no espaço e no tempo.

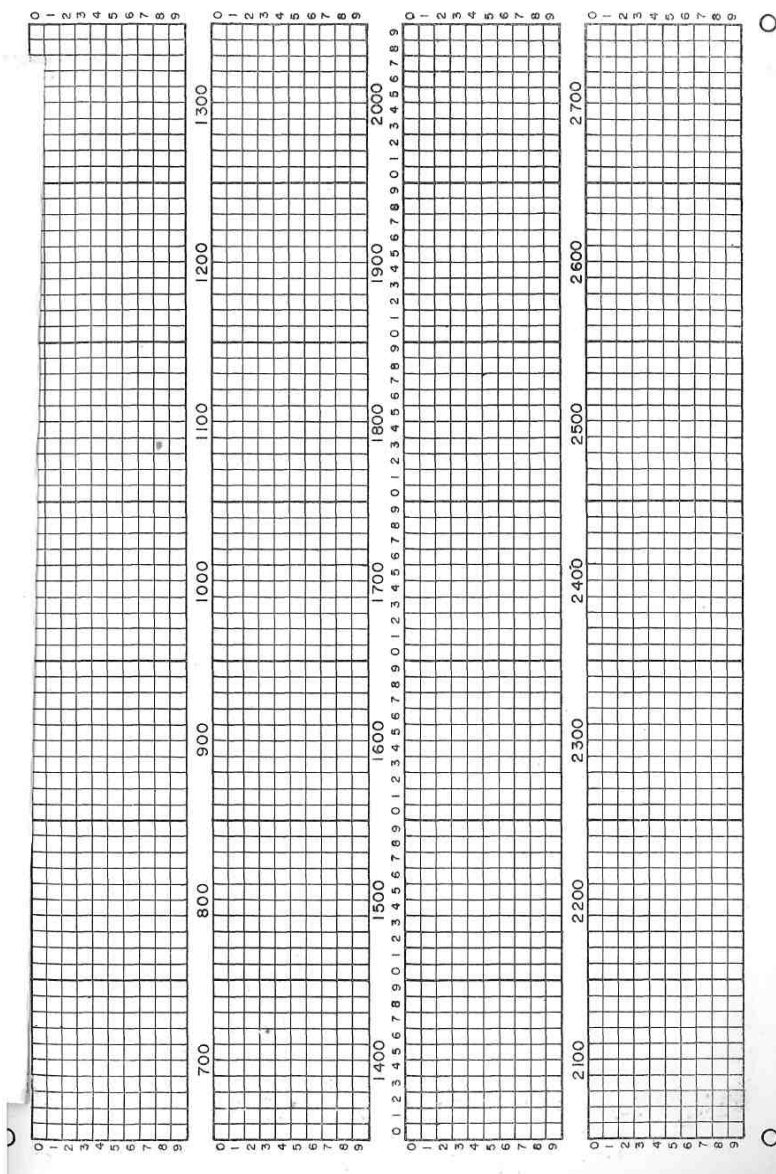
9 — ANEXOS

- 9.1 — Ficha-Memória para registro de 18.000 documentos.
- 9.2 — Ficha-Memória para registro de 2.800 documentos.
- 9.3 — Ficha-topográfica.

(4) *Op. cit.*

BIBLIOGRAFIA

- AMERICAN DOCUMENTATION. — Trimestral. Washington. American Documentation Institute.
- BRADFORD, S.C. — Documentação. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.
- BRANDÃO, J.M. — Glossário de nomes dos peixes : português, sistemático, inglês. *Bol. Est. Pesca* 4 (4), jul./ago. 1964.
- — Glossário de nomes dos peixes : inglês, sistemático, português. *Bol. Est. Pesca* 4 (5), set./out. 1964.
- — Glossário de nomes dos peixes : sistemático, português, inglês. *Bol. Est. Pesca* 4 (6), nov./dez. 1964.
- — Índice para a Documentação de Pesca da SUDENE; levantamento preliminar dos termos. Recife, SUDENE, 1965. (Documentos de Pesca, 3) .
- CALDER, Ritchie — Les travaux de la conférence internationale sur le traitement numérique de l'information. (UNESCO, Paris 15-20, jun. 1959) *B. UNESCO Bibl.* 13 (10) : 230-231, out. 1959.
- CASEY, Robert S. — Punched cards : their applications to science and industry. New York, Reinhold Publishing Co., 1958.
- CLEVERDON, Cyril — Enquête sur l'efficacité relative des systèmes de recherche des informations. *B. UNESCO Bibl.* 12 (11-12) : 267-270, nov./dez. 1958.
- FID, Linhas gerais de uma política a longo prazo. Haia, 1960. (FID publ. n° 325) .
- MARQUES, S.A. & BRANDÃO, J.M. — Termos Coordenados : novo sistema de documentação. (Redação preliminar). Recife). SUDENE, 1965. (Documentos de Pesca, n° 2) .
- — Novo Sistema de Documentação para a Pesca. *B. Est. Pesca* 5 (2) : 43-50, mar./abr. 1965.
- PAULO, Zeferino Ferreira — Organização da informação científica e técnica. Recife, s. ed. 1965. (Súmulas de aula).
- REICHARDT, Günther — Caráter internacional de la indización por materias, sobretudo en la esfera de la energia nuclear. *B. UNESCO Bibl.* 15 (1) : 12-18, jan./fev. 1961.
- RIGBY, Macolm — Mechanization of the UDC. Washington, American Meteorological Society, 1964.
- SAILA, S.P. et alli — An international service for retrieving aquatic science literature Roma, FAO, 1962. (FAO Fisheries Biology Paper, n° 20).
- SCIENTIFIC INFORMATION NOTES — Washington, National Science Foundation.
- SHEELE, Martin — Punch-card methods in research and documentation, with special reference to biology. New York, Interscience Publishers Inc., 1961. (Library Science and Documentation, 2) .
- WANDERLEY, Manoel Adolpho — Classificações especializadas. Rio de Janeiro (s. ed.).



				n° de acesso		cdi.	
n° do documento		n° do documento		autor			
título							
local de publicação		editor		ano		edição	
período observação		série					
termos coordenados		termos coordenados		termos coordenados			
audena - sl/cp sec. inf. - I							

términos coordenados	términos coordenados	términos coordenados
rapi, resumo ou sinopse		

ANEXO B – Tramitação de Documentos da Sudene 285

DA
895
ARQUIVO

SUDENE/CIN-DO
SIPAR-FT 438

SUDENE / CIN-DO
ARQUIVO -
A 895

Série Arquivo n.2
MINISTÉRIO DO INTERIOR
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
Divisão de Comunicações e Arquivo
Seção do Arquivo Geral

X TRAMITAÇÃO DE DOCUMENTOS NA SUDENE

por
Severino Sílvia do Monte
bibliotecário

SUDENE
BIBLIOTECA CELSO FORTADO

DAG - DD
Setor Gráfico e de Reprodução
set. 1967
Recife

CDU 354.106:651.5

SUMÁRIO

Apresentação	P.1
Arquivo Geral	6
Expedição	7
Fluxograma da Tramitação de Documentos	9
Organograma do Arquivo Geral	11
Organograma da Div. de Comunicações e Arquivo	8
Síntese do expediente sobre Arquivos	10-11
Sumário	2
Tramitação de Documentos	3-7

* * *

A p r e s e n t a ç ã o

Aqui está o número dois da série Arquivo que nos propomos apresentar aos colegas encarregados dos arquivos departamentais e divisionais da SUDENE a fim de que nos aproximemos cada vez mais de uma uniformização na sistemática de arquivo do órgão de desenvolvimento do Nordeste, pois só assim teremos um serviço eficiente de informação à mão.

Aguardamos sugestões dos que desejam ver o sistema de arquivo da SUDENE toda funcionando como se fôsse um só arquivo.

O regulamento de arquivos prevê uma descentralização nestes serviços para melhor atender "in loco" às consultas necessárias, mas por outro lado prescreve centralização para os documentos solucionados, a fim de que todos os interessados possam utilizar a documentação já solucionada. Infelizmente, porém, os documentos permanecem por dezenas de departamentos e o Arquivo Geral jamais poderá fichar aquela documentação que não está mais em arquivo ativo e por isto mesmo deveria estar centralizada no Arquivo Geral que coordena os outros arquivos, como diz a portaria 251-A/67.

Esperamos um dia poder contar com a cooperação pelo menos dos nossos colegas encarregados dos arquivos departamentais que chamamos de arquivos ativos.

Severino Sílvia do Monte
chefe da seção de
Arquivo Geral/CA/DAG

TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS NA SUDENE

por Severino Sílvio de Monte
bibliotecário

A Divisão de Comunicações e Arquivo do Departamento de Administração Geral da SUDENE é o órgão responsável pela transmissão de documentos que entram ou saem dos vários Departamentos e Escritórios do órgão de desenvolvimento no Nordeste do Brasil.

A portaria 89/64 de 30.03.64, assinada por Celso Monteiro Furtado, prescreve o seguinte no artigo 33: "Ao chefe da Divisão de Comunicações e Arquivo, compete: a) planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar os trabalhos de Arquivo e Expediente da SUDENE; b) instalar o sistema de códigos e de controle da documentação a ser arquivada e promover a classificação e codificação dos documentos; c) promover conservação da documentação que se tornar sem efeito, obedecendo à regulamentação própria; d) estudar e propor sistemas de trabalhos que venham melhorar os serviços de comunicações e arquivo, junto ao Diretor do DAG; e) organizar o arquivo morto dos documentos referentes aos assuntos concluídos; f) requisitar o material destinado aos trabalhos do expediente e arquivo; g) promover instrução e organização, colaborando na manutenção dos arquivos descentralizados pelos demais órgãos da SUDENE; h) responsabilizar-se pela qualidade, conservação e integridade do patrimônio sob sua guarda; i) apresentar ao Diretor do DAG relatório mensal das atividades de comunicações e arquivo; j) promover entrada e saída de malotes, documentos impressos e opóides, que integram o Expediente Geral da SUDENE; l) requisitar verba e prestar contas das despesas efetuadas nos serviços de Comunicações e Arquivo; m) responsabilizar-se pelo serviço de sigilo, qualidade e eficiência dos serviços de expediente; n) estabelecer contactos com as companhias de aviação sobre tarifas e outros assuntos atinentes a passageiros aéreos; o) supervisionar o sistema de concessões em vigor, controlar as despesas correspondentes às passagens concedidas (semanalmente a CA remete ao DAG a relação das passagens requisitadas); p) verificar o cumprimento dos critérios estabelecidos na realização dos trabalhos sob sua direção; q) prestar informações sobre assuntos de sua especialidade (o andamento dos documentos, consultas de arquivo, sistema da rede telefônica e rede de estações de rádio); r) responsabilizar-se pela qualidade e eficiência dos serviços que lhe são cometidos.

S e c ç õ e s - Estes serviços são prestados através das seguintes seções: 1. Expediente, com os setores de Protocolo Geral, Resumo, Processos, Codificação e Informação e Expedição. 2. Arquivo Geral, com os setores da Guarda de Documentos, Consultas, Controle de Processos, Arquivo Morto e Coordenação do sistema de arquivos de nível departamental e divisional. 3. Passagens Aéreas, com os seto-

res de Requisição de Passagens, Compra, Controle de Faturas, Registro das Passagens requisitadas e Relatórios Semanais. 4. Telecomunicações (CENTEL), com os setores de Transmissão, Recepção, Telox, Radiotelegrafia e Manutenção, contando atualmente com estações de rádio no Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Montes Claros, São Luís, Teresina, Salvador, Fortaleza, Petrolina, Ribeira do Bomal, Mórro do Chapéu e a central em Recife.

Tramitação - Os documentos vêm do Correio, Livrarias e do Público em Geral. Solucionados os documentos, após a resposta dada aos remetentes, o Arquivo Geral guarda-os para consultas posteriores, arquivo morto ou incineração. A seguir veremos a rotina desta tramitação olhando em primeiro lugar documentos que chegam de fora e logo depois faremos um estudo dos documentos produzidos pela própria SUPLENTE.

Entrada - O serviço do Protocolo Geral recebe a documentação. No cartão protocolo anota-se o número tomado por aquele documento, a hora e data de entrada, como também os anexos que o acompanham. A 1ª via entrega-se ao interessado, a 2ª via arquivar-se para efeito de conferência posterior. O segundo passo dado é a seleção dos documentos oficiais e da correspondência particular que imediatamente é entregue às secretarias departamentais para distribuição aos servidores. A documentação oficial, dirigida a diretores, chefes de Divisões, de Grupos e Projetos são então entregues à carteira de resumo. Este setor faz a triagem dos documentos que mereçam capotar-se em processo e os que serão imediatamente resumidos e remetidos aos departamentos após o protocolo em ficha verde, tamanho 20 x 12,50 cm. Os documentos que vão formar processos ainda são selecionados entre os que já têm processo, e neste caso vão ser apenas anexados e os que formarão novos processos. Estes são resumidos em ficha de resumo própria, indicando-se o código conforme a procedência, o número do protocolo, data de entrada e o nome do departamento ao qual se destina. Toda documentação nacional ou internacional que trate de ajuda técnica ou financeira internacional segue imediatamente, para a Assessoria de Cooperação Internacional (ACI), nos termos da portaria 517/64. O setor de Codificação e Informação dá o terceiro passo na tramitação do papel. Ali o documento é pesquisado e codificado. A codificação serve para auxiliar na localização da ficha com o assunto registrado. Cada assunto de uma determinada firma poderá ser anotado na mesma ficha, constando ali o número do processo em que fica aquele documento e o resumo do assunto e apenas uma frase; consta também o tipo do documento, se foi ofício, memorando, carta etc. As fichas já codificadas são arrumadas pelo nome dos Estados e dentro desta ordem o arranjo alfabético dos órgãos municipais, estaduais, federais, sociedades de economia mista, indústrias, comércio etc.

A chefia da seção recebe o documento já resumido e codificado para checar, fazer a revisão e autorizar a remessa para os departamentos aos quais se destinam. Se não existe nada referente ao assunto então o documento vai à carteira de formação de processos onde é capado, tomando uma capa da cor que simbolize o assunto nos termos da portaria 251-A/67: Investimento(verde), Convênio(gelada), Bolsas (rosa), Material(cinza claro), Pessoal(cinza escuro), Contabilidade(azul claro) Contrato(azul escuro), Assistência Técnica(creme), Indenização(areia), Diversos (amarelo).

Processamento - O documento é numerado, conforme a numeração continuada no livro de registro; anota-se a procedência e o assunto na capa. Para maior segurança de documentos que compõem o processo, perfuram-se as folhas à maneira de cheques. O encarregado rubrica todas as folhas. Havendo posterior anexação de outros documentos, esta autenticação é feita pelo funcionário que efetuar a anexação, diz a portaria referida. O verso da primeira folha da capa tem os seguintes dizeres: "O presente processo consta de tantas folhas, numeradas e rubricadas, sob protocolo nº tal, acompanham tantos anexos. Data e assinatura do responsável pelo serviço."

A retirada de qualquer documento do processo só poderá ser efetuada pela chefia da seção de Expediente da CA.

Fronte ao processo, vem o controle. Os fichários Kardex são arrumados por data e número crescente do processo. Na ficha "registro de tramitação" guardada no Kardex, anota-se o novo processo com seu número, assunto, data e destino, código e nome da firma interessada. Cada vez que este processo seguir adiante, aquele serviço de controle será notificado através do recibo azul de andamento de processos. Este controle rigoroso possibilita a localização precisa de qualquer processo a qualquer instante. Logo que um setor remeteu para outro setor um determinado processo, recebe assinado o recibo de tramitação e envia este recibo ao serviço de controle do Expediente da CA.

Consulta - Se alguém deseja uma informação, dirige-se ao serviço de codificação, onde procura saber qual o número do processo que tem tal documento. O encarregado localiza rapidamente porque tem os assuntos por procedência; a seguir vai o interessado ao serviço de controle onde está anotado o Departamento no qual se encontra o processo. Isto, porém, só poderá ser feito assim, rapidamente, se a pessoa souber dizer exatamente o que deseja, pelo menos deve fornecer a procedência do documento que o originou e mais outros elementos que permitam fácil identificação do documento. Dali parte-se para a localização através do controle no Kardex.

Datilografia - Todo o serviço de anotação e resumo é feito à mão e depois datilografado, arquivando-se também as fichas manuscritas; Isto evitará dúvidas.

Arquivo Geral - Todos os documentos que entram morram no Arquivo depois de solucionados. Passando de um departamento para outro o documento não processa-se de caminha acompanhado do protocolo especial, uma ficha verde onde se indicamendereço do interessado, número, tipo, data, resumo, data de saída e também a data em que entrou ali. Os despachos sempre se aconselham que sejam dados à máquina porque assim se evitam letras ilegíveis e possíveis falsas interpretações; o assinante se identifica com seu carimbo, mesmo que abaixo do despacho aponha apenas a rubrica. Recebido no arquivo o documento não morre porque esta seção tem também seu serviço de consultas, fornece cópias thermofax, permite consultas a documentos dos primeiros anos da SUDENE que estão encadernados. De cinco em cinco anos o Departamento de Administração Geral designa uma comissão responsável pela seleção e incineração de documentos no Arquivo, muitos são escolhidos para futura microfilmagem, outros são encadernados (por exemplo: portarias, documentos dos ministérios com despachos importantes, ofícios, resoluções) e as cópias imprestáveis são iniciadas. Mensalmente chegam ao arquivo cerca de dois mil documentos incluindo cópias de documentos produzidos pela própria SUDENE. Quanto aos processos, chegam para arquivo, em média, duzentos por mês. Só podemos guardar em arquivo documentos que tenham o "arquite-se" assinado por autoridades do nível da chefe da divisão para cima. Além deste arquivo ativo, há o serviço de arquivo morto onde estão os documentos da conspita quase nula; esta documentação chega anualmente dos departamentos com relações anexas e são todos os papéis guardados em pacotes numerados para facilitar uma possível consulta. É também tarefa do arquivo geral a coordenação do sistema de arquivo da SUDENE, como diz a portaria SES-A/67. Existem os arquivos dos departamentos e divisões, da Secretaria do Conselho, do Gabinete, que guardam cópias dos documentos remetidos e os originais recebidos. O erro, porém, que estas arquivos cometem é ficarem por tempo indeterminado com esta documentação recebida e não mandarem para o Arquivo Geral ao qual compete a guarda de tais documentos logo que foram solucionados. Se toda a documentação fosse remetida ao Arquivo Geral após solucionada, haveria uma centralização das informações e em consequência não haveria necessidade de tanta gente para serviços de arquivo na SUDENE. E mais ainda, a chefia do Arquivo tinha possibilidade de selecionar os documentos merecedores de uma encadernação, de uma microfilmagem, ou mesmo de uma destruição necessária. Mas se a documentação está espalhada por toda a SUDENE não é possível tomar estas medidas benéficas.

Tretou-se até agora da documentação vinda de fora para a SUDENE e que morre no Arquivo, mesmo que as consultas continuem. Veremos agora os documentos que saem da SUDENE ou como resposta ou mesmo parte das atividades da SUDENE, Expediente.

Existe um tipo de documentação que tramita pela SUDENE da qual ia esquecendo de falar. É a Requisição de Passagem Aérea. A Seção de Passagem da CA é responsável pela compra de passagens aéreas da SUDENE, seja para dentro ou para fora do país. O interessado utiliza um formulário próprio de Requisição de Passagem. Esta requisição devidamente assinada pelo Diretor do Departamento solicitante, chega diretamente ao Diretor do Departamento de Administração Geral (DAG) para autorização de compra da passagem através da Divisão de Comunicações e Arquivo, Seção de Passagem. Verificando o objetivo da viagem, o Sr. Diretor põe sua assinatura e manda à seção de Passagens que imediatamente registra aquela requisição, retira a quarta via para seu arquivo (pois a quinta via já ficara com o Departamento solicitante) e manda um funcionário à Companhia de Aviação receber a passagem com ou sem data marcada, indicando porém a tarifa, porque só o pessoal de nível técnico e os Diretores podem ter a passagem em tarifa de primeira classe ou classe especial. Todas as faturas são conferidas nesta seção para efeito de pagamento junto à Diretoria de Finanças. A passagem poderá ser cancelada no caso de não utilização por parte do requisitante. Para isto é necessário que se remeta à seção de passagem o bilhete de passagem com um memorando explicando a devolução que está sendo feita.

Expedição - Os documentos que saem da SUDENE são remetidos pelo setor de Expedição, serviço ligado à seção de Expediente da Divisão de Comunicações e Arquivo do DAG. A correspondência chega ao setor para ser protocolado e relacionado. Existem os seguintes serviços na Expedição: entrega de correspondência perto da sede, distante da sede (nos bairros distantes) por meio de veículo cedido para este fim e o serviço de malotes que remete diariamente correspondência dos departamentos da SUDENE-Sede para os Escritórios de Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Montes Claros (M. Gerais), Ceará, Teresina, São Luís e Salvador. Todos estes escritórios têm estação de rádio, mas a remessa de malote próprio por meio das companhias de aviação torna-se indispensável por causa do grande volume de expediente a se transportar do Recife para outros Estados do Nordeste e mesmo do Sul. Ainda funciona naquele setor o serviço de entrega de correspondência aos Correios. A SUDENE utiliza a máquina de franquia que preenche periodicamente nos Correios, gastando em média três mil cruzeiros novos por ano para remeter cartas, pacotes com publicações da SUDENE e encomendas especiais como no caso de amostras para estudos em laboratório. Tudo que sai é cuidadosamente relacionado tanto para os Correios como para escritórios e departamentos extra-sede. O serviço de solagem por meio da máquina de franquiar, a pesagem, o cálculo que antecede a solagem e a colagem são afazeres que merecem muito cuidado devido à responsabilidade diante dos gastos com transporte de encomendas da SUDENE.

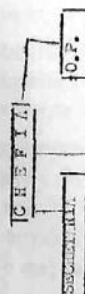
ORGANIGRAMA DA DIVISÃO DE COMUNICAÇÕES E ARQUIVO DO DAG

MINISTÉRIO DO INTERIOR

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO INTERIORE
(S U D E N E)

Departamento de Administração Geral (DAG)

Divisão de Comunicações e Arquivo (CA)



Seção de Expediente	Seção de Arquivo Geral	Seção de Passagem	Seção de Telecomunicações
Protocolo Geral. Resumos de docs. Formação de processos Codificação e informação Expedição da correspond. através dos Correios, em mãos e por malotes po- las Cias de Aviação.	Consultas Guarda de docs. Controle de processos Arquivo morto Coordenação do sistema de arquivo da SUDEN (incluin- do arquivos das divisões e departamentos	Requisição Compra nas Cias. Registro das requis. Controle das faturas vindas das Cias. Informação sobre horá- rios e tarifas.	Transmissão de mensagens Recepção de mensagens Relatórios diários Manutenção das estações de Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Montes Claros (MG), São Luís, Teresina, Salvador, Fortaleza, Petrolina, Marro do Chapé e tem provisão para instalar outras em Aracaju, Natal e Macaé. T e l e x Centro telefônico Interviex

Recife, 22.09.67

FLUXOGRAMA DA TRAMITAÇÃO DE DOCUMENTOS NA SUDENE
Cf. Portaria 251-A/67

Os documentos chegam - dos Correios, - das Livrarias, - do Público em geral, entram no Protocolo Geral — é protocolado pelo relógio, indicando-se hora, data, número e anexos;

Após a triagem entre docs. oficiais e particulares seguem para o setor de Resumos (os docs. que tratam dos art. 18 e 34 vão logo para o DI.)

Nesta carteira resume-se o doc. em uma ficha indicando a procedência, o número do protocolo, o departamento para onde se destina e a data. Na carteira de

Codificação e informação arrumam-se estas fichas por ordem dos Estados, em ordem alfabética das firmas e das entidades públicas federais, estaduais e municipais.

Nestes serviço tomam-se informações sobre o núm. tomado por este ou aquele proc.

Os docs. que não formarão processo seguem imediatamente para os destinatários sem codificação; são apenas protocolados em ficha verde 20 x 12 cm Na

Chefia faz-se a verificação das indicações apostas no documento e encaminha-se a formação de processos, com datilografia da capa do processo, indicando-se o número de ordem, o assunto bem resumido e o núm. de protocolo e o nome do interessado. No

Contrôle de andamento de processos - ficam as fichas de tramitação de processos onde se anotam diariamente as datas e departamentos onde se encontram os processos.

Os fichários kadox servem para este contróle. O doc. vai agora para o departamento ou em forma de processo ou como simples anexo para processo já existente. No departamento ou departamentos o processo recebe os devidos despachos.

Resolvido o assunto, dá-se a resposta ao remetente, através do setor de EXPEDIÇÃO, e o processo ou documento vai para arquivo, onde fica à disposição dos interessados para consultas. Depois de cinco anos o documento poderá ser incinerado após o parecer da comissão encarregada da seleção de docs. para incineração. O doc. usado frequentemente, muito consultado fica no arquivo ativo.

SÍNTESE DO EXPEDIENTE DA SUDENE QUE REGULAMENTA
TRAMITAÇÃO DE PAPEIS E SERVIÇO DE ARQUIVO

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO 04/61 DE 02.06.1961 - Recomenda que, no intercâmbio dos diversos órgãos da SUDENE com o Setor de Comunicações e Arquivo, sejam fielmente cumpridas as rotinas reguladas pela presente Instrução. Regulamenta a sistematização das atividades referentes à documentação que der entrada no Setor de Comunicações e Arquivo (hoje é CA/DAG)

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO 02/64 DE 28.02.1964 - Fixa os meios internos e externos de informação administrativa a serem utilizados pelos órgãos executivos da SUDENE: Portaria, Diretriz, Circular, Instrução de Serviço, Ordem de Serviço, Ordem Interna, Memorando, Aviso, Rádio, Proposição, Exposição de Motivos, Ofício, Carta, Telegrama, Memo-Circular ...

MEMO CIRCULAR DAG- 199/65 DE 21.07.1965 - Manda que as cópias remetidas para Arquivo Geral sejam enviadas até o fim de cada mês e que a numeração de ofícios seja dada pelo Protocolo/Expediente/CA/DAG.

MEMO CIRCULAR DAG 006/67 DE 05.01.1967 - Manda que os Departamentos mandem para ARQUIVO cópias legíveis, com assinatura e carimbo do responsável e cópias dos anexos referenciados no documento remetido.

MEMO CA/ARQUIVO 32/67 DE 06.09.1967 - Solicita autorização para o Chefe da Seção de Arquivo Geral dirigir-se diretamente aos chefes de divisões administrativas dos Escritórios Regionais (Foi autorizado)

MEMO CIRCULAR DAG 045/67 DE 30.01.67 - Trata da entrega de correspondência da SUDENE através do setor de Expedição da CA. As mensagens urgentes serão entregues diretamente pela seção de Telecomunicações.

MEMO CIRCULAR DAG 371/67 DE 14.06.1967 - Designa o Sr. Severino Sílvio do Monte para tratar da uniformização do sistema de arquivo da SUDENE orientando os encarregados dos arquivos departamentais e divisionais.

MEMO CIRCULAR DAG 896/67 DE 20.09.1967 - Coordenação do sistema de arquivo da SUDENE, indicação de um responsável por cada arquivo do departamento e suas respectivas divisões.

MEMO CA/ARQUIVO 30/67 DE 24.06.1967 - Solicita autorização para que o chefe da Seção de Arquivo Geral possa comunicar-se diretamente com as Secretarias departamentais para fazer valer o memo circular DAG - 006/67. O DAG autorizou.

PORTARIA 89/64 DE 30.03.1964 - Aprova o regimento interno do DAG que passa a fazer parte da presente Portaria. Determina as atribuições da Divisão de Comunicações e Arquivo, suas seções e demais divisões do DAG.

PORTARIA 251-4/67 DE 28.04.67 - Normas de Tramitação e Arquivamento de Documentos da SUDENE, revogando a Portaria 635/64. O sistema de arquivo da SUDENE compreende: arquivo ativo, temporário, morto e histórico.

Organograma do Arquivo Geral

CHEFIA

Serviço de Manutenção e guarda dos documentos	Serviço de Consultas e documentos já arquivados.	Serviço de registro de ofícios expedidos pela SUDENE
Serviço de Índice das pastas de Of. e portarias.	Serviço de Controle de processos.	Serviço de controle do acervo mantido no Arquivo Morto.
Serviço de conferência, relação e empacotamento de documentos para Arquivo Morto.	Serviço de registro e controle dos documentos encadernados.	Serviço de reprodução de documentos.

ANEXO C— Contrato de aluguel da primeira sede da Sudene

Sábado 14

DIÁRIO OFICIAL (Seção I — Parte I)

Maio de 1960 8253

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DIRETORIA DO ENSINO SECUNDÁRIO

PORTARIA Nº 115, DE 20 DE FEVEREIRO DE 1960

O Diretor do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura, usando das atribuições que lhe confere o art. 126 da Portaria Ministerial nº 561, de 19 de maio de 1952, resolve:

Retificar o Ato da Inspeção Escolar de Juiz de Fora que concede autorização de funcionamento condicional ao Ginásio "São Mateus", situado na Rua São Sebastião, sem número, em Paria Lemos, Estado de Minas Gerais, pelo espaço de quatro anos.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1960. — Gíldis Amado Diretor.
(Nº 18.351 — 25-4-60 — Cr\$ 81,60)

TERMINOS DE CONTRATOS

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

Contrato de locação que, entre si, fazem de um lado, como locatário, a Imobiliária São José Limitada, domiciliada na cidade do Recife, neste ato representada pelo seu sócio-gerente, Senhor Manoel Christovam de Amorim, brasileiro, casado, teatral, residente na mesma cidade, e de outro lado, na qualidade de locatária, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), neste ato representada pelo seu Superintendente, Dr. Celso Monteiro Furtado.

Aos vinte dias do mês de abril de 1959, presentes no Gabinete do Senhor Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a Praça Machado de Assis nº 63, 15º andar — Edifício Tereza Cristina —, entre a Imobiliária São José Limitada, domiciliada na cidade do Recife, neste ato representada pelo seu sócio-gerente, Senhor Manoel Christovam de Amorim, brasileiro, casado, teatral, residente na mesma cidade, na qualidade de locatário e o Senhor Doutor Celso Monteiro Furtado, Superintendente da SUDENE, na qualidade de locatária, ficou justa e contratada, de acordo com o artigo 701, parágrafo único, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública e em presença das testemunhas locais do conjunto de escritórios número 1.401, do Edifício Tereza Cristina, situado à Praça Machado de Assis nº 63, passando a locação objeto do presente contrato a reger-se pelas cláusulas e condições seguintes:

Primeira — O conjunto de escritórios ora locado destina-se à instalação e funcionamento de dependências da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, da Presidência da República.

Segunda — O aluguel mensal é de Cr\$ 12.300,00 (doze mil, trezentos e noventa cruzeiros), livre de quaisquer impostos, taxas e despesas de condomínio, pago em moeda corrente da República, até o dia cinco de cada mês seguinte ao vencido.

Tercera — O presente contrato será vigente pelo prazo improrrogável de seis meses, a contar do seu registro pelo Tribunal de Contas, não se responsabilizando a União por indenização se esse Tribunal denegar o registro previsto.

Quarta — Nenhuma obra ou modificação que resultem na alteração das atuais instalações de energia elétrica ou de gás será introduzida na parte ora locada, sem prévio consentimento por escrito da locatária, a qual, nesse caso, se reserva o direito de exigir seja reposto no estado primitivo ao terminar o contrato e antes da entrega das chaves, ficando con-

tendido, outrossim, não caber ao locatário direito à indenização de benfeitorias de qualquer natureza que fizer com ou sem consentimento da locadora no prédio, as quais ficarão, desde logo incorporadas ao imóvel.

Quinta — Nenhum aviso, anúncio, cartaz, notícia, placa, vitrine, letreiro, sinal, visível externamente, será colocado, escrito, pintado ou afixado em qualquer parte do prédio correspondente à parte locada, sem a prévia autorização, por escrito, da locadora.

Sexta — A locatária se obriga a cumprir fielmente o regulamento interno do edifício a que pertence a área locada, o qual fica fazendo parte integrante deste contrato.

Sétima — A locadora não se responsabiliza por qualquer dano que venha a ocorrer à pessoa ou aos bens do locatário ou a seus prepostos, na parte alugada, ou em qualquer outro local do Edifício.

Oitava — O pagamento dos aluguéis correrá à conta de recursos próprios da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, constantes do est-

dido especial aberto pelo Decreto número 47.921, de 14 de março de 1960, de acordo com o estabelecido no artigo 54, parágrafo único, do Decreto nº 4.535, de 28 de janeiro de 1952, que organiza o Código de Contabilidade da União, e será efetuado mediante a apresentação de faturas pelo locatário à locadora.

Fazem, achando-se as partes contratantes de perfeito acordo para firmarem a validade do que acima ficou estipulado, foi por mim, José Modestino Vieira, Assessor Executivo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, lavrado o presente em livro especial destinado a esse fim, contendo as exigências do artigo 703 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, estando este instrumento lido de solos, em virtude do disposto no artigo 5.º, inciso 6, § 1.º, da Constituição Federal, o qual vai assinado pelos contratantes e pelas testemunhas abaixo.

— Celso Monteiro Furtado. — Testemunhas: Roberto Celeste Barros, e Lúcia Escoré Borges, aos vinte dias do mês de abril de 1960.

— Manoel Christovam de Amorim.
(Nº 20.142 — 5-5-60 — Cr\$ 357,00)

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Comissão Nacional de Avicultura

Térmo de Acordo entre a Comissão Nacional de Avicultura e a Cooperativa dos Aves de Benfica Ltda., para operação do Entrepósito de Aves e Ovos de Benfica, Rio de Janeiro, D. F.

Aos 17 dias do mês de março de 1960, no Gabinete do Sr. Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Animal, do Ministério da Agricultura, presentes o Engenheiro

Agrônomo Mario Vilhena, Presidente da Comissão Nacional de Avicultura, devidamente credenciado pela Portaria Ministerial nº 628, de 17 de junho de 1959, publicada no *Diário Oficial*, de 29 de junho de 1959, e o Dr. Nelson Moura Brasil do Amara, Presidente da Cooperativa dos Aves de Benfica Ltda., resolveram assinar o presente termo de Acordo, para aproveitamento, exploração e conservação do Entrepósito de Aves e Ovos de Benfica, Rio de Janeiro, D. F., do presente Entrepósito do Ministério da Agricultura, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula primeira — A Comissão Nacional de Avicultura autoriza a Cooperativa dos Aves de Benfica Ltda. a operar o Entrepósito de Aves e Ovos de Benfica, D. F., pelo prazo de cinco anos.

Cláusula segunda — Durante a vigência do presente acordo, a Cooperativa dos Aves de Benfica Ltda. ficará sob a sujeição às seguintes obrigações:

a) manter em perfeito estado de conservação e higiene o terreno, edificações, instalações, equipamentos, maquinários e dependências do Entrepósito de Aves e Ovos de Benfica, D. F.;
b) cumprir permanentemente as suas finalidades, na forma preestabelecida nas respectivas Estatutos;

c) contribuir para o fortalecimento do cooperativismo avícola, nas áreas em que operar;

d) realizar um programa permanente de exploração integral e racional do abastecimento avícola e das camaras frigoríficas de ovos e aves;

e) manter essas instalações em condições de receber os produtos dos cooperados, permitindo a sua utilização nos terrenos, mediante taxas de armazenamento e frigidificação, sempre que os produtos de sua filiação sejam insuficientes para manter as câmaras com seu pleno funcionamento;

f) efetuar a distribuição, nos mercados internos e externos, da produção de ovos, aves vivas e carcaças, da totalidade da produção de seus cooperados, promovendo, sempre que necessário, a defesa dos interesses do produtor, segundo as normas do cooperativismo;

g) prestar assistência técnica aos cooperados;

h) estudar a classificação e padronização dos produtos avícolas, em cooperação com as autoridades competentes;

i) defender a melhor colocação dos produtos de seus associados (aves e ovos), para o bom desenvolvimento da avicultura;

j) colaborar com as autoridades nacionais na solução dos problemas relacionados com o abastecimento.

Cláusula terceira — Além das obrigações constantes da cláusula anterior, a Cooperativa dos Aves de Benfica Ltda. se compromete ainda:

a) a prestar cooperação à atuação da Comissão Nacional de Avicultura, inclusive possibilitando-lhe a sua instalação na sede do Entrepósito de Aves e Ovos de Benfica, D. F., como base técnica de assistência aos produtores, ainda que não filiação à Cooperativa dos Aves de Benfica Ltda.;

b) manter, sob a orientação e com a supervisão da Comissão Nacional de Avicultura, os serviços de assistência técnica aos produtores e demonstrações técnicas de produção, e instalar e manter uma sala de reuniões para a troca de informações entre os seus cooperados; e

TABELA DE INDENIZAÇÕES POR INCAPACIDADE PERMANENTE, RESULTANTE DE ACIDENTE DO TRABALHO

(PORTARIA Nº 4 — DE 11-6-59 DO SERVIÇO ATUARIAL DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO)

Div. n.º 822

Preço: Cr\$ 20,00

A VENDA:

Seção de Vendas: Av. Rodrigues Alves, 1

Agência 1: Ministério da Fazenda

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Recolmento Postal

ANEXO D – Instrução número 1 para o corpo discente

Prof. Alexandre D. V. Diógenes

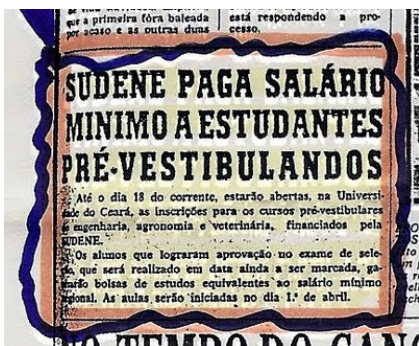
Diretor de Estudos

1. O IDEAL DA SUDENE

O Programa de Ensino Técnico de Nível Superior da Sudene acentua a existência de um desequilíbrio entre a oferta insuficiente de pessoal técnico de nível superior e a sua demanda, caracterizando-se com um dos obstáculos à execução de programas de desenvolvimento para a região.

Ademais, esta oferta insuficiente é agravada em alguns casos pela falta de aproveitamento das vagas existentes, causada pelo baixo índice de aprovação nos exames vestibulares, ocorrendo estes casos sobretudo em setores em que mais se faz sentir a carência de técnicos. Por outro lado, uma larga faixa da população escolar que concluiu o curso médio se vê impossibilitada, por insuficiência de recursos financeiros, de freqüentar a Universidade ou se vê obrigada a trabalhar para custear seus próprios estudos.

A compreensão destes problemas levou a Sudene a elaborar um Programa de Preparação de candidatos para determinadas Unidades Universitárias coordenado com um Programa de Bolsas.



Os Cursos Pré-Vestibulares

A urgência em iniciar o programa de melhoria de qualificação dos candidatos às Escolas Superiores de Agronomia, Veterinária e Engenharia levou a Sudene a considerar, como medida de caráter transitório, a instalação de cursos pré-vestibulares.

Estes cursos deverão ter basicamente a seguinte estrutura:

Um Diretor, encarregado da supervisão geral e da coordenação executiva que será automaticamente o Diretor da Faculdade onde se realize o Curso ou professor da mesma por ele indicado (Prof. Humberto Santana, indicação do Diretor da EEUFC.
Diretor de Estudos, que será um professor

encarregado do acompanhamento dos alunos, e inclusive da análise do rendimento escolar. (Prof.

Alexandre D. V. Diógenes)

Professores, que deverão ser recrutados dentre profissionais de qualificação comprovada, exigindo-se título universitário e alguma experiência no magistério de nível médio.

Escolas Participantes

Participarão do Programa as seguintes unidades universitárias:

- Escola de Engenharia da Universidade do Ceará (60 bolsas)
- Escola de Agronomia da Universidade do Ceará (60 bolsas)
- Escola de Agronomia do Nordeste (20 bolsas).
- Escola de Engenharia da Universidade do Recife (80 bolsas).
- Escolas Superiores de Agronomia e Veterinária da Universidade Rural de Pernambuco (120 bolsas)
- Escola de Medicina Veterinária da Bahia (40 bolsas).
- Escola Politécnica da Universidade da Bahia (60 bolsas).
- Escola Agrônômica da Bahia (60 bolsas).

2. O NOSSO CURSO E SUA IMPORTÂNCIA

2.1 - A urgente necessidade de formar técnicos para o país, particularmente para o Nordeste, é que motivou a Sudene a promover convênios com as Universidades do Nordeste, dentre as quais, a do Ceará.

Particularmente no setor de Engenharia, onde a escassez de técnicos é alarmante, este convenio foi recebido com grande simpatia pela EEUFC, não só pelo aspecto educacional como também pelo aspecto socioeconômico.

2.2 - O convênio vai operar no sentido de reduzir um dos maiores obstáculos que vem encontrando as escolas superiores, à saber, o desnível existente entre o aprendizado oferecido pelo ensino secundário e o que é exigido para o ingresso naquelas escolas. Esse obstáculo vem sendo um ponto de estrangulamento à formação de técnicos que por sua vez implica em um outro estrangulamento de ordem econômica inerente ao desenvolvimento regional e nacional. A execução desse convênio tem, portanto, um significado muito mais amplo, porque econômico, do que a primeira vista possa parecer. Por outro lado, com a distribuição de bolsas de estudo feita a elementos selecionados segundo a condição econômica, os conhecimentos gerais e a aptidão, esse convênio traz consigo um outro aspecto de relevante importância, a saber, o

social. Constitui desta forma, um primeiro passo, pequeno, mas significativo, em favor da solução do triste problema dos que sendo capazes, não podem, entretanto estudar. A oportunidade de aprender, como se sabe, está penosamente vinculada à condição econômica, isto é, ao poder de pagar aulas, de comprar livros, de alimentar-se etc.

2.3 Aspectos como os acima descritos, dentre muitos outros que se pode enumerar, condicionaram uma atitude acolhedora por parte da EEUFC ao referido programa mormente porque, esta Escola, pouco tempo antes, havia experimentado um desanimador resultado no Vestibular de 1963.

2.4 Procedida a seleção nos estados do Maranhão, Ceará e Piauí, a Sudene designou os aprovados com bolsa (73 bolsistas) dos quais 8 (oito) do Maranhão e 6 (seis) do Piauí, e mais outros 47 não bolsistas, num total de 120 alunos. Esta cifra havia sido elevada até esse ponto pela própria EEUFC mesmo desafiando os poucos recursos existentes para esse fim. Em aditamento a essa medida os próprios professores que compuseram o atual corpo docente, acharam de dilatar mais ainda aquele número, homologando o aproveitamento de mais 13 estudantes que haviam sido aprovados e não classificados. Essa atitude dos professores, acarretando para si esse trabalho

adicional, bem mostra como o ideal ao lado de uma fundamentada compreensão pode suplantar a conveniência pessoal.

2.5 A formação desse corpo docente esteve baseada em consultas feitas aos departamentos da EEUFC mais vinculados ao ensino das matérias exigidas. No caso das línguas (Português e Inglês) essas consultas foram dirigidas a órgãos competentes para esse fim.

Conseguiu-se dessa forma um corpo de professores de elevado gabarito que deram a primeira amostra do desejo de ajudar, na própria ocasião em que aceitaram o pesado encargo, visto que todos são profissionais bastante solicitados.

- Álgebra - Edilson Queiroz (Hidráulica,EEUFC) e Joaquim Bento Filho (Inst. Matemática)
- Geometria - Américo Peixoto (Astronomia,EEUFC)
- Física – Rdo. Alberto Normando (Instituto de Física)
- Química - Milton Ferreira (Física 11, EEUFC)
- Português - Antônio Pessoa Pereira e Carlos D'Alge
- Inglês - Abelardo F. Bezerra.



Todos os professores do Cursinho da Sudene com o Representante da Reitoria, o Diretor da Escola de Engenharia e os Coordenadores. A foto foi colhida na solenidade do encerramento do Curso, pouco antes do Vestibular.

3. NOSSOS CRITÉRIOS PRELIMINARES

Deixando inicialmente de lado o que se refere a tarefa administrativa propriamente dita, passamos a nos situar nos critérios que orientam a tarefa de maior volume e significado: o trabalho dos professores e o trabalho dos alunos. Nesse particular e no espírito de como obter o maior proveito do trabalho dentro de nossas possibilidades julgamos necessário:

1) Estabelecer uma distribuição de tempo, ficando esclarecido, desta forma, o grau de utilização ou de importância que pesaria sobre cada matéria com vistas, é claro, a consultas feitas aos órgãos competentes da EEUFC.

2) Adoção de medidas para a fase inicial do curso, a fim de reduzir ao máximo as causas de desajustamento dos alunos, a exemplo das mudanças de hábitos, de estado, de heterogeneidade, incompreensões diversas etc. Para esse mister foram adotadas:

- a) fase de uniformização ou fase de adaptação Essa medida foi lembrada tendo em vista o possível desajustamento por parte de estudantes (principalmente os que não residem em Fortaleza) e também para permitir, tanto quanto possível, uma homogeneização inicial de conhecimentos.
- b) aproveitamento dessa fase inicial de adaptação para: primeiro, permitir maior conhecimento do professor, de seus alunos, de suas possibilidades etc; segundo, desenvolver o maior grau de motivação dos estudantes para o trabalho que terão durante o curso.
- c) desenvolver no aluno a rapidez mental, a técnica de estudo, e a organização educacional (inclusive com vistas à realização de provas).

3) Adoção de medidas para as fases subseqüentes à inicial, com o objetivo de experimentar normas definidoras do funcionamento escolar.

- a) aulas de recapitulação, ao fim de cada unidade didática, para que o aluno possa melhor sedimentar a visão de conjunto do assunto estudado.
- b) elevado grau de exigência, a fim de eliminar

qualquer capacidade ociosa do aprendizado. Prevê-se, nesse item, elevado número de provas e trabalhos, como também o desenvolvimento dos cursos buscando o rendimento máximo dos alunos. Ficam igualmente previstos, primeiro, o maior número de notas representativas de cada unidade didática, segundo, reunião dos professores com a finalidade de proceder periodicamente a avaliação dos resultados. Os critérios adotados de como exigir, constituem um capítulo à parte, adiante descrito neste documento.c)

desenvolvimento de programas sobre a Realidade Brasileira, a fim de procurar sanar essa enorme deficiência de nossos cursos secundários que fornecem um ensino que, por ser desvinculado aos aspectos gerais da realidade nacional, é incapaz de condicionar o estudante a uma cultura mínima necessária a todo cidadão brasileiro. A fim de atender a essa necessidade proceder-se-á a uma programação mediante reuniões futuras.

4) Adoção de um sistema de Controle do Aprendizado, de cunho estatístico para fornecer subsídios orientadores quanto o rendimento global do aprendizado, quanto o rendimento individual de cada aluno, como também permitir uma maior lógica para o tratamento dos ajustes que se fizerem necessários no decorrer do curso.

